



BCEAO
BANCO CENTRAL DOS ESTADOS
DA AFRICA DO OESTE

2019

RELATÓRIO ANUAL

(VERSÃO RESUMIDA)



2019

RELATÓRIO ANUAL

(VERSÃO RESUMIDA)



BCEAO
BANCO CENTRAL DOS ESTADOS
DA AFRICA DO OESTE

O Relatório Anual do Banco Central dos Estados da África Ocidental pode ser consultado no website do Banco em <https://www.bceao.int/fr/publications/>

Para mais informações, por favor contacte a Direcção de Documentação, Publicações e Arquivos:

SEDE DO BCEAO EM DAKAR Avenue Abdoulaye Fadiga - BP 3108 - Dakar, SENEGAL

- Tel. : (221) 33 839 05 00
- Fax : (221) 33 823 93 35
- Website : www.bceao.int
- E-mail : courrier.bceao@bceao.int
- ISSN 08508712

© Banco Central dos Estados da África Ocidental

ÍNDICE

MENSAGEM DO GOVERNADOR.....	V
MOMENTOS IMPORTANTES DO BCEAO EM 2019.....	VI
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA UMOA E DO BCEAO.....	XIII
VISÃO GLOBAL.....	XXI
I – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO.....	1
II – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA.....	17
III – EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO E ACÇÕES EM MATERIA DE ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS.....	26
IV – GESTÃO DE SÍMBOLOS MONETÁRIOS, SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTOS E RESERVAS CAMBIAIS.....	41
V - QUADRO INSTITUCIONAL E ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO.....	49
VI – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	65

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento da actividade económica mundial.....	2
Gráfico 2: Evolução dos preços do petróleo (NYMEX).....	4
Gráfico 3: Evolução dos preços do cacau.....	4
Gráfico 4: Evolução dos preços do café robusta.....	5
Gráfico 5: Evolução dos preços do algodão.....	5
Gráfico 6: Evolução dos preços da borracha.....	5
Gráfico 7 : Crescimento do PIB real da UEMOA.....	9
Gráfico 8 : Cobertura das importações pelas reservas cambiais da União (em meses).....	23
Gráfico 9: Contribuições para o crescimento do crédito bancário.....	24
Gráfico 10: Contribuições das contrapartes para o crescimento anual da massa monetária.....	25
Gráfico 11: Níveis de concentração de riscos bancários por ramos de actividades.....	36
Gráfico 12: Evolução em volume do comércio inter-países de 2016 a 2019.....	44
Gráfico 13: Evolução em valor do comércio inter-países de 2016 a 2019.....	44
Gráfico 14: Evolução do número de participantes em STAR-UEMOA e SICA-UEMOA.....	45
Gráfico 15: Evolução da tesouraria do BCEAO.....	48
Gráfico 16 : Evolução do pessoal do BCEAO.....	60

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1: Evolução das taxas médias anuais de câmbio (unidade de moeda estrangeira para 1.000 FCFA).....	8
Quadro 2: Evolução das taxas médias trimestrais de câmbio (unidade de moeda estrangeira para 1.000 FCFA).....	8
Quadro 3: Variação dos preços no consumidor em 2018 e 2019 (em percentagem).....	11
Quadro 4: Situação das finanças públicas em 2019.....	14
Quadro 5: Rácio da dívida externa.....	15
Quadro 6: Evolução das taxas interbancárias em 2019 (média ponderada em percentagem).....	20
Quadro 7: Evolução dos empréstimos interbancários no seio da UMOA em 2019 (em milhões de FCFA).....	21
Quadro 8: Coeficientes das reservas obrigatórias aplicáveis aos bancos.....	22
Quadro 9: Créditos líquidos das entidades depositárias na Administração Pública Central (APUC).....	23
Quadro 10: Emissões no mercado de títulos públicos (em biliões de FCFA).....	30
Quadro 11: Taxa de juro média dos bilhetes do Tesouro (em percentagem).....	30
Quadro 12: Saldo dos títulos públicos em finais de Dezembro de 2019 (em biliões de FCFA).....	31
Quadro 13: Evolução do saldo dos títulos públicos (em biliões de FCFA).....	31

LISTA DAS CAIXAS

Caixa 1: Conferência internacional sobre o tema: « FinTech : desafios, oportunidades e perspectivas para os países em desenvolvimento ».....	33
Caixa 2: Revisão dos textos de aplicação do novo repositório contabilístico bancário.....	35
Caixa 3: Visão global do projecto de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA.....	39
Caixa 4: Acções de promoção da finança islâmica.....	40
Caixa 5: Centro de Processamento Fiduciário.....	42
Caixa 6: Segurança e supervisão dos sistemas e serviços de pagamento na União.....	46
Caixa 7: Perfil de repatriação de receitas de exportação.....	48

MENSAGEM DO GOVERNADOR

O ano de 2019 foi marcado pelo aumento das incertezas ligadas às tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, ao Brexit e à situação geopolítica no Médio Oriente. O crescimento económico global, que se estabeleceu em 3,6% em 2018, desacelerou para 2,9% em 2019.

Apesar deste contexto internacional desfavorável, a actividade económica na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) teve bom desempenho durante o ano em análise. As economias da Zona beneficiaram de um ambiente sociopolítico geralmente favorável, de um clima de negócios melhor e de um investimento contínuo em infra-estruturas socioeconómicas. O Produto Interno Bruto (PIB) da União cifrou-se em 6,6% em 2019, tal como em 2018.

Durante o ano 2019, o Banco Central continuou a trabalhar com foco em política monetária orientada para a estabilidade de preços. Em média anual, a taxa de inflação situa em -0,7% em 2019, contra 1,2% do ano anterior. Neste contexto, o BCEAO manteve a orientação acomodatória da sua política monetária, ao manter sua principal taxa directora em 2,50% pelo sexto ano consecutivo.

Por outro lado, No ano fiscal de 2019, o Banco Central concentrou seus esforços em matéria da estabilidade financeira. O sistema de supervisão do risco sistémico na União foi reforçado com a adopção de um quadro metodológico para a identificação de instituições bancárias sistemicamente importantes. No âmbito de seus esforços para aumentar a resiliência do sistema bancário e financeiro, o BCEAO conduziu testes de resistência e reforçou a regulamentação prudencial, com a entrada em vigor da Instrução sobre o Reconhecimento das Instituições Externas de Avaliação de Crédito. Ao mesmo tempo, continuou a implementar as normas de Basileia II e III na UEMOA. Neste aspecto, o trabalho realizado centrou-se na divulgação dos textos regulamentares bem como no seguimento dos relatórios prudenciais.

O Banco Central também reforçou o desenvolvimento dos serviços à economia, ampliando as suas acções em favor do financiamento inclusivo. Neste contexto, o Instituto Emissor prosseguiu os seus esforços para apoiar os Estados na implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira na UEMOA e participou nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira. Também continuou a implementar os projectos iniciados para a promoção da inclusão e a educação financeira, nomeadamente o projecto sobre a interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA e o programa regional de educação financeira.

A realização destas acções permitirá, por um lado, fornecer às populações da União, serviços de pagamento de proximidade mais rápidos e a custo acessível. Por outro lado, o BCEAO continuou a prestar apoio às PME/PMI, aceitando, como garantia do seu refinanciamento, os créditos detidos pelas instituições de crédito sobre empresas elegíveis para o mecanismo de financiamento de PME/PMI na União.

No domínio da integração regional, o ano de 2019 foi marcado por progressos significativos na implementação do roteiro para a criação da moeda única da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Nesta perspectiva e com vista a promover o advento desta moeda e facilitar a sua adopção pelos Estados-membros da União, os Chefes de Estado e de Governo da UEMOA, procederam à revisão do acordo de cooperação monetária com a França.

Todas as acções levadas a cabo pelo Banco Central e todos os resultados obtidos estiveram ao serviço da população da União. O BCEAO não poupará esforços para continuar a ser um serviço público de confiança e excelente. A obrigação estatutária de informação e publicação, contrapartida da independência do Banco Central, implica a obrigação de informar sobre os seus resultados. Este é o objectivo do presente relatório de actividades de 2019.

Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental,

Presidente do Conselho de Administração.

MOMENTOS IMPORTANTES DO ANO 2019

O EXERCÍCIO 2019 FOI MARCADO PELOS SEGUINTE EVENTOS.

INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

Reorganização do acordo de cooperação monetária entre os Estados da União e França

A 21 de Dezembro de 2019, o Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União, Sua Excelência Alassane OUATTARA, agindo em nome de seus pares, e o Presidente da República Francesa, Senhor Emmanuel MACRON, anunciaram em Abidjan, um progresso maior realizado na integração económica e monetária dos oito países-membros da União Monetária Oeste-Africana (UMOA), ao estabelecer as bases da sua adesão ao ECO, projecto de moeda única da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

A fim de permitir às economias da UEMOA preparar-se para o ECO, o acordo de cooperação monetária que liga os Estados-membros da Zona à França, foi profundamente remodelado. Os principais elementos desta reforma podem ser resumidos nos pontos seguintes:

- ➔ a mudança da denominação da moeda Franco CFA para ECO, quando os países da UEMOA integrarem a nova zona ECO da CEDEAO;
- ➔ a cessação da centralização das reservas de câmbio no Tesouro Francês, o fecho da conta de operações e a transferência para as contas do BCEAO dos recursos disponíveis na conta;
- ➔ a retirada dos representantes franceses dos órgãos de decisão e de gestão da União (Conselho de Administração e Comité de Política Monetária do BCEAO, Comissão Bancária da UMOA).

Ainda, na perspectiva de fazer do ECO o fundamento do dinamismo da união económica, bem como da prosperidade das populações dos países envolvidos, as mais Altas Autoridades da UEMOA desejaram manter dois pilares essenciais da estabilidade monetária da Zona:

- ➔ a taxa de câmbio fixa em relação ao euro (que garante a paridade actual);
- ➔ a garantia de convertibilidade ilimitada da moeda por França.

Participação nas reuniões sobre o Programa de Moeda Única da CEDEAO

Uma delegação do BCEAO, liderada pelo Governador Tiémoko Meyliet KONE, participou nas reuniões dos Ministros das Finanças da CEDEAO e dos Governadores dos Bancos Centrais sobre o Programa da Moeda Única da CEDEAO, realizadas respectivamente de 17 a 18 de Junho de 2019 em Abidjan e de 6 a 7 de dezembro de 2019 em Abuja. Estes encontros permitiram analisar o regime cambial, o quadro da política monetária, o símbolo e a denominação da moeda única, o relatório de convergência macroeconómica a título do primeiro semestre de 2019, bem como o estado de execução do Roteiro para o programa da moeda única.

Lançamento das actividades do Comité Técnico do projecto de apoio orçamental regional

O apoio orçamental regional, proposto pelo Banco Mundial aos Estados-membros da UEMOA, visa apoiar as reformas estruturais nos países da União. Trata-se de um empréstimo concedido individualmente aos Estados, com taxas de juro preferenciais, a fim de os incentivar a realizar reformas estruturais de integração regional.

Um Comité Técnico Tripartido Estados/BCEAO/Banco Mundial, encarregue do seguimento do projecto de apoio orçamental regional, foi instituído pelo Conselho de Ministros durante a sua sessão ordinária de 22 de Março de 2019.

O BCEAO organizou a 20 de Maio de 2019 na sua Sede em Dakar, a primeira reunião do Comité. O encontro contou com a participação dos representantes dos Ministérios encarregues das Finanças dos Estados-membros da UEMOA, do BCEAO e duma delegação do Banco Mundial. Ele permitiu aperfeiçoar a lista e o conteúdo das reformas susceptíveis de serem garantidos pelo apoio orçamental regional.

Conferência sobre o tema: « Soluções para as Tensões sobre as Relações de Correspondência Bancária na África Central e Ocidental»

O BCEAO realizou, a 27 de Junho de 2019 na sua Sede, em colaboração com o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma conferência de alto nível sobre o tema: «Soluções para as Tensões sobre as Relações de Correspondência Bancária na África Central e Ocidental».

A conferência reuniu altos dirigentes de Bancos Centrais, de órgãos de supervisão bancária e de outras instituições reguladoras, de instituições de crédito das zonas UEMOA e CEMAC, da República da Guiné, bem como de instituições financeiras internacionais.

Ela permitiu analisar as causas e implicações do declínio das relações de correspondência no mundo, em particular na África francófona e, propor medidas adoptadas que possam ser implementadas, tanto pelo sector bancário como pelas Autoridades reguladoras.

Participação do BCEAO na 3ª Conferência Internacional sobre a Emergência de África

Uma delegação do BCEAO, liderada pelo Governador Tiémoko Meyliet KONE, participou na 3ª edição da Conferência Internacional sobre a Emergência de África, realizada de 17 a 19 de Janeiro de 2019 em Dakar.

Esta conferência tinha por objectivo, aprofundar o debate sobre Emergência de África e propor soluções práticas para os planos de emergência africanos, através de um compromisso visível do sector privado nacional, apoiado por parcerias sólidas com o Estado, com vista a um crescimento forte e inclusivo que valoriza as potencialidades de todos os territórios.

ACÇÕES A FAVOR DA INCLUSÃO FINANCEIRA

7ª Mesa Redonda dos Líderes da Iniciativa Africana sobre as Políticas de Inclusão Financeira

O Governador do BCEAO, Senhor Tiémoko Meyliet KONE, participou, de 27 de Fevereiro a 1 de Março de 2019 em Abidjan, na 7ª Mesa Redonda dos Líderes da Iniciativa Africana sobre as Políticas de Inclusão Financeira (AfPI), organizada pela Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), em colaboração com o BCEAO e o Ministério da Economia e Finanças da República da Côte d'Ivoire. A reunião contou com a participação de 160 reguladores e decisores, provenientes de 30 instituições dos países de África.

A reunião permitiu aos participantes, examinar as medidas adequadas a executar para apoiar as Pequenas e Médias Empresas (PME) e garantir a autonomização económica das mulheres em África. No termo das discussões, os Líderes decidiram a organização da 8ª Mesa Redonda pelo Banco Central da Tanzânia, durante o primeiro trimestre do ano de 2020.

Cerimónia oficial de abertura do Escritório Regional da Aliança para a Inclusão Financeira

A cerimónia oficial de abertura do Escritório Regional da Aliança para a Inclusão Financeira (AFI) para a África Subsariana e Médio Oriente foi realizada a 27 de Fevereiro de 2019 em Abidjan. Ela foi copresidida pelo Ministro da Economia e das Finanças da República da Côte d'Ivoire, pelo Governador do BCEAO e pelo Director Executivo da AFI. O evento reuniu os membros da AFI, bem como personalidades da UEMOA e foi marcado pelo corte simbólico da fita que formalizou a abertura do Escritório da AFI.

O Escritório Regional da AFI, equipado pelo BCEAO, é albergado pelo Ministério da Economia e das Finanças da República da Côte d'Ivoire. A sua instalação permitirá dar um novo impulso às políticas de inclusão financeira implementadas nos países envolvidos e facilitar a execução do plano estratégico da Iniciativa Africana sobre as Políticas de Inclusão Financeiras (AfPI).

Assinatura duma convenção de financiamento entre o BCEAO e a Confederação Suíça

O Governador Tiémoko Meyliet KONE recebeu a 13 de Maio de 2019, na Sede do BCEAO, Senhora Marion Weichelt KRUPSKI, Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da Confederação Suíça junto da República do Senegal. À margem desta audiência, as duas personalidades procederam à assinatura da Convenção de Financiamento entre o BCEAO e a Confederação Suíça, no âmbito da execução da Estratégia Regional de Inclusão Financeira na UEMOA.

As actividades previstas a título desta convenção, envolvem a elaboração e o desdobramento do programa regional de educação financeira, através do desenvolvimento de instrumentos inovadores, como a realização de campanhas de comunicação e informação das populações alvos, nomeadamente as mulheres, os jovens e as populações rurais, bem como o desenvolvimento de módulos de educação financeira e a sua inserção nos programas escolares e universitários.

Também está prevista a realização nos oito países da UEMOA, um estudo de referência sobre a procura e oferta de serviços financeiros, permitindo aos Estados e ao BCEAO, dispor de dados exaustivos e fiáveis, que facilitam a elaboração e a realização de políticas favoráveis para a inclusão financeira.

O valor global da convenção de financiamento está avaliada em 3,911 mil milhões de FCFA, dos quais 64% a título da contribuição da Confederação Suíça. O remanescente 36% é suportado pelo BCEAO. A duração de execução da convenção é de cinco anos.

Assinatura de convenção de financiamento entre o BCEAO e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e a AFD procederam, a 3 de Junho de 2019 na Sede do Banco Central em Dakar, a assinatura de uma convenção de financiamento que se inscreve no quadro da execução da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (ERIF) na UEMOA.

Esta convenção formaliza o quadro de parceria definido entre as duas partes. Ela fixa os princípios directores e as modalidades de colaboração entre o BCEAO e a AFD para a realização das actividades previstas no eixo 1 da Estratégia regional, incluindo “promover um quadro legal, regulamentar e uma supervisão eficaz”, bem como no seu eixo 2 intitulado “sanear e reforçar o sector de microcrédito”.

A parceria confirma a vontade das duas partes de fazer da inclusão financeira uma alavanca de desenvolvimento económico e um poderoso vector de melhoria de condição de vida das populações da UEMOA. O montante global da convenção, cuja duração de dois anos, estima-se em 2,335 mil milhões de FCFA. A AFD contribuirá com 84,3%, ou seja, 1,967 mil milhão de francos CFA e o restante será suportado pelo BCEAO.

O BCEAO premiado por contribuir para o desenvolvimento da inclusão financeira

O BCEAO participou, de 9 a 13 de Setembro de 2019 em Kigali, no 11º Fórum Anual sobre as Políticas de Inclusão Financeira, realizado pela AFI, em colaboração com o Banco Nacional do Ruanda, sob o tema: “Utilizar as Tecnologias para a Inclusão Financeira das Mulheres e dos Jovens”. Este Fórum reuniu 912 participantes provenientes de 59 países, que representam 69 instituições, das quais: reguladoras, decisores políticos, Governadores e vice-Governadores de Bancos Centrais. O BCEAO esteve representado por Norbert TOE, Vice-Governador.

O Fórum teve como objectivo fornecer uma plataforma de trocas de experiências sobre as melhores práticas em matéria de utilização da tecnologia para acelerar a inclusão financeira dos grupos desfavorecidos, nomeadamente as mulheres, os jovens, as pessoas idosas, os refugiados e os deficientes. O 11º Fórum da AFI foi igualmente a oportunidade para recompensar o empenho dos membros desta rede, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento da inclusão Financeira no mundo.

O BCEAO foi nomeado e recompensado, respectivamente, pelos seus esforços na execução da Declaração Maya (compromissos tomados pelos membros da AFI para fazer avançar a inclusão financeira) e pelo êxito na organização da 7ª Mesa Redonda dos Líderes da AfPI, realizada em fevereiro de 2019 em Abidjan - Côte d'Ivoire, igualmente pela realização da Conferência internacional de alto nível sobre o futuro da inclusão financeira e a abertura oficial do Escritório Regional da AFI para África e Médio Oriente.

Ateliê regional de concertação sobre a educação financeira

O BCEAO elaborou um programa regional de educação financeira na UEMOA em conformidade com o plano de acções da estratégia regional de inclusão financeira. Este programa visa melhorar a cultura financeira de todas as populações da UEMOA, nomeadamente as crianças e os jovens no meio escolar, os jovens fora da escola, as mulheres, os assalariados dos sectores públicos e privados, as pessoas idosas, as populações rurais e as PMEs.

A fim de partilhar este programa e trocar experiências com os países precursores neste domínio, o BCEAO organizou um ateliê regional de concertação sobre a educação financeira, realizada de 28 a 29 de outubro de 2019 na Sede do BCEAO em Dakar. Este ateliê reuniu 76 participantes que representaram os Comitês Nacionais de Seguimento da Execução (CNSMO, sigla em francês) da Estratégia Regional de Inclusão Financeira, o Bank Al-Maghrib, o Fundo de Garantia de Depósitos e Resolução na UMOA, os bancos, as instituições públicas e privadas, os Sistemas Financeiros Descentralizados bem como os parceiros técnicos e financeiros. O encontro permitiu fornecer elementos teóricos e contextuais de elaboração, implementação e seguimento do programa de educação financeira e partilhar as experiências da Côte d'Ivoire, do Senegal e de Marrocos em matéria de educação financeira.

Semana da Inclusão Financeira na UEMOA

O Banco Central organizou, de 18 a 23 de Novembro de 2019, a segunda edição da Semana da Inclusão Financeira na UEMOA, sob o tema "A Digitalização do Serviço de Inclusão Financeira: Implicações para o Sector Financeiro e os Estados-membros da UEMOA". Esta edição permitiu trocar com as partes envolvidas sobre as implicações da digitalização de pagamentos para o sector financeiro e os Estados-membros da UEMOA, os riscos ligados à utilização das novas tecnologias financeiras, bem como as medidas a executar para reforçar a educação financeira e proteger os utilizadores dos serviços financeiros.

O encontro reuniu na Sede do BCEAO em Dakar cerca de 300 participantes, provenientes essencialmente dos Ministérios encarregues das Finanças e da Economia Digital dos países da União, dos bancos, dos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD), das Instituições Emissoras de Moeda Electrónica (EME), das FinTech, dos Correios e dos parceiros para o desenvolvimento

DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS FINANCEIRAS

Participação na Conferência de alto nível sobre as oportunidades e riscos ligados à Fintech

Uma delegação liderada pelo Governador do BCEAO participou, de 13 a 14 de março de 2019 em Rabat, na Conferência de alto nível sob o tema: "**Transformação Digital: Oportunidades e Riscos Ligados à Fintech**-Implementação do "Programa Fintech de Bali", organizada conjuntamente pelo FMI e Bank al-Maghrib. O encontro permitiu aos participantes partilhar as suas respectivas experiências, ao realizar uma reflexão aprofundada sobre as questões levantadas no "Programa Fintech de Bali" e a sua relevância para o contexto particular de seus respectivos países. A Conferência realizou-se em quatro sessões e de uma mesa redonda, sobre os meios de incluir a Fintech nas estratégias nacionais de inclusão financeira e de digitalização. O Governador do BCEAO interveio na qualidade de conferencista na sessão sob o tema: "Infraestrutura Financeira para a Fintech".

Organização da conferência sob o lema: « FinTech : Desafios, Oportunidades e Perspectivas para os Países em Desenvolvimento »

O BCEAO organizou, conjuntamente com o Banco Mundial, uma conferência internacional sobre as empresas de tecnologia financeira, geralmente denominadas Fintech. Este encontro foi realizado de 30 a 31 de outubro de 2019 na Sede do Banco Central em Dakar. O objectivo principal desta conferência é de criar um quadro de trocas entre os actores do ecossistema Fintech, com vista a partilhar experiências de regulação e supervisão.

Os trabalhos desta conferência contaram com a participação de cerca de 145 pessoas incluindo os membros do Governo do BCEAO, os Governadores dos Bancos Centrais dos Estados da África Central, da Mauritânia, da Gâmbia, do Gana e da Serra Leoa. Participaram igualmente nesta reunião, o Presidente do Conselho Regional da Poupança Pública e Mercados Financeiros (CREPMF), o Secretário-Geral da Comissão Bancária da UMOA, o Secretário-Geral da Comissão Bancária da África Central, os representantes dos Ministérios encarregues das Finanças, os Directores Nacionais do BCEAO e vários outros dirigentes e peritos de instituições de regulação e supervisão regionais e internacionais, tais como: a Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), o Banco da Suécia, o Banco Central Europeu (BCE), o Bank Al-Maghrib, o Banco Central do Egipto, a Confederação Interafricana de Mercados de Seguro (CIMA), o Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD) e a Bolsa Regional de Valores Mobiliários (BRVM).

Além dos reguladores e supervisores, actores do ecossistema das empresas de tecnologia financeira participaram no evento. Trata-se das FinTech, associações e estruturas que operam neste sector, bem como os representantes de instituições de crédito e instituições de microcrédito.

A conferência foi marcada por uma mesa redonda dos Governadores, presidida pelo Governador do BEAC. Este fórum permitiu, primeiro, os responsáveis dos Bancos Centrais fazer a síntese das primeiras lições a tirar da conferência e prever as perspectivas que visam garantir o desenvolvimento de Fintech nas suas respectivas jurisdições.

As recomendações seguintes foram formuladas no termo do encontro:

- ➔ a elaboração de um quadro regulamentar específico para as actividades das FinTech, relativas aos segmentos dos serviços de pagamento e de financiamento participativo, em concertação com as Autoridades competentes, nomeadamente o CREPMF para a vertente financiamento por investimento;
- ➔ a elaboração de textos específicos à cibersegurança, bem como à protecção e confidencialidade dos dados pessoais dos clientes das instituições financeiras;
- ➔ a adopção da abordagem de experimentação para o enquadramento regulamentar das FinTech, através da criação de um laboratório de inovação financeira na União. Esta iniciativa poderia ser precedida pela instalação de escritórios de inovação nos países da UMOA;
- ➔ a continuação da participação do BCEAO nos fóruns de trocas internacionais sobre as FinTech.

Em geral, esta conferência foi um quadro de trocas de experiências frutuoso e fecundo, que permitiu aos actores do ecossistema das FinTech da UMOA melhor compreender as implicações, os desafios, as perspectivas, as vantagens e os riscos ligados à emergência destas entidades para a União.

Concertação Regional para a implementação da interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA

De 30 de setembro a 3 de outubro de 2019, foi realizada em Dakar a concertação regional para a implementação da interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA. Este encontro, cujo objectivo era passar em revista o estado de avanço do Projecto de interoperabilidade lançado em 2017, permitiu definir as características da futura plataforma que deverá oferecer uma conectividade total a todos os tipos de pagamentos digitais.

No termo dos trabalhos, o plano de instalação da plataforma foi adoptado. A sua implementação deveria permitir o lançamento dos primeiros serviços interoperáveis durante o primeiro semestre do ano de 2020.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Visita da Directora-Geral do FMI ao BCEAO

Por ocasião da sua primeira viagem à África, após a sua nomeação para as funções de Directora-Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Senhora Kristalina GEORGIEVA participou na Conferência sob o tema: “Desenvolvimento Duradouro, Dívida Sustentável”, organizada, a 2 de dezembro de 2019 em Dakar, pela República do Senegal e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

À margem desta reunião, a Directora-Geral do FMI efectuou, a 3 de dezembro de 2019, uma visita à Sede do BCEAO, durante a qual ela manteve uma reunião com o Governador Tiémoko Meyliet KONE. Esta visita mostra a excelência das relações que o FMI mantém com o BCEAO.

Cooperação entre o BCEAO e o Banco de Inglaterra

O BCEAO concluiu, a 5 de julho de 2019, uma parceria técnica com o Banco de Inglaterra, apoiada pelo Governo britânico, no quadro do programa de reforço de capacidades em matéria económica e financeira. Os domínios identificados pelas duas Instituições envolvem a inclusão financeira, as FinTech, as infraestruturas de mercado, o mercado do crédito bancário, bem como a análise estatística e económica.

A cooperação entre os dois Bancos Centrais prevê a participação dos agentes do BCEAO nos seminários organizados pelo Banco de Inglaterra, e a realização de dois ateliês de formação em 2020 e 2021 em Dakar - Senegal.

25ª Edição da reunião dos Governadores de Bancos Centrais dos Países Francófonos

O Governador do BCEAO, Senhor Tiémoko Meyliet KONE, participou na 25ª reunião dos Governadores de Bancos Centrais dos países francófonos, sob o tema: "Os Bancos Centrais, os Estados e a Opinião Pública", organizada de 23 a 25 de Maio de 2019 em Bordeaux, pelo Banco de França.

A edição de 2019 permitiu abordar várias temáticas, tais como: os objectivos dos Bancos Centrais para melhor servir os seus países, as relações entre Bancos Centrais e Estados, a política e os instrumentos de comunicação dos Bancos Centrais, como também o papel dos Bancos Centrais em matéria de inclusão financeira e de educação económica e financeira. O Governador do BCEAO presidiu à 5ª mesa redonda sobre a temática "Bancos Centrais, Inclusão Financeira e Desigualdades".

Participação nas reuniões anuais da Associação dos Bancos Centrais Africanos

No quadro das reuniões anuais da Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) a título do ano de 2019, uma delegação do BCEAO, liderada pelo Governador, participou no Simpósio dos Governadores sob o tema: "Aumento da Dívida Soberana Africana: Implicação para a Política Monetária e a Estabilidade Financeira" e na 42ª reunião ordinária do Conselho dos Governadores da Associação, realizados respectivamente a 31 de julho e a 1 de agosto de 2019 em Kigali - Ruanda.

Participação na Conferência sob o tema "Desenvolvimento Duradouro, Dívida Sustentável"

Uma delegação do BCEAO, liderada pelo Governador Tiémoko Meyliet KONE, participou na Conferência sob o tema: "Desenvolvimento Duradouro, Dívida Sustentável", organizada, a 2 de dezembro de 2019 em Dakar, pela República do Senegal e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O encontro teve como objectivo identificar propostas de políticas susceptíveis de responder à problemática da necessidade de financiar o desenvolvimento e resolver ao mesmo tempo, as vulnerabilidades ligadas à dívida. O Governador do BCEAO participou neste evento na qualidade de painelista na mesa redonda cujo tema: "Satisfazer as Necessidades de Desenvolvimento ao Controlar as Vulnerabilidades da Dívida - Perspectivas do Sector Público".

GESTÃO DO BCEAO

Reorganização dos Serviços do BCEAO

Por decisão n.º 277-10-2019 de 2 de outubro de 2019, o Governador do BCEAO procedeu à reorganização dos Serviços do Banco Central. Esta decisão, que entrou em vigor a 4 de novembro de 2019, responde a três preocupações maiores:

- ➔ reequilibrar o organigrama através de redução do tamanho relativo das estruturas suportes, a fim de se conformar com as melhores práticas dos Bancos Centrais;
- ➔ fazer do Centro Oeste-Africano de Formação e Estudos Bancários (COFEB) um centro de excelência de dimensão internacional, em condições de acompanhar o Banco Central e o conjunto dos actores dos sectores monetários e financeiros no desenvolvimento de suas competências;
- ➔ assegurar um melhor agrupamento das estruturas com fortes sinergias e ter em conta, no organigrama, as evoluções nas actividades do Banco, bem como os seus grandes projectos em curso.

A nova organização confirma a possibilidade de ligar ao Secretariado Geral ou ao Gabinete do Governador, projectos ou missões de forte implicação estratégica para a Instituição. Neste sentido, apareceu necessário tirar as actividades de tipo suporte do campo das atribuições da Direcção Geral da Economia e da Moeda. Assim, uma nova Direcção encarregue da Documentação, Publicações e Arquivos foi criada e vinculada ao Secretariado Geral.

Paralelamente a estas reflexões, um dispositivo de escuta foi instalado para identificar as necessidades dos actores dos sectores monetários e financeiros da União. No termo deste processo,

revelou-se oportuno fazer do COFEB um centro de excelência de dimensão internacional, para que desempenhe um papel essencial na consolidação das capacidades prospectivas do Banco. Este redimensionamento é essencial para enfrentar os desafios ligados às evoluções notadas nos sectores bancários e financeiros.

Assim, ao COFEB é atribuído estatuto de Direcção Geral, incumbida das actividades de pesquisa do Banco e doravante dotada de todas as estruturas necessárias para cobrir os seus campos de actividade com maior autonomia.

Além disso, o desdobramento das actividades da Direcção da Inclusão Financeira, criada durante a precedente reestruturação, pôs em evidência fortes sinergias com as estruturas da Direcção Geral das Operações de Mercado e Sistemas de Pagamento. Isso resultou na sua ligação à nova Direcção-Geral das Operações e Inclusão Financeira.

A entrada em vigor da regulamentação relativa à Finança Islâmica, gera novas actividades que enriqueceram as atribuições da Direcção das Instituições de Crédito e Financiamento das Economias, assim tornada Direcção das Actividades Bancárias e dos Financiamentos Alternativos, no seio da nova Direcção-Geral da Estabilidade Financeira e Financiamento das Economias.

Por fim, a construção do Centro de Processamento Fiduciário (CTF, sigla em francês) em fase de conclusão, uma Direcção do Centro de Processamento Fiduciário foi criada e vinculada à Direcção Geral das Actividades Fiduciárias.

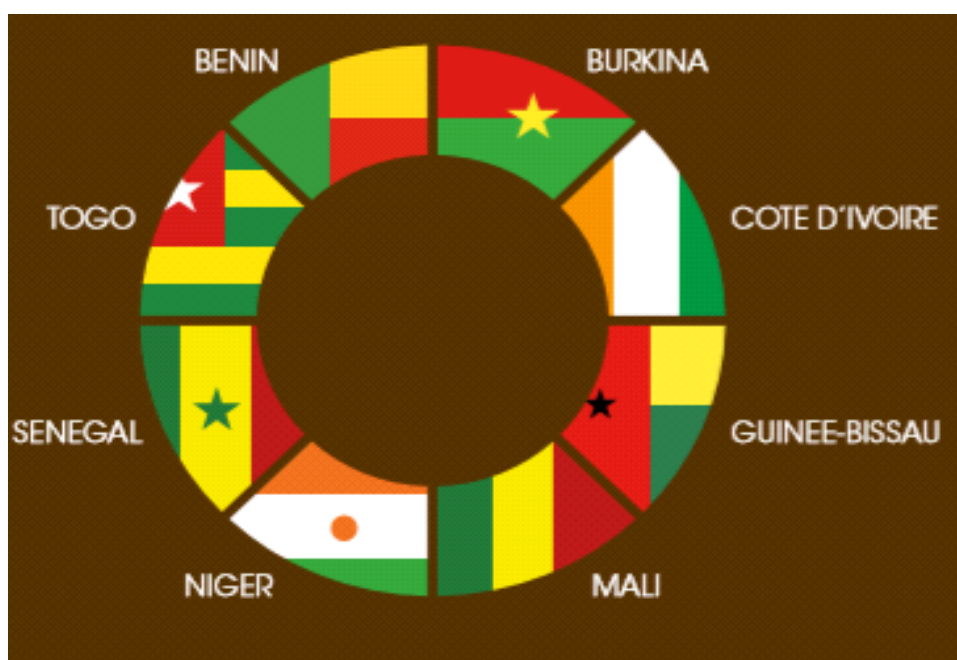
Nas Direcções Nacionais, alguns Serviços da Agência Principal serão agrupados em Divisões, a fim de garantir uma melhor coordenação das actividades. Assim, a título opcional, quando a evolução do volume das actividades o justificar, os Serviços poderão ser agrupados em três divisões: uma divisão económica, uma divisão financeira e uma divisão administrativa.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA UMOA E DO BCEAO

UNIÃO MONETÁRIA OESTE AFRICANA (UMOA)



A União Monetária Oeste Africana (UMOA), reúne os oito Estados membros seguinte:



A União Monetária estabelecida entre os Estados acima mencionados caracteriza-se pelo reconhecimento de uma mesma unidade monetária, cuja emissão foi confiada ao Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

Instituto de emissão comum dos Estados membros da UMOA, o BCEAO é responsável nomeadamente pela gestão da sua moeda comum, o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), das suas reservas cambiais e pela implementação da política monetária comum.

N.B. - Na ausência de qualquer outra precisão, os valores indicados neste relatório são expressos em FCFA.

COMPOSIÇÃO DA CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UMOA

em 31 de Dezembro de 2019

PRESIDENTE: Sua Excelência o Senhor **Alassane OUATTARA**,
Presidente da República de Côte d'Ivoire.

Sua Excelência o Senhor **Patrice TALON**,
Presidente da República do Benin.

Sua Excelência o Senhor **Roch Marc Christian KABORE**,
Presidente do Burkina Faso.

Sua Excelência o Senhor **Alassane OUATTARA**,
Presidente da República de Côte d'Ivoire.

Sua Excelência o Senhor **José Mário VAZ**,
Presidente da República da Guiné-Bissau.

Sua Excelência o Senhor **Ibrahim Boubacar KEÏTA**,
Presidente da República do Mali.

Sua Excelência o Senhor **Issoufou MAHAMADOU**,
Presidente da República do Níger.

Sua Excelência o Senhor **Macky SALL**,
Presidente da República do Senegal.

Sua Excelência o Senhor **Faure Essozimna GNASSINGBE**,
Presidente da República do Togo.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA UMOA

em 31 de Dezembro de 2019

PRESIDENTE: Sr. Romuald WADAGNI,
Ministro da Economia e das Finanças do Benin.

REPÚBLICA DO BENIN

Sr. Romuald WADAGNI, Ministro da Economia e das Finanças;

Sr. Abdoulaye BIO TCHANE, Ministro de Estado responsável pelo Planeamento e Desenvolvimento.

BURKINA FASO

• **Sr. Lassané KABORE**, Ministro da Economia, das Finanças e do Desenvolvimento;

• **Sr. Paul Robert TIENDREBEOGO**, Ministro da Integração Africana e dos Burkinabé do Estrangeiro.

REPÚBLICA DA COTE D'IVOIRE

• **Sr. Adama COULIBALY**, Ministro da Economia e das Finanças;

Sr. Abdourahmane CISSE, Ministro do Petróleo, da Energia e Energias Renováveis.

REPÚBLICA DA GUINE-BISSAU

• **Sr. Geraldo João MARTINS**, Ministro da Economia e das Finanças;

• **Sr. Suleimane SEIDI**, Secretário de Estado para o Tesouro.

REPÚBLICA DO MALI

• **Sr^a Aoua SYLLA BARRY**, Ministra delegada junto do Primeiro-Ministro, Chefe do Governo, Ministra da Economia e das Finanças, Encarregue do Orçamento;

• **Sr. Sambou WAGUE**, Ministro da Energia e da Água.

REPÚBLICA DO NÍGER

• **Sr. Mamadou DIOP**, Ministro das Finanças;

Sr^a KANE Aïchatou BOULAMA, Ministra do Planeamento.

REPÚBLICA DO SENEGAL

• **Sr. Abdoulaye Daouda DIALLO**, Ministro das Finanças e do Orçamento;

• **Sr. Amadou HOTT**, Ministro da Economia, do Planeamento e da Cooperação.

REPÚBLICA DO TOGO

• **Sr. Sani YAYA**, Ministro da Economia e das Finanças;

• **Sr^a Demba TIGNOKPA**, Ministra da Planificação do Desenvolvimento e da Cooperação.

COMPOSIÇÃO DO COMITE DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BCEAO

em 31 de Dezembro de 2019

PRESIDENTE: Sr. Tiémoko Meyliet KONE, Governador do BCEAO.

VICE-GOVERNADOR: Sr. Abdoulaye DIOP

VICE-GOVERNADOR : Sr. Norbert TOE.

MEMBROS REPRESENTANDO OS ESTADOS

REPÚBLICA DO BENIN

Sr. Yaovi Clément AZIAGNIKOUDA,
Director do Tesouro.

BURKINA FASO

Sr. Ousmane OUEDRAOGO, antigo Vice-Governador do BCEAO, antigo Ministro de Estado, Ministro das Finanças e do Planeamento.

REPÚBLICA DA CÔTE D'IVOIRE

Sr. Mama OUATTARA, Professor na Universidade Félix Houphouët-Boigny de Cocody, Director do Grupo de Política Económica (GPE).

REPÚBLICA DA GUINE-BISSAU

Sr. Rui Duarte FERREIRA, Conselheiro do Ministro da Economia e das Finanças, responsável pelos Assuntos Internacionais.

REPÚBLICA DO MALI

-

REPÚBLICA DO NÍGER

Sr. Mahamane ANNOU MALLAM, antigo Ministro do Planeamento, antigo Presidente do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Democracia e o Desenvolvimento Económico e Social (GERDDES).

REPÚBLICA DO SENEGAL

Sr. Aliou FAYE, Director do Centro de Estudos de Políticas para o Desenvolvimento (CEPOD).

REPÚBLICA DO TOGO

Sr. Mongo AHARH-KPESSOU, Secretário Permanente para o Seguimento das Políticas de Reformas e dos Programas Financeiros.

REPÚBLICA DO TOGO

Sr^a Françoise DRUMETZ, Directora dos Estudos Microeconómicos e Estruturais do Banco da França.

MEMBROS NOMEADOS INTUITU PERSONAE

• **Sr. Lansina BAKARY**, Presidente do Conselho de Supervisão da Caixa de Depósitos e Consignações de Côte d'Ivoire;

• **Sr. Maïna Boukar MOUSSA**, Vice Presidente do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Democracia e o Desenvolvimento Económico e Social (GERDDES). Niamey (República do Níger).

• **Sr. Adama DIAW**, Professor Titular das Ciências Económicas, Director da Escola de Pós-graduação das Ciências Humanas e da Sociedade na Universidade Gaston Berger, Saint-Louis (República do Senegal).

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

em 31 de Dezembro de 2019

PRESIDENTE: Sr. Tiémoko Meyliet KONE, Governador do BCEAO.

REPÚBLICA DO BENIN

Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA,
Director Geral do Tesouro e da
Contabilidade Pública.

BURKINA FASO

Sr. Célestin Santéré SANON, Director
Geral do Tesouro e da Contabilidade
Pública.

REPÚBLICA DA COTE D'IVOIRE

Sr. Konan Jacques ASSAHORE, Director
Geral do Tesouro e da Contabilidade
Pública.

REPÚBLICA DA GUINE-BISSAU

Sr. Mamadu BALDE, Director Geral do
Tesouro e da Contabilidade Pública.

REPÚBLICA DO MALI

Sr. Bangaly N'ko TRAORE, Secretário
Geral do Ministério da Economia e das
Finanças.

REPÚBLICA DO NÍGER

Sr. Habou HAMIDINE, Secretário Geral do
Ministério das Finanças.

REPÚBLICA DO SENEGAL

Sr. Adama Racine SOW, Tesoureiro Geral,
Agente Contabilístico Central da Direcção
Geral da Contabilidade Pública e do
Tesouro.

REPÚBLICA DO TOGO

Sr. Ekpao ADJABO, Director Geral do
Tesouro e da Contabilidade Pública.

REPÚBLICA DA FRANÇA

Sr. Yves CHARPENTIER, Conselheiro
Financeiro para a África Ocidental na
Direcção Geral do Tesouro.

COMPOSIÇÃO DO COMITE DE AUDITORIA DO BCEAO

em 31 de Dezembro de 2019

Presidente: Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA, Director-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública do Benin.

REPÚBLICA DO BENIN

Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA,
Director Geral do Tesouro e da
Contabilidade Pública.

BURKINA FASO

Sr. Célestin Santéré SANON, Director
Geral do Tesouro e da Contabilidade
Pública.

REPÚBLICA DO SENEGAL

Sr. Adama Racine SOW, Tesoureiro Geral,
Agente Contabilístico Central da Direcção
Geral da Contabilidade Pública e do
Tesouro.

REPÚBLICA DO TOGO

Sr. Ekpao ADJABO, Director Geral do
Tesouro e da Contabilidade Pública.

BANCO CENTRAL DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

em 31 de Dezembro de 2019

MEMBROS DO GOVERNO

GOVERNADOR	Sr. Tiémoko Meyliet KONE
VICE-GOVERNADOR	Sr. Abdoulaye DIOP
VICE-GOVERNADOR	Sr. Norbert TOE
Secretário-Geral	Sr. Abdoulaye SECK
Director do Gabinete	Sr. Siriki KONE
Conselheiro Especial do Governador	Sr. Oumar Tatam LY
Conselheiro Especial do Governador	Sr. Ismaïla DEM

SUPERVISÃO GERAL

Auditor Geral	Sr Guy Kadjemna GO-MARO
Conselheiros do Auditor Geral	- Sr. Oumar KABO - Sr. Djibril CAMARA

DIRECÇÕES GERAIS

Directora Geral das Actividades Fiduciárias	Sr ^a Zenaida M. Lopes CASSAMA
Director Geral da Economia e da Moeda	Sr. Bassambié BATIONO
Director Geral das Operações e da Inclusão Financeiras	Sr. Bwaki KWASSI
Director Geral da Estabilidade Financeiras e do Financiamento das Economias	Sr. Sourou Antonin DOSSOU
Directora Geral da Organização e dos Sistemas de Informação	Sr ^a Aminata FALL NIANG
Director Geral da Administração e dos Recursos Humanos	Sr. Alioune Blondin BEYE
Director do Centro Oeste Africano de Formação e de Estudos Bancários	Sr. Ousmane SAMBA MAMADOU

CONSELHEIROS DOS DIRETORES GERAIS

Conselheiro da Directora Geral das Actividades Fiduciárias	Sr. Abdoulaye MBODJ
Conselheiro do Director Geral da Economia e da Moeda	Sr. Madani TOURE
Conselheiro do Director Geral das Operações e da Inclusão Financeiras	Sr. Mahamane Alassane TOURE
Conselheiro do Director Geral da Estabilidade Financeiras e do Financiamento das Economias	Sr. Habib THIAM
Conselheiro da Directora Geral da Organização e dos Sistemas de Informação	Sr. Coulibaly HORO
Conselheiros do Director-Geral da Administração e dos Recursos Humanos	- Sr ^a Marie Evelyne SEABE - Sr. Emmanuel Junior ASSILAMEHOO
Conselheira do Director do Centro Oeste Africano de Formação e de Estudos Bancários	Sr ^a Aminata HAIDARA

DIRECÇÕES DOS SERVIÇOS CENTRAIS

Director dos Assuntos Jurídicos e Institucionais
Director da Documentação, Publicações e Arquivos
Directora da Inspeção e Auditorias
Director da Supervisão e da Prevenção dos Riscos
Director dos Estudos Fiduciários
Director das Transacções em Numerário
Director do Centro de Processamento Fiduciário
Director das Estatísticas
Director da Conjuntura Económica e Análises Monetárias
Director dos Estudos Económicos e da Integração Regional
Director das Operações de Mercado
Directora dos Sistemas e Meios de Pagamento
Directora da Inclusão Financeira
Director das Actividades Bancárias e do Financiamento Alternativos
Directora da Estabilidade Financeira
Director da Contabilidade e da Supervisão de Gestão
Director dos Sistemas de Informação
Director do Orçamento e dos Aprovisionamentos
Directora da Gestão Administrativa e Social do Pessoal
Director da Gestão das Carreiras e das Competências
Director do Património e da Segurança
Director dos Ensinos e Programas de Formação
Directora da Pesquisa e das Parcerias
Directora dos Assuntos Administrativos e da Comunicação

Sr. Vincent SEDALO
Sr. Kabola Aubin Seth ODAH
Sr^a Boury NDAW DIALLO
Sr. Sama MAMANE
Sr. Mohamed Almountaka ALFIDJA
Sr. Yamoussa Melargaba KONE
Sr. Salifou HAMANI
Sr. Madani TOURE
Sr. Bléhoué Toussaint DAMOH
Sr. Patrick KODJO
Sr. Mahamane Alassane TOURE
Sr^a Akuwa DOGBE AZOMA
Sr^a Gisèle Catherine Keny NDOYE
Sr. Charlie Jerry DINGUI
Sr. Kora LILIOU
Sr. Ekoué DJRO GLOKPOR
Sr. Tiéguélé Abdoul F. COULIBALY
Sr. Fama Adama KEITA
Sr. Eso-houna BALE
Sr. Theya Jean-Blaise KOUAME
Sr. Ali SEINI OUMAR
Sr. Toukou Fernand ABOUTOU
Sr^a Ndeye Amy NGOM SECK
Sr^a KA Marième NDIR

DIRECÇÕES NACIONAIS

Director Nacional para o Benin

Sr. Gbégnon Alain Michel KOMACLO

Director Nacional para o Burkina Faso

Sr. Charles Luanga KI-ZERBO

Director Nacional para a Côte d'Ivoire

Sr. Chalouho COULIBALY

Directora Nacional para a Guiné-Bissau

Sr^a Helena Maria José NOSOLINI EMBALO

Director Nacional para o Mali

Sr. Konzo TRAORE

Director Nacional para o Níger

Sr. Maman Laouane KARIM

Director Nacional para o Senegal

Sr. Ahmadou Al Aminou LO

Director Nacional para o Togo

Sr. Kossi TENOU

SECRETARIADO GERAL DA COMISSÃO BANCÁRIA DA UMOA (CBUMOA)

Secretária Geral

Sr^a Séna Elda Afiwa KPOTSRA

Secretário Geral Adjunto

Sr. Antoine TRAORE

Secretário Geral Adjunto

Sr. Adjoumani KOUAKOU

VISÃO GLOBAL

O ambiente económico e financeiro internacional caracterizou-se em 2019 por um abrandamento do crescimento. A taxa de crescimento da economia mundial estabeleceu-se em 2,9% em 2019 contra 3,6% em 2018. Os principais factores que pesaram no desempenho económico global incluem tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, incertezas relacionadas com Brexit e crescentes tensões geopolíticas no Médio Oriente.

Apesar deste ambiente desfavorável, a actividade económica na União foi bem orientada em 2019. O Produto Interno Bruto (PIB) da UEMOA é estimado em 6,6% em 2019, mesmo valor em 2018, comparado com 3,3% para a África Subsaariana.

A nível local, as economias têm beneficiado de um ambiente sociopolítico globalmente favorável e de um melhor clima de negócios. A actividade económica também beneficiou do investimento contínuo em infra-estruturas socioeconómicas por parte dos Estados membros da UEMOA. A taxa de inflação em média anual estabeleceu-se em -0,7% em 2019 contra 1,2% em 2018.

A nível das finanças públicas, o défice global, baseado nas autorizações, incluindo as subvenções em finais de dezembro de 2019, manteve-se em 2.349,9 mil milhões, ou seja, 3,0% do PIB contra 2.758,7 mil milhões ou 3,8% do PIB em 2018. Esta diminuição reflecte uma melhoria na cobrança de receitas, combinada com um melhor controlo da despesa pública, especialmente da despesa corrente.

O défice da balança corrente aumentou 1,7%, cifrou-se em 4.686,5 mil milhões, devido ao agravamento do défice da balança de bens (+15,4%), associado à aquisição de bens de equipamento e bens intermediários, bem como de bens de consumo. No entanto, esta evolução foi mitigada pelo declínio das importações de produtos petrolíferos, num contexto de queda dos preços internacionais e de consolidação das transferências correntes recebidas pelas Administrações Públicas. Em percentagem do PIB, o défice da balança corrente fixou-se em 5,8% em 2019 contra 6,2% em 2018.

Globalmente, o comércio externo dos países da UEMOA apresentou um excedente global de 1 659,4 mil milhões em 2019, após um excedente de 1.088,2 mil milhões um ano anterior. Esta evolução está relacionada com o aumento das entradas líquidas de capital a título da conta financeira, cujo nível cobriu em grande parte o défice da conta corrente.

Os activos externos líquidos das instituições monetárias aumentaram de 1.940,1 mil milhões em 2018, para 7.315,2 mil milhões em finais de dezembro de 2019. Isto deveu-se a um aumento de 1.687,9 mil milhões nos activos externos líquidos do Banco Central e de 252,2 mil milhões nos activos dos bancos.

As reservas cambiais oficiais do BCEAO, aumentaram em 1.795,9 mil milhões para 10.357,0 mil milhões em finais de dezembro de 2019, em linha com a significativa mobilização de recursos externos pelos Estados e a melhoria do nível de repatriação das receitas de exportação. A repatriação de recursos externos pelos Estados fixou-se em 4.765,0 mil milhões. Por conseguinte, a taxa de cobertura da emissão monetária do Banco Central melhorou, ao alcançar 78,4% em 2019 contra 77,1% registado em dezembro de 2018. Com este resultado, taxa de cobertura fixou-se em 5,7 meses de importações de bens e serviços.

2,9% (2019)	6,6% (2019)
3,6% (2018)	6,6% (2018)
A taxa de crescimento da economia mundial fixou-se em 2,9% em 2019, contra 3,6% em 2018.	O PIB da UEMOA estimou-se em 6,6% em 2019, tal como em 2018.

Os empréstimos internos em curso, aumentaram em 1.705,7 mil milhões atingindo 31.727,6 mil milhões em dezembro de 2019. Ou seja, um crescimento de 5,7% em relação ao ano 2018. Esta progressão foi impulsionada pelo efeito combinado da consolidação dos créditos líquidos sobre a Administração Pública Central, que se fixaram em 8.116,7 mil milhões em finais de dezembro de 2019. Um aumento de 6,3 mil milhões em relação ao dezembro de 2018. Outro factor responsável por este aumento são os empréstimos concedidos a outros sectores da economia da União, ao cifrar-se em

1.699,4 mil milhões, um crescimento de 7,8%. Ou seja, subiu de 21.911,4 mil milhões em 2018 para 23.610,8 mil milhões em dezembro de 2019.

A massa monetária teve um crescimento de 10,4%, equivalente a 2.874,0 mil milhões e estabeleceu-se em 30.600,8 mil milhões. Este reforço de liquidez global deveu-se ao aumento dos depósitos junto do sistema bancário de 2.205,1 mil milhões equivalente a 10,3%, e por um ligeiro aumento de 10,7% da circulação de moeda fiduciária num montante de 668,9 mil milhões.

Devido a baixa pressão inflacionária, o Banco Central manteve inalterada a sua política monetária acomodatória. A taxa de juros mínima de submissão nas operações de concurso público de injeção de liquidez e a taxa de juros do balcão de cedência de liquidez, continuaram respectivamente fixadas em 2,50% e 4,50%. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União permanece fixado em 3,0%.

Nos mercados de capitais da União, a actividade foi geralmente bem orientada em 2019. No mercado monetário, o valor acumulado dos adiantamentos nos balcões de concursos de uma semana e de um mês fixou-se em 4.410,0 mil milhões no final de dezembro de 2019, contra 4.070,0 mil milhões no ano anterior, ou seja, um aumento de 340,0 mil milhões(+8,3%). A evolução do mercado interbancário da UMOA foi marcada pela alta do volume de transações de numerário e um recuo da taxa de juro média ponderada das operações de uma semana. O volume médio das transações semanais elevou-se a 455 mil milhões de FCFA em 2019 contra 276 mil milhões de FCFA em 2018 (+65%). A nível do mercado regional da dívida pública, o total dos títulos de dívida pública atingiu 10.883,5 mil milhões em finais de dezembro de 2019.

No plano da gestão dos recursos monetários, os levantamentos e os depósitos efectuados nos balcões do BCEAO incidiram sobre 36.155,2 mil milhões de FCFA em 2019, contra 33.992,7 mil milhões de FCFA durante o ano anterior. Comparada a 2018, a parte das notas na circulação fiduciária permaneceu quase estável em 97,6%.

-0,7% (2019)	455 mil milhões de FCFA (2019)
1,2% (2018)	276 mil milhões de FCFA (2018)
A taxa de inflação da União em média anual estabeleceu-se em -0,7% em 2019 contra 1,2% em 2018.	O volume médio das transações semanais no mercado interbancário elevou-se à 455 mil milhões de FCFA em 2019 contra 276 mil milhões de FCFA em 2018 (+65%).

No âmbito da cooperação monetária e financeira, as operações realizadas pelo Banco Central com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em nome dos Estados membros da UEMOA, resultaram em entradas líquidas de recursos de 159,69 milhões de DSE em 2019, em comparação com 206,01 milhões de DSE do ano anterior. Os saques cifraram-se em 365,70 milhões de DSE contra 419,98 milhões de DSE no ano anterior, ou seja, uma baixa de 54,28 milhões de DSE. Em relação aos reembolsos, houve diminuição de 8,80 milhões de DSE, passando de 210,64 milhões de DSE para 201,84 milhões de DSE.

No domínio da integração regional, o ano de 2019 foi marcado por progressos significativos na implementação relativa ao programa da moeda única da CEDEAO. Em colaboração com a Comissão da CEDEAO e os Bancos Centrais dos países membros, o BCEAO continuará a implementar as decisões da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO de 29 de junho e 21 de dezembro de 2019 relativas ao referido Programa, bem como a acompanhar todas as principais iniciativas de integração regional.

Em 2019, o Banco Central prosseguiu os seus esforços na área da estabilidade financeira, com o reforço do sistema de supervisão do risco sistémico na União, o que resultou na adopção de um quadro metodológico para a identificação de Instituições Bancárias Sistemicamente Importantes, bem como na implementação das normas de Basileia II e III na UEMOA. No âmbito do reforço da regulamentação prudencial, foi emitida uma Instrução relativa ao reconhecimento de instituições externas de avaliação de crédito para fins prudenciais.

Em termos de acções a favor da inclusão financeira, o BCEAO prosseguiu os seus esforços de apoio aos Estados na implementação da Estratégia Regional para a Inclusão Financeira (SRIF, sigla em francês) na UEMOA e participou nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira. Também continuou a implementar os projectos iniciados para promover a inclusão e a educação financeira, nomeadamente o projecto sobre a interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA e o programa regional de educação financeira.

36.155,2 mil milhões de FCFA (2019)	10.357,0 mil milhões de FCFA (2019)
33.992,7 mil milhões de FCFA (2018)	8.561,1 mil milhões de FCFA (2018)
...Os saques e pagamentos feitos nos balcões do BCEAO totalizaram 36.155,2 mil milhões de FCFA em 2019 contra 33.992,7 mil milhões de FCFA no ano anterior.	De dezembro de 2018 a dezembro de 2019, as reservas de divisas do BCEAO aumentaram de 1.795,9 mil milhões de FCFA.

Durante o ano 2019, o Banco Central prosseguiu os seus esforços em consolidação do sector do microcrédito, de modernização das ferramentas de supervisão das actividades de microcrédito e de controlo das vulnerabilidades identificadas de que enfrentam os Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD). Neste contexto, a organização da segunda edição da Semana da Inclusão Financeira na UEMOA, permitiu discutir questões relacionadas com os desafios da digitalização dos pagamentos, os riscos associados à utilização de novas tecnologias financeiras, e as medidas para reforçar a educação financeira e a protecção dos utilizadores de serviços financeiros.

No plano do funcionamento do Banco Central, durante o exercício 2019, os Órgãos da União e do BCEAO realizaram os seus encontros, em conformidade com as disposições do Tratado de 20 de janeiro de 2007 constituindo a União Monetária Oeste Africana e os Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União realizou, durante o ano 2019, uma sessão ordinária, a 12 de julho em Abidjan, na República da Côte d'Ivoire, e uma sessão extraordinária a 3 de dezembro em Dakar, na República do Senegal. O Conselho de Ministros realizou quatro sessões ordinárias e três sessões extraordinárias. O Comité de Política Monetária do BCEAO realizou quatro reuniões ordinárias e o Conselho de Administração, duas sessões ordinárias.

A fim de continuar a lidar eficazmente com as mudanças ocorridas no seu ambiente, o BCEAO elaborou um novo Plano Estratégico 2019-2021 que inclui 14 objectivos estratégicos repartidos em 39 objectivos operacionais e 69 projectos.

Por outro lado, o Banco Central colocou em produção uma nova aplicação de gestão de suas contas gerais, adaptada à evolução de suas actividades e que oferece funcionalidades inovadoras para reforçar a qualidade e a segurança da informação financeira.

A 31 de dezembro de 2019, o número global do pessoal do BCEAO, todas as corporações confundidas, estabeleceu-se em 3.597 agentes, contra 3.615 agentes em finais de dezembro de 2018. Este número é constituído por 3.541 agentes em actividade nos sítios do BCEAO e de 56 agentes em posição de destacamento ou disponibilidade.

I – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 – CONTEXTO INTERNACIONAL	2
1.1.1 - Nos grandes países industrializados.....	2
1.1.2 - Nos países emergentes e em desenvolvimento.....	3
1.1.3 - Mercados financeiros e de matérias-primas.....	3
1.1.4 - Emprego e inflação nos países industrializados ...	6
1.1.5 - Medidas de política monetária e mercados cambiais	6
1.2 – EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA NOS ESTADOS MEMBROS DA UEMOA	8
1.2.1 – Produto interno bruto	8
1.2.1.1 - Produção agrícola	9
1.2.1.2 - Produção mineira	10
1.2.1.3 - Produção industrial e volume de negócios	11
1.2.2 - Evolução dos preços no consumidor	11
1.2.3 - Finanças públicas e situação da dívida externa	12
1.2.3.1 - Evolução das operações financeiras dos Estados	12
1.2.3.2 - Mobilização dos recursos e situação da dívida externa	14
1.2.4 - Balança de pagamentos	15
1.3 – INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NA UEMOA	16

1.1 : CONTEXTO INTERNACIONAL

DESACELERAÇÃO GERAL, EXCEPTO NA ÁFRICA SUBSARIANA

ECONOMIA MUNDIAL:

2,9% (2019)

3,6% (2018)

2,9% de crescimento em 2019 contra 3,6% em 2018

ECONOMIAS DESENVOLVIDAS:

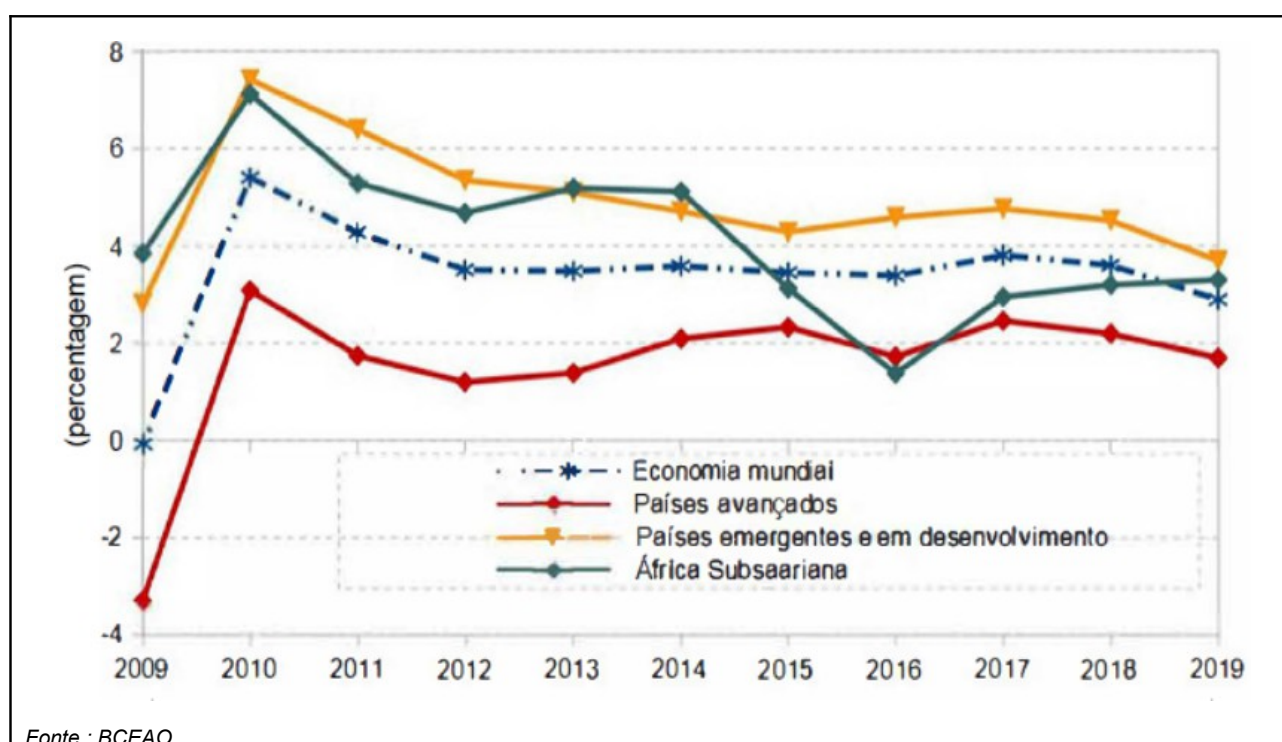
1,7% (2019)

2,2% (2018)

1,7% de crescimento em 2019 contra 2,2% em 2018

O contexto económico e financeiro internacional em 2019 foi marcado por tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, incertezas relacionadas com Brexit e crescentes tensões geopolíticas no Médio Oriente.

Gráfico 1: CRESCIMENTO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA MUNDIAL



1.1.1 – NOS GRANDES PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

Nas economias desenvolvidas, o crescimento foi de 1,7% em 2019 contra 2,2% em 2018. Nos Estados Unidos, a actividade manteve-se dinâmica em 2019, mas o crescimento norte-americano abrandou para 2,3%, após 2,9% em 2018, num contexto de tensões comerciais, nomeadamente um declínio do investimento e do comércio.

Na Zona Euro, o crescimento desacelerou, passando de 1,9% em 2018 para 1,2% em 2019. Esta situação deveu-se principalmente ao colapso da actividade industrial na Alemanha, à estagnação contínua em Itália e às incertezas relacionadas com o Brexit.

ZONA EURO	PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO
1,2% (2019)	3,7% (2019)
1,9% (2018)	4,5% (2018)
1,2% de crescimento em 2019 contra 1,9% em 2018	3,7% de crescimento em 2019 contra 4,5% em 2018

1.1.2 – NOS PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO

Nos países emergentes e em desenvolvimento, a taxa de crescimento fixou-se em 3,7% em 2019, em comparação com 4,5% em 2018. Na China, o crescimento abrandou de 6,6% em 2018 para 6,1% em 2019, num contexto de tensões comerciais com os Estados Unidos. A economia indiana registou uma taxa de crescimento de 4,8% em 2019 contra 6,8% em 2018, devido ao declínio da produção agrícola causado pela frequência de monções fortes nas regiões produtoras, bem como pela fraca procura externa. Na Rússia, a taxa de crescimento foi de 1,1% em 2019, depois de 2,3% em 2018. A queda dos preços do petróleo e o impacto negativo do aumento do IVA no consumo privado, penalizaram a economia russa.

A taxa de crescimento económico na África Subsaariana estabeleceu-se em 3,3% em 2019, uma ligeira aceleração em relação a 2018 (+3,2%), em linha com o bom desempenho dos investimentos e das exportações. Os desenvolvimentos internos desfavoráveis em vários países tiveram um efeito amortecedor. A Nigéria registou um crescimento de 2,3% em 2019, após 1,9% em 2018, em linha com a melhoria da produção petrolífera. Na África do Sul, a economia registou um declínio na sua dinâmica de desenvolvimento, com uma taxa de crescimento de 0,4% em 2019, depois de 0,8% em 2018. Esta desaceleração está relacionada ao baixo investimento, restringida pela reforma agrária e pela limitada margem de manobra fiscal do país.

1.1.3 – MERCADOS FINANCEIROS E DE MATÉRIAS-PRIMAS

Nos mercados financeiros, as principais bolsas de valores registaram desenvolvimentos contrastantes, num contexto marcado pelas tensões comerciais, incertezas ligadas ao Brexit e situação geopolítica no Médio-Oriente.

Em média, o índice da Bolsa de Valores de Nova Iorque, o Dow Jones, melhorou em 2019 em relação ao ano anterior, impulsionado, nomeadamente, pela política acomodatória da Federal Reserve (FED) dos Estados Unidos. O índice EuroStoxx 50 caiu de 1,5% em relação ao seu nível médio de 2018, para fixar-se em 3.435,7 pontos em 2019. No entanto, no Japão, o índice FTSE caiu 2,8% para um nível médio de 21.680,8 pontos em 2019. No Reino Unido, o índice FTSE 100 caiu 1,1% para fixar-se em 7.275,9 pontos em 2019, impactado também pelas incertezas ligadas ao Brexit.

CHINA	ÁFRICA SUBSARIANAN
6,1% (2019)	3,3% (2019)
6,6% (2018)	3,2% (2018)
China : 6,1% de crescimento em 2019 contra 6,6% em 2018	3,3% de crescimento em 2019 contra 3,2% em 2018

A nível dos mercados financeiros dos países africanos, os índices registaram também uma tendência depressiva durante o ano 2019. Assim, em média anual, os índices de GSE do Gana e do NSE da Nigéria registaram baixas de 22,8% e 21,6%, respectivamente. O índice da África do Sul, o FTSE/JSE All Share, recuou 0,4% num contexto de fraca recuperação da actividade económica. Na zona da UEMOA, os índices BRVM10 e BRVM compósito baixaram 23,0% e 24,8%, respectivamente.

No que diz respeito às matérias-primas, os preços foram afectados pela magnitude do abrandamento do crescimento global e pelas tensões do comércio internacional. O índice dos principais produtos de exportação mostra um recuo de 3,5% em 2019, após um aumento de 7,1% em 2018. Por outro lado, os preços dos principais produtos alimentares importados, mantiveram a sua taxa de crescimento (+0,6% em 2019, depois de +1,3% em 2018).

A queda dos preços mundiais das principais matérias-primas exportadas pela União, concentrou-se na castanha de caju (-33,9%), no óleo de palmiste (-27,8%), no algodão (-17,0%), no café robusta (-14,1%), no óleo cru (-11,4%) e no óleo de palma (-7,5%). Aumentos nos preços do ouro (+9,7%), da borracha (+8,3%) e do cacau (+2,1%) contribuíram para melhoria dos indicadores.

Os preços da castanha de caju foram afetados pela fraca procura em um contexto de produção abundante. O declínio dos preços do óleo de palmiste e do óleo de palma deve-se ao elevado nível de estoques e ao aumento da oferta a nível mundial, particularmente com as boas colheitas realizadas na Malásia. Os preços do algodão são impulsionados para baixo pelas boas perspectivas de produção mundial, face à procura moderada, bem como pelas tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos. Os preços do café, por sua vez, foram penalizados pela chegada ao mercado de novas colheitas provenientes da Indonésia e do Vietnã e pela queda da procura. Os preços do petróleo diminuíram durante 2019, devido ao aumento da produção nos principais países exportadores.

Gráfico 2: evolução dos preços do petróleo (NYMEX)

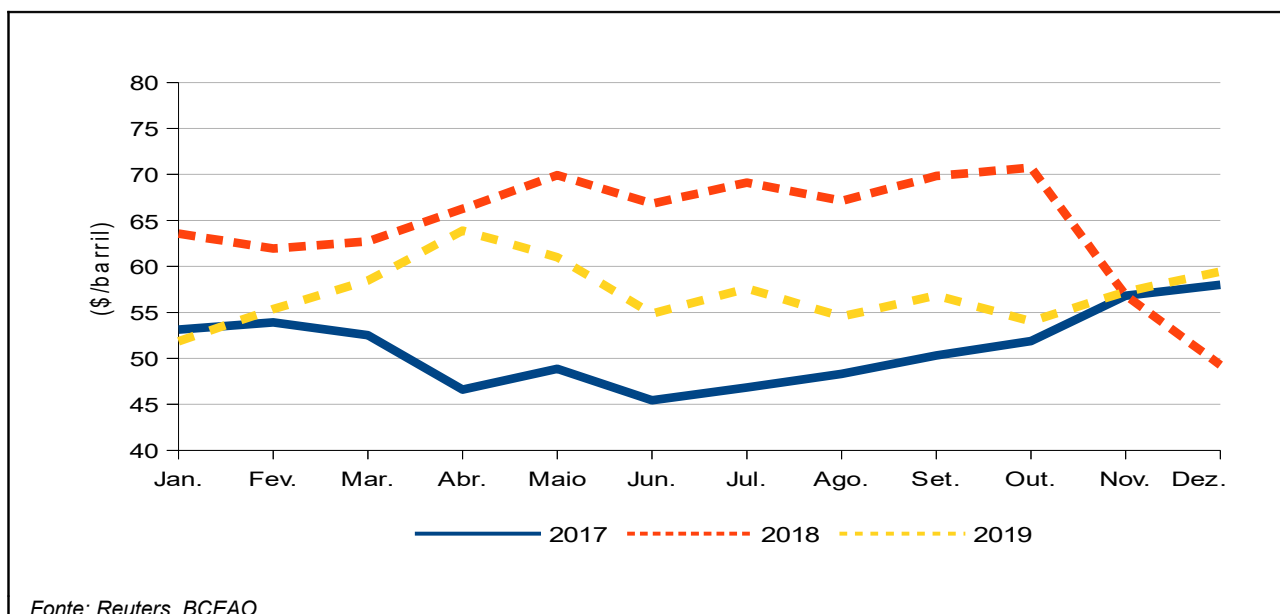


Gráfico 3: evolução dos preços do cacau

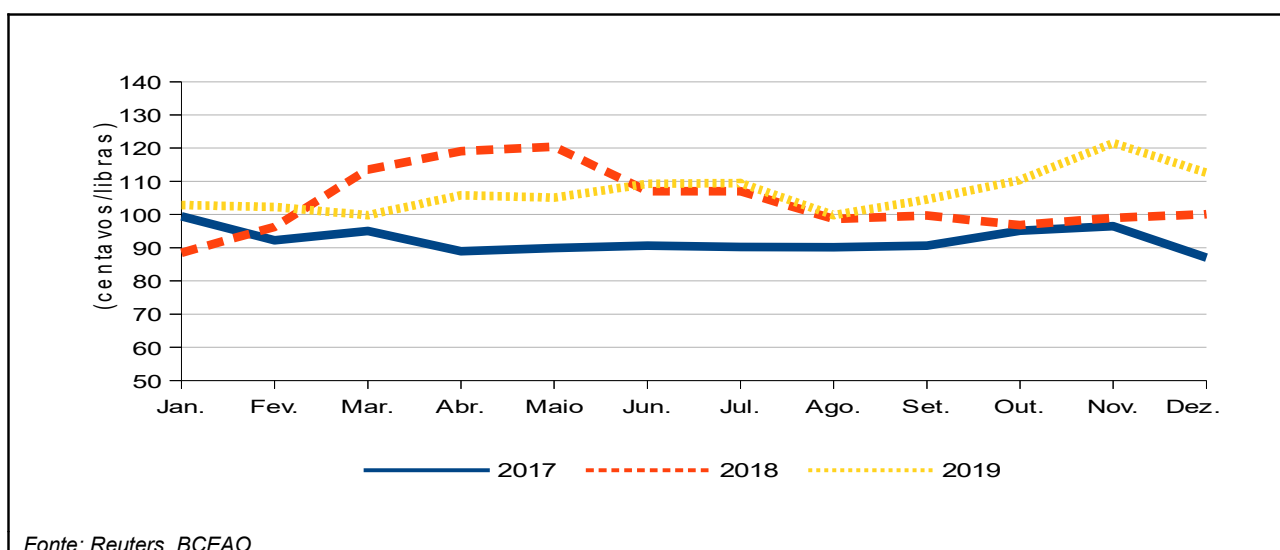


Gráfico 4: evolução dos preços do café robusta

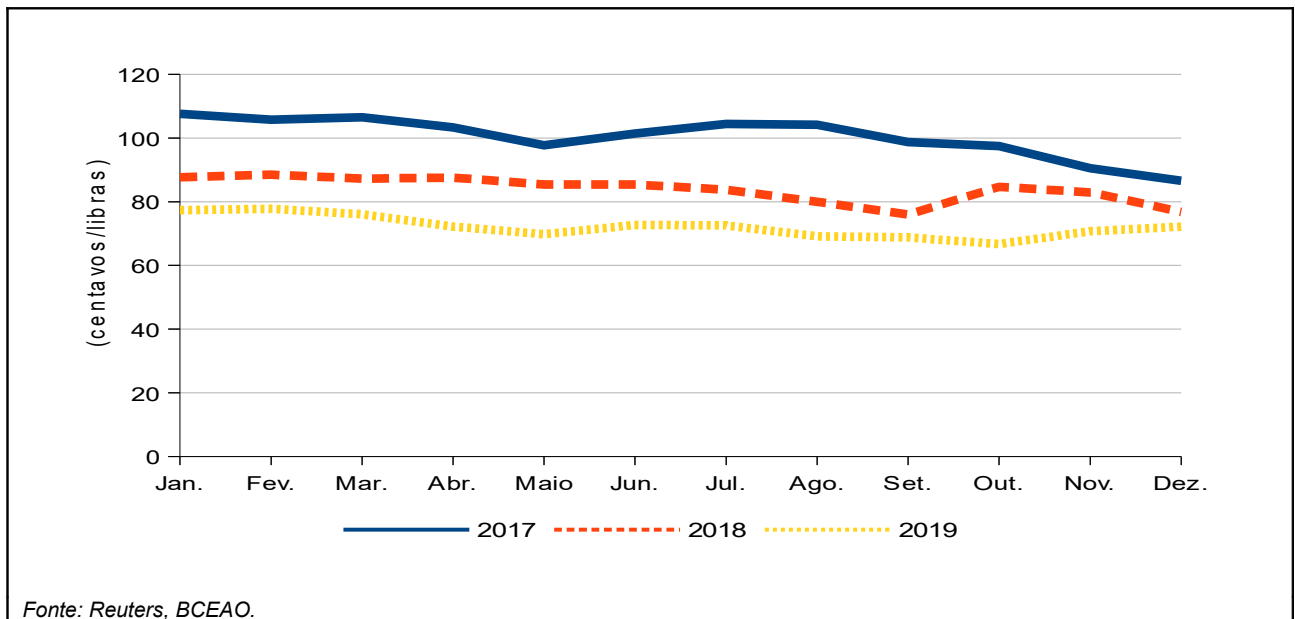


Gráfico 5: evolução dos preços do algodão

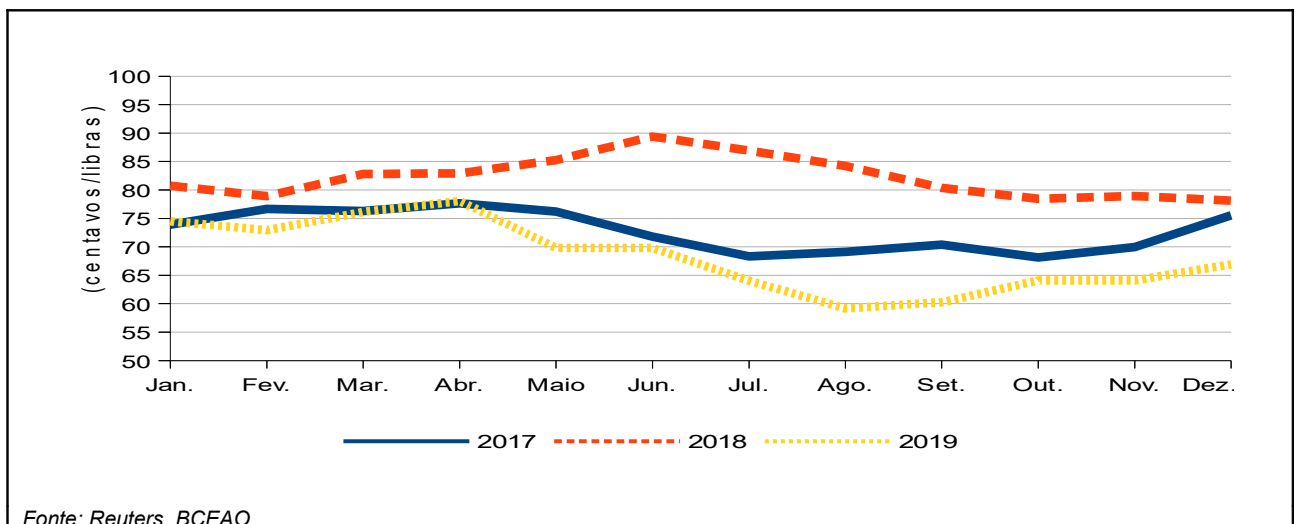
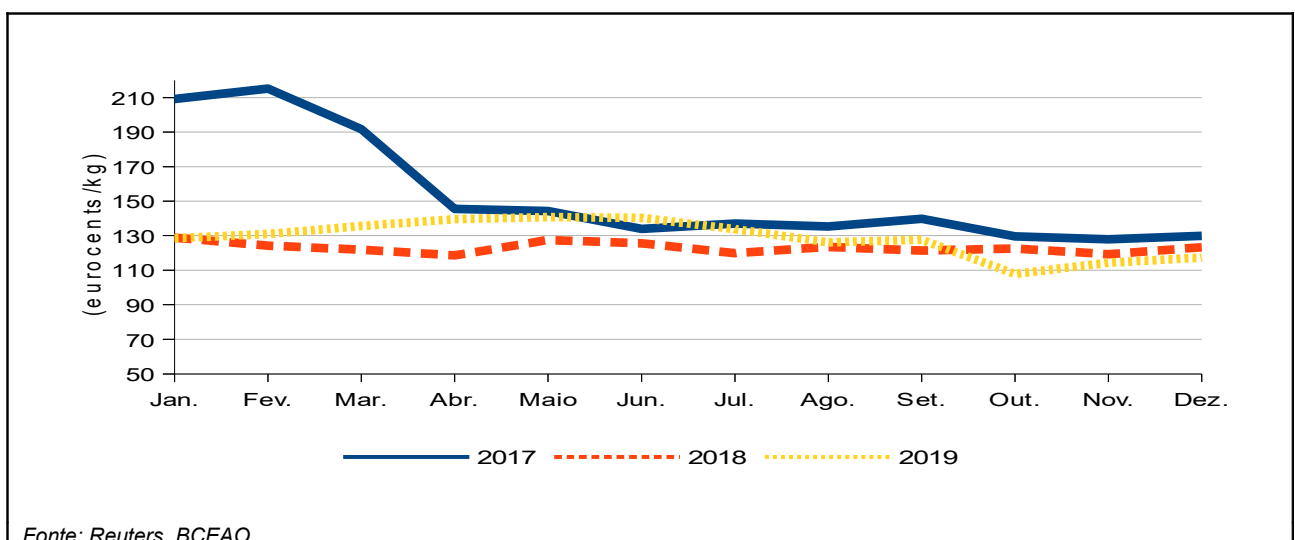


Gráfico 6: evolução dos preços da borracha



1.1.4 - EMPREGO E INFLAÇÃO NOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

- REDUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E DA INFLAÇÃO GLOBAL NA MAIORIA DOS GRANDES PAÍSES INDUSTRIALIZADOS.
- 1,4% DE TAXA MÉDIA DE INFLAÇÃO EM 2019 CONTRA 2,0% EM 2018
- AUMENTO DA TAXA DE INFLAÇÃO NOS PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO (+5,1% EM 2019 CONTRA +4,8% EM 2018).
- TAXA DE INFLAÇÃO ACIMA DE 10% EM 2019, NA ÁFRICA SUBSARIANA, PRINCIPALMENTE INFLUENCIADA PELA SITUAÇÃO ECONÓMICA DA NIGÉRIA.

Em 2019, o desemprego continuou a diminuir na maioria dos principais países industrializados. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego passou de 3,7% em dezembro de 2018 para 3,5% em dezembro de 2019, ou seja uma baixa de 2 pontos percentuais. Na Zona euro, a taxa de desemprego fixou-se em 7,5% em novembro de 2019 depois de 7,9% em dezembro de 2018, ou seja, o nível mais fraco desde julho de 2008.

A inflação global diminuiu durante o ano 2019, induzida nomeadamente, pela baixa dos preços do petróleo. Nos países industrializados, a taxa de inflação situou-se em 1,4% em 2019, contra 2,0% em 2018, estabelecendo-se abaixo dos objectivos fixados pelos Bancos Centrais. Para os países emergentes e em desenvolvimento, a sua média inflacionária atingiu 5,1% em 2019, depois de 4,8% em 2018. Na África Subsaariana, a inflação estimou-se a um nível acima dos 10% em 2019, principalmente por causa da Nigéria.

1.1.5 - MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA E MERCADOS CAMBIAIS

Em termos de política monetária, os Bancos Centrais dos principais países industrializados ajustaram gradualmente as suas taxas directoras de juros em 2019 para apoiar a actividade económica, que tem sido dificultada por barreiras comerciais e incertezas relacionadas com o Brexit.

Facilitação das medidas de política monetária pelos Bancos Centrais dos principais países industrializados.		Desvalorização da moeda europeia em relação às principais divisas em 2019.	Tendências contrastantes do franco CFA no mercado cambial da África Ocidental durante 2019: <ul style="list-style-type: none">• 7,5% de valorização contra os cedi ganenses e os leones da Serra Leoa• desvalorização contra a naira nigeriana (-4,7%), o franco guineense (-3,5%) e o dalasi gambiano (-1,5%).
---	--	--	--

A Federal Reserve dos Estados Unidos (FED) facilitou a sua política monetária. Assim, nas reuniões do seu Comité de Política Monetária de 31 de julho, 18 de setembro e 30 de outubro de 2019, reduziu a diferença das taxas dos fundos federais em 25 pontos base para [1,50%-1,75%], ou seja, um acumulado de 75 pontos base ao longo do ano. Por outro lado, a FED considera que a actual orientação da política monetária continuaria a ser adequada, desde que as novas informações sobre a economia sejam conformes com as perspectivas de crescimento económico moderado, a boa dinâmica do mercado de trabalho e a inflação próxima do objectivo de 2%.

Num contexto de incerteza em torno de Brexit, o Banco de Inglaterra (BoE) manteve a sua taxa directora inalterada em 0,75% em 2019. No entanto, optou por continuar o seu programa de recompra de activos.

O Banco Central Europeu (BCE) reduziu a taxa da facilidade permanente de depósito de -0,40% para -0,50% em 12 de setembro de 2019, devido às crescentes preocupações com o abrandamento do crescimento na Europa. Em contraste, a taxa das operações principais de refinanciamento, principal instrumento da política monetária do BCE, manteve-se estável em zero e a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 0.25%. Por outro lado, em 1 de novembro de 2019, o BCE lançou o seu extenso programa de recompra de activos a um ritmo de 20 mil milhões de euros mensais.

Nota: este programa permitiu ao BCE mobilizar 2.600 mil milhões de obrigações públicas e privadas entre março de 2015 e dezembro de 2018.

O Banco do Japão (BoJ) prosseguiu com a orientação acomodatória de sua política monetária, incluindo o seu compromisso a manter as taxas a longo prazo em nível baixo. A taxa da facilidade permanente de depósito (-0,10%) e a do rendimento obrigacionista de 10 anos (0%) permaneceram inalterados. O BoJ pretende manter estas taxas no seu nível actual até à Primavera de 2020. Ao mesmo tempo, o BoJ continuará a comprar 80.000 mil milhões de ienes de títulos obrigacionistas por ano.

A nível dos países emergentes, os principais bancos centrais modificaram a orientação da sua política monetária. O Banco Popular da China (PBoC) baixou sua taxa de recompra de 7 dias, utilizada para operações de mercado monetário, em 50 pontos base, para 2,50% em 17 de novembro de 2019, a primeira vez desde outubro de 2015. Por outro lado, o PBoC alterou a taxa de empréstimo de um ano, a sua taxa directora de referência, para 4,15%.

Do mesmo modo, a taxa de referência de 5 anos foi reduzida, pela primeira vez desde a sua criação, de 4,85% em 2018 para 4,80% em 2019. Num contexto de incerteza quanto às perspectivas económicas e tensões comerciais com os Estados Unidos, em Janeiro de 2019, o Banco Popular da China injectou no sistema financeiro um valor recorde de 560 mil milhões de yuans (83 mil milhões de dólares ou 73 mil milhões de euros), a fim de evitar uma escassez de liquidez que poderia agravar o abrandamento da actividade económica do país.

No Brasil, o Banco Central (BACEN) baixou sucessivamente a sua principal taxa directora de 50 pontos base durante as reuniões de 31 de julho e 18 de setembro de 2019, para 5,50%. Ou seja, uma diminuição de 875 pontos base, desde que iniciou o seu ciclo de flexibilização monetária em outubro de 2016.

Nos países em desenvolvimento parceiros comerciais da União, os Bancos Centrais mantiveram inalterados os seus instrumentos, excepto o Banco Central do Gana (BoG) e do Banco Central da Nigéria (CBN). O BoG, no dia 28 de janeiro de 2019, reduziu a sua principal taxa directora de 100 pontos base, para fixá-la em 16,0%, num contexto de diminuição dos preços no consumidor. No total, reduziu-se o nível deste instrumento em 1.000 pontos base, desde o início da sua política acomodatória em novembro de 2016. Por sua vez, o CBN baixou a sua taxa directora em 50 pontos base para 13,5% em 26 de março de 2019, a fim de estimular o crescimento económico do país. Esta taxa tem sido mantida em 14% desde julho de 2016 para apoiar a naira e conter a inflação.

Nos mercados cambiais, a moeda europeia desvalorizou-se em relação às principais moedas estrangeiras em 2019. O euro caiu 5,1% para estabelecer-se em 1,119 dólar americano em 2019. A moeda europeia também caiu em relação ao iene japonês (-6,2%), ao franco suíço (-3,5%) e à libra esterlina (-1,1%).

No mercado da África Ocidental, a moeda dos países da Zona UEMOA registou tendências contrastantes durante 2019. Por um lado, o franco CFA valorizou-se 7,5% contra os cedi ganenses e os leones serra-leoneses. Por outro lado, desvalorizou-se face à naira nigeriana (-4,7%), ao franco guineense (-3,5%) e ao dalasi gambiano (-1,5%). Em média anual, 1.000 FCFA correspondem a 8,870 cedias ganenses, 85,105 dalasis gambianos, 15.341,678 leones da Serra Leoa, 321,129 dólares liberianos, 15.657,364 francos guineenses e 524,570 nairas nigerianas.

Quadro 1: EVOLUÇÃO DAS TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CÂMBIO (UNIDADE DE MOEDA ESTRANGEIRA PARA 1.000 FCFA)

Moeda	Sigla	2018	2019	Variação (%)
Dólar americano	(USD)	1,801	1,702	-5,5
Franco Suíço	(CHF)	1,761	1,689	-4,1
Libra esterlina	(GBP)	1,349	1,331	-1,3
Iene japonês	(JPY)	198,805	185,378	-6,8
Dalasi gambiano	(DALASI)	86,441	85,105	-1,5
Cedi ganense	(CEDI)	8,252	8,870	7,5
Franco guineense	(FGN)	16 232,491	15 657,364	-3,5
Dólar liberiano	(DOLLAR)	258,591	321,129	24,2
Naira nigeriana	(NAIRA)	550,387	524,570	-4,7
Leone da Serra-Leoa	(LEONE)	14 267,467	15 341,678	7,5

Fontes : Reuters, Banco do França, BCEAO.

Quadro 2: EVOLUÇÃO DAS TAXAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DE CÂMBIO (UNIDADE DE MOEDA ESTRANGEIRA PARA 1.000 FCFA)

Ano 2019	Sigla	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Dólar americano	(USD)	1,730	1,710	1,676	1,691
Franco Suíço	(CHF)	1,719	1,710	1,662	1,665
Libra esterlina	(GBP)	1,313	1,341	1,372	1,299
Iene japonês	(JPY)	190,355	186,859	180,328	183,971
Dalasi gambiano	(DALASI)	85,375	85,583	85,677	83,786
Cedi ganense	(CEDI)	8,702	8,808	8,948	9,019
Franco guineense	(FGN)	15 760,015	15 640,978	15 575,024	15 653,440
Dólar liberiano	(DOLLAR)	278,495	309,101	346,198	350,723
Naira nigeriana	(NAIRA)	530,519	524,922	519,682	523,157
Leone da Serra-Leoa	(LEONE)	14 765,717	15 009,559	15 449,440	16 141,994
Ano 2018	Sigla	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Dólar americano	(USD)	1,874	1,817	1,773	1,74
Franco Suíço	(CHF)	1,776	1,79	1,744	1,732
Libra esterlina	(GBP)	1,347	1,336	1,36	1,353
Iene japonês	(JPY)	202,963	198,3	197,66	196,298
Dalasi gambiano	(DALASI)	87,114	86,377	85,794	86,479
Cedi ganense	(CEDI)	8,274	8,049	8,331	8,355
Franco guineense	(FGN)	16 858,331	16 368,15	15 970,36	15 733,123
Dólar liberiano	(DOLLAR)	240,105	247,02	273,414	273824
Naira nigeriana	(NAIRA)	571,795	555,241	541,637	532876
Leone da Serra-Leoa	(LEONE)	14 180,874	13 956,919	14 362,745	14569,33

Fontes : Reuters, Banco da França, BCEAO.

1.2 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA NOS ESTADOS MEMBROS DA UEMOA

1.2.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO

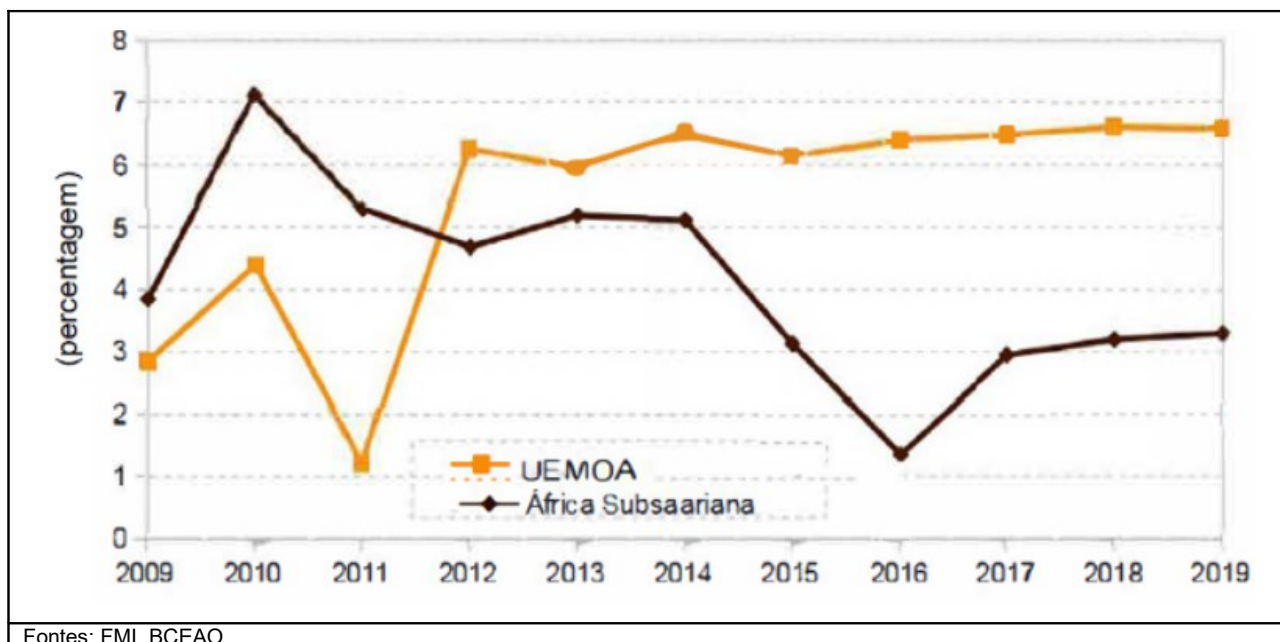
A actividade económica na União tem sido florescente em 2019, apesar de um contexto internacional desfavorável marcado pela persistência de tensões geopolíticas e comerciais. A nível local, as economias têm beneficiado de um ambiente sociopolítico globalmente favorável e de um clima de

negócios melhor. A actividade económica também beneficiou do investimento contínuo em infra-estruturas socioeconómicas por parte dos Estados membros da UEMOA.

O Produto Interno Bruto da UEMOA é estimado em 6,6% em 2019, o mesmo nível de 2018, graças ao bom desempenho das actividades comerciais, portuárias e aeroportuárias, ao dinamismo dos serviços, à consolidação das actividades em construção e obras públicas, e ao reforço da produção industrial e agrícola. A expansão económica foi impulsionada principalmente pelo sector terciário, com uma contribuição de 3,8 pontos. As contribuições dos sectores secundário e primário ascenderam a 1,7 e 1,1 pontos, respectivamente.

Por país, o crescimento económico foi de 7,6% no Benin; 7,5% na Côte d'Ivoire; 6,3% no Níger; 6,0% no Senegal e Burkina Faso; 5,6% no Mali; 5,3% no Togo e 5,1% na Guiné-Bissau.

Gráfico 7: CRESCIMENTO REAL DO PIB DA UEMOA



<p>PIB DA UEMOA</p> <p>6,6% (2019)</p> <p>6,6% (2018)</p> <p>PIB da UEMOA estimou-se em 6,6% em 2019, tal como em 2018.</p>		<p>PRODUÇÃO ALIMENTARES DA UEMOA</p> <p>4,7%</p> <p>A produção de culturas alimentares da UEMOA aumentou em 4,7% (primeiras projecções baseadas em condições pluviométricas geralmente favoráveis).</p>
--	--	--

1.2.1.1 – Produção agrícola

A campanha agrícola 2019/2020 beneficiou, a nível climático, de condições pluviométricas geralmente favoráveis. Os estudos do Centro Regional AGRHYMET, permitiram o registo de quantidades de água superiores às médias observadas durante o período 1981-2010 e contribuíram para o sucesso de cultivo de principais cereais, alimentados pela chuva (painço, sorgo, milho).

Nesta base, as projecções iniciais indicam um aumento de 4,7% na produção alimentar da UEMOA, estimado em 68.855.629 toneladas durante a campanha de 2019/2020. Este aumento foi impulsionado principalmente pelos cereais (+5,1%) e tubérculos (+4,3%). Outras culturas (leguminosas, plantas hortícolas, etc.) aumentaram em 4,5%.

Comparadas à média dos cinco anos anteriores, as colheitas em curso estão em alta de 18,5%. As das principais culturas de exportação, com excepção do cacau, café e castanha de caju, estão também em alta em comparação com a campanha agrícola do ano anterior.

Após dois anos de colheitas abundantes, a produção de cacau durante a campanha 2019/2020 caiu ligeiramente em 0,5% na Cote d'Ivoire, fixando-se em 2.114.264 toneladas na União. Esta tendência é atribuível à vontade das autoridades ivorienses de manter a produção em cerca de 2.000.000 toneladas, a fim de limitar a oferta no mercado internacional e evitar um colapso dos preços mundiais.

<p>➔ EVOLUÇÃO POSITIVA DA PRODUÇÃO DO OURO, PETRÓLEO E URÂNIO</p> <p>➔ AUMENTO DE 6,5% DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NA UEMOA EM 2019.</p>		<p>TAXA DE INFLAÇÃO EM MÉDIA ANUAL</p> <p>- 0,7% (2019) 1,2% (2018)</p> <p>-0,7% de taxa de inflação em média anual em 2019 contra 1,2% em 2018.</p>
---	--	--

A produção de café fixou-se em 115.316 toneladas durante a campanha agrícola 2019/2020, uma queda de 19,4% em relação à campanha agrícola do anterior. Esta situação é o resultado de um repouso vegetativo, após o bom nível de colheita obtido em 2018. É também o resultado de corte em talhadia de antigos pomares, no âmbito de um programa visando aumentar a produtividade das plantações, iniciado pelo Conselho Café Cacau, com vista a atingir uma quantidade de 200.000 toneladas por ano a médio prazo.

Os dados disponíveis estimam a colheita de algodão em carvão da União em 2.789.110 toneladas na campanha de 2019/2020, em progressão de 9,7% em relação à campanha anterior. Este resultado é atribuível à pluviometria satisfatória registada nas zonas de produção e no reforço das medidas de apoio aos produtores, nomeadamente a disponibilização de insumos e o acompanhamento técnico.

A quantidade de amendoins prevista para a campanha de 2019/2020 fixou-se em 3.655.131 toneladas, um aumento de 5,5% em relação ao ano anterior, devido à boa distribuição das chuvas ao longo do tempo nas principais zonas de produção, o que favoreceu um aumento da produção em todos os países da União.

O volume de produção de castanha de caju foi de 1.189.882 toneladas na campanha de 2019/2020, em baixa de 0,7% em relação à campanha agrícola anterior. Esta evolução é atribuível a um declínio de 4,1% nas colheitas na Côte d'Ivoire (principal produtor com 63,5% da oferta total da União em 2018), parcialmente compensado por aumentos na Guiné-Bissau (+4,1%), no Benin (+7,6%) e no Burkina Faso (+5,1%).

A produção de borracha na campanha agrícola de 2019/2020 situou-se em 665.152 toneladas, ou seja, um aumento de 6,6% em relação à campanha agrícola anterior, reflectindo o aumento da superfície plantada.

1.2.1.2 – Produção mineira

As primeiras estimativas disponíveis sobre actividades extractivas em 2019 indicam uma evolução positiva na produção de ouro, petróleo e urânio. Por outro lado, a produção dos fosfatos está em baixa.

A quantidade de ouro extraído em 2019 na União é estimada em 160.184,1 kg, mais 6,6% do que em 2018. Este desenvolvimento é o resultado do aumento da produção em todos os países, particularmente no Mali, o principal produtor da UEMOA, onde foram extraídos 66.739 kg deste minério, reflectindo um aumento anual de 9,6%. No Burkina Faso e na Côte d'Ivoire, as quantidades de ouro produzidas em 2019 estão estimadas em 52.730 kg (+0,7%) e 26.000 kg (+6,3%), respectivamente. No Níger, a produção de ouro aumentou de 22 kg em 2018 para 1.208 kg em 2019, após a recuperação gradual da actividade da Sociedade das Minas de Liptako, a principal empresa mineira do país.

A produção de urânio aumentou igualmente 2,4%, elevando-se a 2.980 toneladas em 2019, devido à exploração de novas jazidas no Níger. Do mesmo modo, as extrações do crude aumentaram 7,5% e 3,3% no Níger e na Côte d'Ivoire, respectivamente. Estes aumentos foram, principalmente, devido ao regresso a um ritmo de produção normal, após a manutenção de certas instalações em 2018.

Estima-se que a produção de fosfatos tenha diminuído 3,3% para 2.710.100 toneladas em 2019 contra 2.802.121 toneladas no ano anterior, devido a uma queda de 31,0% da extração no Togo, que não foi compensada pelo aumento de 7,2% registado no Senegal.

1.2.1.3 – Produção industrial e volume de negócios

A produção industrial na UEMOA registou-se em alta de 6,5% em 2019, após uma progressão de 4,3% em 2018. Esta evolução do índice explica-se essencialmente pelo dinamismo do ramo «Energia», em relação com o aumento da capacidade de produção das unidades produtoras. De facto, o índice neste sector subiu 9,5% em 2019, em comparação com 0,3% do ano anterior. Entretanto, verificou-se uma desaceleração do ritmo de produção industrial (+9,1% contra em 2019 em relação a +10,3% em 2018) e um declínio dans actividades na indústria extractiva (-1,4%).

O volume de negócios do comércio a retalho aumentou em 2019, com uma taxa de crescimento de 3,0%, em média na UEMOA, em comparação com o aumento de 7,3% no ano anterior. Esta desaceleração é observada no comércio de produtos petrolíferos (+3,9% em 2019 contra +11,3% em 2018), artigos de vestuário (+12,7% em 2019 contra +14,5% em 2018). Por sua vez, o volume de negócios do comércio alimentar, registou uma diminuição de 0,5% em 2019 contra um aumento de 11,5% no ano anterior.

O indicador do volume de negócios nos serviços mercantis (excluindo serviços financeiros) aumentou 2,2% em 2019 contra 8,0% em 2018. Este recuo resultou essencialmente da redução do volume de negócios nos serviços de alojamento, restauração, bem como de informação e comunicação.

O índice de actividades de serviços financeiros registou um aumento de 8,4% no período em análise, contra um aumento de 7,3% no ano de 2018. Este resultado é motiado principalmente, pelo aumento do volume de transacções bancárias (empréstimos, depósitos).

1.2.2 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NO CONSUMIDOR ¹

O nível geral dos preços no consumidor caiu em média anual de 0,7% em 2019, após um aumento de 1,2% em 2018. Esta tendência explica-se pela queda dos preços dos produtos alimentares na maioria dos países da União. Em particular, foi observado um declínio nos preços locais dos cereais nos países sahelianos encravados, devido a um bom abastecimento do mercado, induzido pelo aumento da produção da campanha agrícola anterior e pela distribuição gratuita de alimentos por organizações humanitárias. Por outro lado, ressalta-se uma queda nos preços das frutas e legumes no Benin, particularmente em relação à queda da procura, causada por dificuldades na venda destes produtos na sequência do encerramento da fronteira terrestre entre o Benin e a Nigéria.

Em 2019, o diferencial de inflação entre a UEMOA e os seus principais parceiros revelou-se favorável de 4,1 pontos percentuais na União. Em particular, no que diz respeito à Nigéria e Gana, o diferencial da inflação fixou-se, respectivamente em 10,8 e 9,2 pontos percentuais.

Quadro 3: VARIAÇÃO DOS PREÇOS NO CONSUMIDOR EM 2018 E 2019 (EM PERCENTAGEM)

	2018		2019	
	Média anual	Varição homóloga em finais de dezembro	Média anual	Varição homóloga em finais de dezembro
Benin	0,8	-0,1	-0,9	0,3
Burkina	1,9	0,3	-3,2	-2,6
Côte d'Ivoire	0,6	0,6	0,8	1,6

¹ Nos termos do Regulamento nº 03/CM/UEMOA de 31 de Março de 2017, as taxas de inflação em 2018 e 2019 são calculadas com base na base do IHPC 2014, substituindo a base do IHPC 2008.

Guiné-Bissau	0,3	2,4	0,2	-0,1
Mali	1,9	0,8	-3,0	-3,3
Níger	2,8	1,6	-2,5	-2,3
Senegal	0,5	1,1	1,0	0,6
Togo	0,9	2,0	0,7	-0,3
UEMOA	1,2	0,8	-0,7	-0,5

Fontes: Serviços nacionais, BCEAO

1.2.3 - FINANÇAS PÚBLICAS E SITUAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

1.2.3.1 - Evolução das operações financeiras dos Estados

No contexto de implementação satisfatória dos programas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2019, a execução das operações financeiras dos Estados-Membros da União, foi marcada pela prossecução das acções de consolidação orçamental, apesar das tensões de segurança na região do Sahel.

O défice global, com base nas autorizações incluindo subvenções, registou uma diminuição de 0,8 pontos percentuais para 3,0% do PIB em 2019, após um aumento de 1,8 pontos percentuais do PIB na receita total e nas subvenções, cujo impacto foi mitigado por um aumento de 1,0 ponto percentual do PIB na despesa total. Esta evolução reflecte uma melhoria na cobrança de receitas, combinada com um melhor controlo da despesa pública, especialmente da despesa corrente.

Relativamente às receitas orçamentais e subvenções, as cobranças elevaram-se em 16.134,6 mil milhões (20,4% do PIB) em finais de dezembro de 2019, em alta de 2.462,5 mil milhões ou 18,0% em relação ao ano precedente. Esta progressão foi registada em todos os países da União. Os maiores aumentos anuais dos recursos públicos foram registados no Mali (+57,2%), na Guiné-Bissau (+29,0%) e no Burkina Faso (+20,3%). No caso específico do Mali, o aumento das receitas fiscais inscreve-se no âmbito da dinâmica do regresso à normalidade, após o fraco desempenho registado em 2018 em vários serviços de cobranças, na sequência dos problemas de segurança no país.

As receitas fiscais aumentaram 16,4% e alcançaram 12.311,9 mil milhões. Este aumento deve-se principalmente ao desempenho das autoridades financeiras na cobrança dos recursos fiscais, no âmbito dos projectos de modernização da Administração e de reforço da gestão das finanças públicas em curso nos Estados-Membros da União. Apesar dos esforços envidados pelos Estados, a taxa da carga fiscal continua a ser baixa (15,6%), em comparação com uma norma comunitária mínima de 20% prevista até ao final de 2019. Apenas o Togo cumpriu o padrão em 2019. Para os outros países, a taxa de carga fiscal variaria entre 8,0% na Guiné-Bissau e 17,8% no Burkina.

As receitas não fiscais estabeleceram-se em 1.556,0 mil milhões em 2019, contra 1.432,1 mil milhões em 2018. As subvenções elevaram-se a 1.853,1 mil milhões durante o ano 2019, uma alta de 28,1% em relação a 2018.

A despesa total e os empréstimos líquidos aumentaram 12,5%, passando de 16.430,7 mil milhões (22,4% do PIB) no final de dezembro de 2018 para 18.484,5 mil milhões (23,4% do PIB) no final de dezembro de 2019. Esta tendência reflecte o controlo da despesa corrente, que aumentou 10,6% para fixar-se em 11.892,8 mil milhões, em linha com o aumento de processamentos e salários (+11,5%) e dos encargos com juros da dívida (+15,3%).

Alta de 18,0% das receitas orçamentais e subvenções, ou seja 20,4% do PIB contra 18,0% em 2018.	Baixa carga fiscal (15,6% para uma norma comunitária mínima de 20% a partir de 2019).	
Melhoria do saldo orçamental, incluindo base autorizações, subvenções de 0,8 pontos percentuais do PIB, para fixar-se em 3,0% em 2019.	Aumento de 25,8% do montante global da dívida externa dos Estados-Membros da União entre 2017 e 2018.	O rácio da dívida externa no PIB fixou-se em 30.1% em 2019 contra 30,6% em 2018.

As despesas de capital elevaram-se a 6.188,1 mil milhões em finais de dezembro de 2019, ou seja, uma alta de 695,7 mil milhões ou 12,7% em relação ao seguimento da execução dos programas de investimentos públicos na área das infraestruturas. Em percentagem do PIB, percebe-se aumento ligeiro aumento de 7,5% em 2018 para 7,8% em 2019. As despesas de capital foram financiadas em torno de 51,6% com recursos internos em 2019 contra 55,2% em 2018.

Em relação à estas evoluções, o défice global, com base em autorizações incluindo subvenções, diminuiu 408,8 mil milhões para se fixar em 2.349,9 mil milhões no final de dezembro de 2019, ou seja, 3,0% do PIB, um valor inferior à previsão inicial para o ano. Este montante foi de 2.758,7 mil milhões ou 3,8% do PIB em 2018. Em termos de caixa, o déficit foi de 2.470,9 mil milhões ou 3,1% do PIB, financiado em 910,8 mil milhões por emissões líquidas de títulos públicos no mercado regional de dívida pública.

Quadro 4: SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM 2019

	Dezembro de 2018 (1)	Dezembro de 2019 (2)	Variação (2) – (1)	
			(em mil milhões)	(em %)
Receitas orçamentais e subvenções	13 672,1	16 134,6	2 462,5	18,0
(em % do PIB)	18,6	20,4		
Receitas orçamentais	12 225,1	14 281,6	2 056,5	16,8
(em % do PIB)	16,7	18,1		
Incluindo receitas fiscais	10 576,2	12 311,9	1 735,7	16,4
(em % do PIB)	14,4	15,6		
Subvenções	1 447,0	1 853,1	406,0	28,1
Despesas totais e empréstimos líquidos	16 430,7	18 484,5	2 053,8	12,5
(em % do PIB)	22,4	23,4		
Incluindo despesas correntes	10 756,5	11 892,8	1 136,3	10,6
(em % do PIB)	14,7	15,0		
Massa salarial	4 347,8	4 845,8	498,1	11,5
Transferências e subsídios	2 229,2	2 434,4	205,1	9,2
Juros da dívida	1 147,3	1 322,3	175,0	15,3
Despesa de capital	5 492,4	6 188,1	695,7	12,7
(em % do PIB)	7,5	7,8		
Outras despesas	196,4	422,4	226,0	115,1
Empréstimos líquidos	-14,5	-18,8	-4,2	29,1
Saldo global, base autorizações, incluindo subvenções	-2 758,7	-2 349,9	408,8	-14,8
(em % do PIB)	-3,8	-3,0		
Saldo global, base caixa, incluindo subvenções	-3 100,5	-2 470,9	629,6	-20,3
(em % do PIB)	-4,2	-3,1		

Fontes: Serviços nacionais, BCEAO.

1.2.3.2 – Mobilização de recursos e situação da dívida externa

Durante o ano 2019o Benin e a Côte d'Ivoire levantaram recursos nos mercados internacionais pela emissão de euro-obrigações (Euro-bonds). As taxas de juros, que se mantiveram em níveis baixos nestes mercados há vários anos, ajudaram, nomeadamente, os países africanos a ter acesso a recursos externos baratos para financiar as suas políticas de desenvolvimento.

Em março de 2019 o Benin captou recursos nos mercados internacionais no valor nominal de 500 milhões de euros, ou seja, 328 mil milhões de FCFA, com um cupom de 5,75%, para uma maturidade máxima de 7 anos. Estes recursos foram utilizados para financiar o seu programa de investimentos e para comprar parte da sua dívida interna.

Em outubro de 2019 a Côte d'Ivoire voltou aos mercados internacionais de capitais para mobilizar, em duas parcelas, um montante líquido de 1.690,0 milhões de euros sob a forma de Eurobonds. Parte destes recursos (1.372,4 milhões de euros) foi utilizada para resgatar os Eurobonds com vencimento em 2024 e 2025 e os restantes 317,6 milhões de euros foram utilizados para financiar o défice de 2019.

Por outro lado, em outubro de 2019 o BOAD levantou fundos nos mercados internacionais no valor de 830 milhões de dólares com 4,7% para uma maturidade de 12 anos.

Com base nestes últimos dados disponíveis, o montante da dívida externa dos Estados membros da União, em finais de dezembro de 2019, foi de 24.234,2 mil milhões de francos CFA contra 22.051,4 mil milhões de francos CFA em finais de dezembro de 2018, ou seja, uma alta de 9,9%. O rácio da dívida externa no PIB fixou-se em 30,6% em 2019 contra 30,1% em 2018.

Por país, a situação resume-se no seguinte quadro:

Quadro 5: RÁCIO DA DÍVIDA EXTERNA

País	2018	2019
Benin	19,3%	21,6%
Burkina	22,5%	22,6%
Côte d'Ivoire	31,9%	31,9%
Guiné-Bissau	27,4%	36,5%
Mali	20,9%	23,1%
Níger	24,4%	23,8%
Senegal	47,9%	47,7%
Togo	20,2%	29,5%

Fonte : BCEAO

Assim, a favor da Iniciativa de Países Pobres Muito Endividados (PPTE) e da Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral (IADM), a análise da dívida dos países da União revela uma melhoria do perfil dos indicadores de endividamento. Excepto o Togo, a actualização das análises de viabilidade da dívida efectuada nos países, indica um risco de sobre-endividamento fraco ou moderado. No entanto, de ano para ano, os rácios da dívida têm tendência a aumentar para alguns países.

1.2.4 – BALANÇA DE PAGAMENTOS

Em 2019 o comércio externo dos países da UEMOA resultou num excedente global de 1.659,4 mil milhões, após um excedente de 1.088,2 mil milhões no ano anterior. Esta evolução está relacionada com o aumento das entradas líquidas de capital a título da conta financeira, cujo nível cobriu em grande parte o défice da conta corrente.

O défice da balança corrente aumentou 1,7%, para fixar-se em 4.686,5 mil milhões, devido ao agravamento do défice da balança de bens (+15,4%), associado à aquisição de bens de equipamento e bens intermédios, bem como de bens de consumo. No entanto, esta evolução foi mitigada pelo declínio das importações de produtos petrolíferos, num contexto de queda dos preços internacionais e de consolidação das transferências correntes recebidas pelas Administrações Públicas.

O aumento das aquisições de bens de equipamento e intermédios (+11,1%) foi impulsionado pelas despesas de investimento na União, impulsionado principalmente pelo início das obras de construção de um gasoduto, bem como pelos investimentos, particularmente em aeroportos e hotéis no Níger.

As exportações de bens, por sua vez, aumentaram 3,1%, em linha com o aumento das vendas de cacau (+10,8%), ouro (+11,0%) e borracha (+15,0%), cujos efeitos foram moderados por menores receitas de vendas de algodão (-3,5%), castanha de caju (-19,2%) e reexportações (-40,3%). O aumento das exportações de cacau foi impulsionado pelos embarques de produtos transformados, após o arranque de uma nova instalação de transformação na Côte d'Ivoire.

O aumento nas vendas de ouro e borracha deveu-se principalmente aos preços internacionais favoráveis do ouro e da borracha. O declínio nas exportações de algodão e castanha de caju deveu-se principalmente à queda dos preços nos mercados internacionais. Quanto à tendência descendente das reexportações, reflete o declínio nos embarques de produtos alimentares do Benin e do Níger para a Nigéria. As Autoridades deste país instituíram, de facto, medidas restrictivas no que diz respeito às importações desta categoria de produtos.

SALDO GLOBAL DO COMÉRCIO EXTERNO DOS PAÍSES DA UEMOA	→ PROGRESSÃO (+11,1%) DAS AQUISIÇÕES DE BENS DE EQUIPAMENTO E INTERMEDIÁRIOS, INDUZIDA PELAS DESPESAS DE INVESTIMENTO NO NÍGER (CONSTRUÇÃO DE UM OLEODUTO E INVESTIMENTOS NOS DOMÍNIOS AEROPORTUÁRIO E HOTELEIRO).
SALDO GLOBAL DAS TROCAS COMERCIAIS EXTERNAS DOS PAÍSES DA UEMOA SUPERIOR A 1.659,4 MIL MILHÕES EM 2019, DEPOIS DE UM EXCEDENTE DE 1.088,2 MIL MILHÕES DO ANO ANTERIOR.	→ ALTA DE 3,1% DAS EXPORTAÇÕES DE BENS EM RELAÇÃO A 2018.

O défice na balança de serviços aumentou em 2,4%, devido ao aumento da factura de frete (+10,6%), induzido pelo dinamismo das importações. O saldo deficitário do rendimento primário, por sua vez, aumentou de 9,1%, incentivado pelos pagamentos de juros a título da dívida pública e de dividendos a investidores estrangeiros. O rendimento secundário melhorou 17,9%, em consonância com o aumento das remessas dos migrantes e da ajuda orçamental recebida pelos países da União. Em relação ao PIB, o défice corrente registrou-se em 5,8% em 2019 contra 6,2% em 2018.

O excedente da conta de capital aumentou 24,3% em relação ao ano anterior, em especial no que diz respeito à alta das subvenções – projectos na maioria dos Estados-Membros da União.

Esta necessidade de financiamento, integrando o saldo corrente e o do capital estabeleceu-se em 3.079,0 mil milhões, uma diminuição de 7,1% em relação a 2018. Esta necessidade foi coberta em 157,0% pelas entradas líquidas de capital na conta financeira, em comparação com uma taxa de cobertura de 133,6% em 2018. Ou seja uma melhoria de 23,4 pontos, principalmente atribuível ao aumento dos fluxos de financiamento externo (+6,3%).

O aumento das entradas líquidas na conta financeira em 2019 deve-se principalmente ao forte aumento da mobilização de recursos externos por parte de alguns Estados-membros como a Côte d'Ivoire, Mali e Níger (+1.054,9 mil milhões) junto dos seus parceiros, nomeadamente o Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

1.3 - INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NO SEIO DA UEMOA

Dentro da UEMOA o Banco Central tem contribuído activamente para a implementação de projectos de integração. A este respeito, participou em duas reuniões da Agenda Algodão Têxtil da UEMOA, dedicadas às lições tiradas das privatizações no sector do algodão e à avaliação da implementação da estratégia algodão-têxtil da UEMOA. O Banco Central também participou activamente nos trabalhos do Comité de Alto Nível sobre o projecto de Paz e Segurança da UEMOA. Durante o qual foi preparada uma revisão periódica da situação de segurança na zona, bem como as medidas tomadas pelas instituições da União para responder eficazmente ao problema da persistência do terrorismo na África Ocidental.

II – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA

2.1 – OBJECTIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA .	18
2.2 – INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA ..	18
2.2.1 – Política das taxas de juro	18
2.2.2 – Dispositivo das reservas obrigatórias	18
2.3 – OPERAÇÕES SOBRE O MERCADO MONETÁRIO.....	18
2.3.1 - Operações de open market	18
2.3.2 - Operações nos balcões permanentes de refinanciamento	19
2.3.3 – Mercado Interbancário.....	19
2.3.4 - Constituição das reservas obrigatórias	21
2.4 – EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS.	22
2.4.1 - Activos externos líquidos	22
2.4.2 - Créditos internos.....	23
2.4.2.1 - Disponibilidades líquidas na Administração Pública Central (APUC).....	23
2.4.2.2 - Créditos bancários na economia.....	24
2.4.3 - Massa monetária e base monetária	24

2.1 – OBJECTIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA

Desde a vigência da Reforma Institucional, a 1 de abril de 2010, o objectivo principal imputado à política monetária do Banco Central é a estabilidade dos preços. Neste quadro, definiu-se o objectivo operacional de estabilidade dos preços como uma taxa de inflação anual da União, numa margem de mais ou menos um ponto percentual (1%) em torno de um valor central de 2% até 24 meses. Os riscos potenciais para a estabilidade dos preços e o crescimento são avaliados durante o exercício de enquadramento macroeconómico, que fornece aos membros do Comité de Política Monetária parâmetros de referência sobre a evolução futura das economias da União.

2.2 : INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA

CONSERVAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA ACOMODATÍCIA

→ Taxa mínima de concursos de injeção de liquidez mantida inalterada em 2,50%

→ Taxa de juro do balcão do cedência de liquidez mantida em 4,50%.

→ Coeficiente das reservas obrigatórias manteve-se em 3,00%. Aumento de 10,1% (de 3.350,0 mil milhões para 3.690,0 mil milhões) no montante leiloado no balcão semanal de janeiro a dezembro de 2019.

Diminuição da taxa média marginal e da taxa de juro média ponderada nos leilões semanais em 35,7 e 35,1 pontos base, respectivamente, em relação aos níveis alcançados em 2018.

Aumento de 340,0 mil milhões de euros no final de dezembro de 2019, em montante acumulado de adiantamentos nos balcões de concursos de uma semana e um mês (+8,3% em comparação com 2018).

A acção monetária do Banco Central durante o ano 2019 apoiou-se principalmente na utilização dos instrumentos indirectos de regulação da liquidez bancária, através das taxas directoras, operações de refinanciamento do BCEAO e mecanismo das reservas obrigatórias.

2.2.1 – POLÍTICA DAS TAXAS DE JURO

Tendo em conta as perspectivas a médio prazo, que sugerem uma inflação moderada, o Comité de Política Monetária (CPM) do BCEAO, manteve uma orientação de política monetária acomodaticia durante 2019, a fim de contribuir para a realização dos objectivos de crescimento económico dos Estados da UMOA. Como resultado, a principal taxa directora do BCEAO, a taxa mínima de proposta para concursos de injeção de liquidez, foi mantida inalterada em 2,50%, o nível em vigor desde 16 de setembro de 2013. A taxa de juro do balcão de empréstimo marginal foi mantida em 4,50%, o nível em vigor desde 16 de dezembro de 2016. O coeficiente de reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União tem-se mantido em 3,00% desde 16 de Março de 2017.

2.2.2 : DISPOSITIVO DAS RESERVAS OBRIGATÓRIAS

O sistema de reservas obrigatórias é utilizado como um instrumento para aumentar a eficácia da política de taxas de juros. Ele é utilizado para criar uma escassez de liquidez a nível dos bancos, a fim de reforçar a capacidade dos Bancos Centrais para agirem eficazmente como fornecedores de liquidez. A este respeito, este instrumento permite aperfeiçoar melhor a gestão das taxas do mercado monetário.

2.3 – OPERAÇÕES SOBRE O MERCADO MONETÁRIO

2.3.1 : OPERAÇÕES DE OPEN MARKET

A fim de dotar os bancos de recursos necessários ao bom funcionamento do mercado monetário e seguir, por outro lado, o financiamento da economia, o BCEAO prosseguiu as suas operações semanais e mensais de injeção de liquidez. Assim, durante o ano de 2019, as operações de injeção de liquidez nos balcões de concursos de uma semana e de um mês do BCEAO, evoluíram em termos

da avaliação das necessidades de liquidez estimadas do sistema bancário da União, em relação ao ano anterior. Ou seja, uma progressão de 340,0 mil milhões (+8,3%).

No balcão semanal dos concursos, o montante colocado em adjudicação aumentou de 3.350,0 mil milhões em janeiro de 2019 para 3.690,0 mil milhões em dezembro de 2019, ou seja uma alta de 10,1%, em comparação com 7,2% em 2018. O montante médio de injeções semanais de liquidez em 2019 foi de 3.554,8 mil milhões, um aumento de 504,1 mil milhões em relação ao nível de 3.050,7 mil milhões em 2018. Esta tendência reflecte a determinação das Autoridades Monetárias em ajudar as instituições de crédito a financiar a actividade económica.

A taxa marginal média das adjudicações semanais situou-se em 3,2096% em 2019, em recuo de 35,7 pontos base em relação ao nível de 3,5665% atingido em 2018. A taxa de juro média ponderada dos concursos de uma semana situou-se, em média, em 3.5112% em 2019, uma baixa de 35.1 pontos base face ao seu nível em 2018.

No balcão mensal dos concursos, o Banco Central manteve estável, em 720,0 mil milhões desde 2018, o montante sujeito a concurso. Neste compartimento, as procuras satisfeitas situaram-se em média em 2019 em 719,3 mil milhões contra 711,3 mil milhões em 2018.

A taxa de juro marginal e a taxa de juro média ponderada, diminuíram em 2019 em relação a 2018 de 49,7 e 21,4 pontos base, fixando-se respectivamente, em 3,2512% e 3,7649%.

No total, o montante cumulado dos adiantamentos nos balcões de concursos públicos de uma semana e de um mês fixou-se em 4.410,0 mil milhões em finais de dezembro de 2019 contra 4.070,0 mil milhões do ano anterior, ou seja, uma progressão de 340,0 mil milhões (+8,3%).

As promissórias e obrigações emitidas pelos Tesouros dos oito Estados da União representaram o essencial dos activos apresentados pelas instituições de crédito, como apoio às operações de refinanciamento.

2.3.2 : OPERAÇÕES NOS BALCÕES PERMANENTES DE REFINANCIAMENTO

As contribuições concedidas pelo Instituto Emissor aumentaram no balcão cedência de liquidez, com um valor de 260,3 mil milhões (5,5% do total do refinanciamento) no final de dezembro de 2019, contra 153,6 mil milhões (3,6% do total das operações por liquidar) no final de dezembro de 2018. Tal como os adiantamentos no balcão de uma semana, este aumento reflecte a reacção das Autoridades Monetárias às tensões inesperadas de liquidez enfrentadas pelas instituições de crédito presentes no open market. No entanto, os montantes envolvidos permanecem pequenos, mantendo assim a natureza complementar do balcão de cedência de liquidez (GPM).

Por recordar, em dezembro de 2016, os valores no GPM representavam 32,5% do total do refinanciamento em curso, o que levou o Comité de Política Monetária (CPM) do BCEAO a fixar o montante acumulado do refinanciamento em curso concedido à mesma contraparte no balcão de cedência de liquidez e no balcão especial de refinanciamento do BCEAO, a duas vezes máximo, os fundos próprios de base da contrapartida interessada.

Tratando-se do balcão especial de refinanciamento², entrado em vigor desde janeiro de 2014, nenhum compromisso das instituições de crédito para com o BCEAO foi identificado em finais de dezembro de 2019.

2.3.3 : MERCADO INTERBANCÁRIO

A evolução do mercado interbancário da UMOA foi marcada pela alta do volume de transacções de numerário e um recuo da taxa de juro média ponderada das operações de uma semana.

2 O balcão especial de refinanciamento foi criado por Decisão nº 24/2013/CPM que altera e completa a Decisão nº 397/12/2010 relativa às regras, instrumentos e procedimentos de execução da política monetária e de crédito do Banco Central dos Estados da África Ocidental. Este é o balcão através do qual as instituições de crédito elegíveis para refinanciamento podem solicitar adiantamentos em maturidades que variam entre três e doze meses. Estes adiantamentos são garantidos por títulos públicos ou privados com uma vida residual entre cinco e vinte anos, no máximo. Este balcão entrou em vigor em Janeiro de 2014 e registou as suas primeiras operações em Julho de 2014.

O volume médio das transações semanais no mercado interbancário elevou-se a 455 mil milhões de FCFA em 2019 contra 276 mil milhões de FCFA em 2018 (+65%). As operações cobriram maturidades indo de um (1) dia para doze (12) meses. Os compartimentos de uma semana e de um dia foram mais activos, representando respectivamente 73% e 15% do volume médio das transacções, contra 68% e 14% em 2018. Estas maturidades acumularam em média, empréstimos de montantes respectivos de 330 e 70 mil milhões de francos CFA em 2019 contra 188 e 40 biliões de francos CFA em 2018.

Em relação ao montante médio das injeções de liquidez, o volume das transações interbancárias teve alta, fixando-se em 10,5% em 2019 contra 7,5% em 2018.

Tratando-se da taxa de juro, o compartimento de uma semana registou um afrouxamento da taxa de juro média ponderada de 5,20% em 2018 para 4,50% em 2019. Todas as praças da União participaram na animação do mercado interbancário. A praça de Ouagadougou foi a mais activa em termos de ofertas de recursos (30%), seguida da de Abidjan (19%), de Lomé (17%) e de Dakar (15%). As principais praças beneficiárias foram as de Abidjan (34%), de Dakar (15%), de Bamako (14%) e de Cotonou (13%).

Quadro 6: EVOLUÇÃO DAS TAXAS INTERBANCÁRIAS EM 2019 (MÉDIA PONDERADA EM PERCENTAGEM)

	1 dia	1 semana	2 semanas	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	12 de março
Janeiro	5,09	5,16	5,52	4,81	6,00			6,00
Fevereiro	4,94	4,96	5,57	4,47	5,00	5,43	4,50	
Março	5,09	5,05	5,41	4,78	4,26			
Abrill	4,38	4,37	5,31	5,60	6,33	5,34		3,45
Maio	4,35	4,05	5,36	4,43	5,91	4,25		
Junho	4,01	4,22	5,48	4,29	4,12	4,64		
Julho	4,54	4,31	5,55	4,91	5,95	5,60		
Agosto	4,36	4,32	5,33	4,56	5,73		3,45	6,50
Setembro	4,50	4,31	5,42	5,06	5,76			
Outubro	4,02	4,22	5,09	4,52	6,46	5,61	6,43	6,43
Novembro	4,59	4,39	5,44	5,04		5,22		
Dezembro	4,55	4,43	5,43	4,31	3,80	5,29	5,60	5,29
Média	4,51	4,50	5,40	4,72	4,78	5,20	5,36	5,32

Fonte: BCEAO.

**Quadro 7: EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS INTERBANCÁRIOS NO SEIO DA UMOA EM 2019
(EM MILHÕES DE FCFA)**

	Montantes médios		Valor médio dos empréstimos	Intervalos das taxas (em %)	Duração dos empréstimos
	Total	Incluindo UMOA			
Janeiro	464 815	335 993	625 181	de 4,81 a 6,00	1 dia a 12 meses
Fevereiro	453 797	359 137	585 760	de 4,47 a 5,57	1 dia a 9 meses
Março	482 233	293 996	631 194	de 4,26 a 5,41	1 dia a 3 meses
Abril	427 472	318 598	660 202	de 3,45 a 6,33	1 dia a 12 meses
Maiο	477 395	362 425	638 447	de 4,05 a 5,91	1 dia a 6 meses
Junho	546 902	422 390	655 514	de 4,01 a 5,48	1 dia a 6 meses
Julho	411 562	303 459	572 531	de 4,31 a 5,95	1 dia a 6 meses
Agosto	382 565	273 963	483 377	de 3,45 a 6,50	1 dia a 12 meses
Setembro	350 933	297 376	489 421	de 4,31 a 5,76	1 dia a 3 meses
Outubro	399 597	304 653	503 271	de 4,02 a 6,46	1 dia a 12 meses
Novembro	482 458	364 833	584 963	de 4,39 a 5,44	1 dia a 6 meses
Dezembro	579 712	447 327	681 620	de 3,80 a 5,60	1 dia a 12 meses
Média	454 953	340 346	592 623		

Fonte: BCEAO.

2.3.4 : CONSTITUIÇÃO DAS RESERVAS OBRIGATÓRIAS

Na União, o intervalo de cálculo das reservas obrigatórias dos bancos é composta por:

- ➔ Depósitos a ordem que recolheram;
- ➔ Créditos a curto, médio e longo prazos que concederam;
- ➔ Seus créditos externos brutos

No caso de instituições financeiras sujeitas à regulamentação, ou seja, distribuidores de crédito autorizados a receber depósitos do público e instituições financeiras de vendas a prazo, o intervalo é constituído pelo montante em dívida do crédito concedido, deduzido de qualquer crédito obtido junto do sistema bancário.

As reservas obrigatórias são estabelecidas pelos bancos durante um período mensal, desde o dia 16 de cada mês até ao dia 15 do mês seguinte. Para as instituições financeiras declarantes, elas são determinadas com base no trimestre civil.

A fim de permitir às instituições sujeitas assegurar uma gestão flexível da sua tesouraria, a constituição das reservas é avaliada com base na média dos saldos das suas contas ordinárias e de liquidação durante o período definido. As instituições envolvidas não são, portanto, obrigadas a manter um saldo diário mínimo na sua conta junto do Instituto Emissor. Cada instituição deve organizar-se com vista a manter, numa base média, durante o período especificado, as reservas mínimas obrigatórias.

Os esforços do Banco Central para normalizar os coeficientes das reservas obrigatórias permitiram reduzir o coeficiente das reservas obrigatórias aplicável a todos os bancos da União para a taxa única

de 3% desde 16 de março de 2017. Esta padronização visa garantir a igualdade de tratamento dos bancos em um mercado regional cada vez mais integrado.

No período de 16 de novembro a 15 de dezembro de 2019, as reservas constituídas fixaram-se em 1.638,8 mil milhões em média, para um nível requerido de 712,0 mil milhões. Por conseguinte, as reservas livres dos bancos fixaram-se em 926,7 mil milhões. Em 2018 as reservas efectivamente constituídas fixaram-se em 1.413,0 mil milhões, para um nível requerido de 646,9 mil milhões. As reservas livres fixaram-se em 766,1 mil milhões.

Quadro 8: COEFICIENTES DE RESERVAS OBRIGATÓRIAS APLICÁVEIS AOS BANCOS*

	Até 15 de nov. 1998	16 de nov. a 15 de dez. 1998	16 de dez. de 1998 a 15 de Abril de 2000	16 a 15 de Agosto de 2000	16 de Agosto a 15 de Set. 2000	16 de Set. de 2000 a 15 de Abril de 2002	16 de Abril de 2002 a 15 de Março de 2004	16 de Março de 2004 a 15 de Junho de 2005	16 de Junho de 2005 a 15 de Junho de 2009	16 de Junho de 2009 a 15 de Maio de 2010	16 de Maio a 15 de Dez. 2010	16 Dez. 2010 a 15 de Março de 2012	16 de Março de 2012 a 15 de Março de 2017	Desde a 16 de Março de 2017
Benin	9,0	9,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	13,0	15,0	9,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Burkina	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	7,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Côte d'Ivoire	9,0	1,5	1,5	3,0	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	7,0	5,0	3,0
Guiné-Bissau	5,0	5,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0	3,0
Mali	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Níger	5,0	5,0	1,5	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Senegal	5,0	1,5	1,5	3,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Togo	9,0	3,0	1,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0	3,0

(*) : Em percentagem
Fonte: BCEAO.

2.4 – EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS

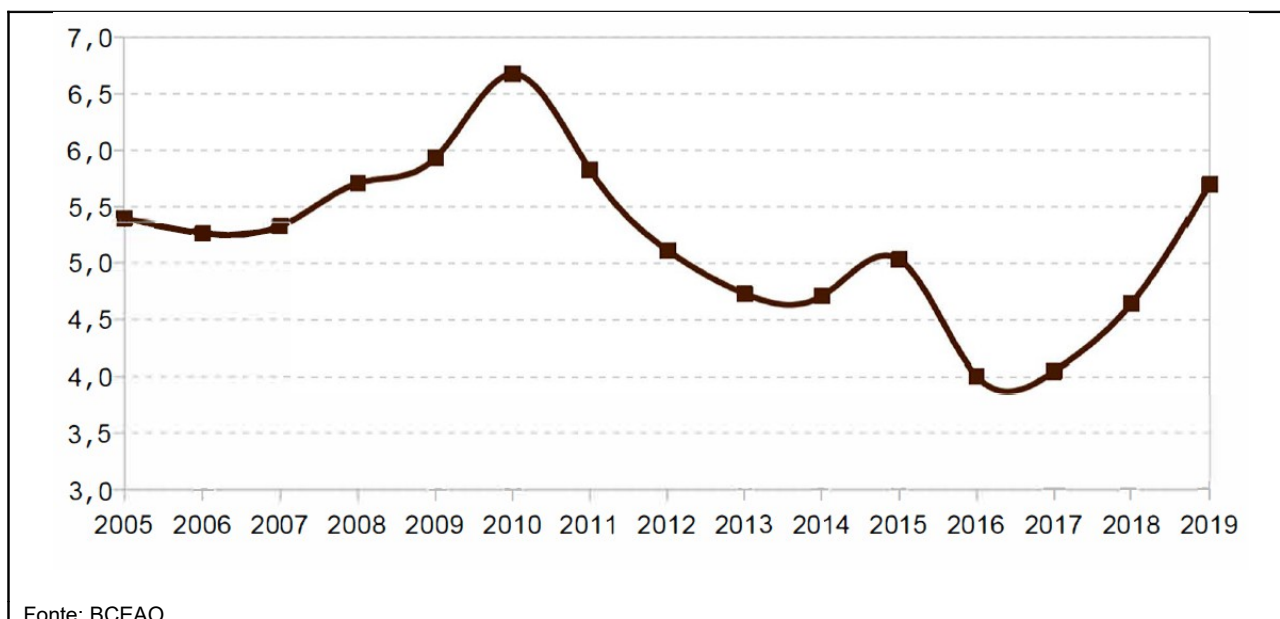
A situação monetária da União em finais de dezembro de 2019, comparada à de finais de dezembro de 2018, caracterizou-se por um aumento da massa monetária, consecutivo à progressão de créditos internos e de activos externos líquidos.

2.4.1 – ACTIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS

Os activos externos líquidos das instituições monetárias aumentaram 1.940,1 mil milhões, para fixar-se em 7.315,2 mil milhões em finais de dezembro de 2019. Isto deve-se a um aumento de 1.687,9 mil milhões nos activos externos líquidos do Banco Central e de 252,2 mil milhões nos dos bancos.

As reservas cambiais oficiais do BCEAO aumentaram 1.795,9 mil milhões para situar-se em 10.357,0 mil milhões em finais de dezembro de 2019, em linha com a significativa mobilização de recursos externos pelos Estados e a melhoria do perfil de repatriação das receitas de exportação. A repatriação de recursos externos pelos Estados situou-se em 4.765,0 mil milhões. Por conseguinte, a taxa de cobertura da emissão monetária do Banco Central em dezembro de 2019, melhorou para 78,4% contra 77,1% em dezembro de 2018, cobrindo 5,7 meses de importações de bens e serviços.

Gráfico 8: COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES PELAS RESERVAS CAMBIAIS DA UNIÃO (EM MESES)



2.4.2 – CRÉDITOS INTERNOS

O montante de créditos internos aumentou de 1.705,7 mil milhões ou 5,7%, em relação ao seu nível em finais de dezembro de 2018, para se situar em 31.727,6 mil milhões, em finais de dezembro de 2019. Esta evolução é incentivada pelo efeito combinado da consolidação das disponibilidades líquidas sobre a Administração Pública Central (APUC) e dos créditos a outros sectores das economias da União.

2.4.2.1 – Disponibilidades líquidas na Administração Pública Central (APUC)

As disponibilidades líquidas das instituições monetárias na Administração Pública Central estabeleceram-se em 8.116,7 mil milhões em finais de dezembro de 2019, em alta de 6,3 mil milhões em relação ao seu nível em finais de dezembro de 2018. Esta tendência quase estável das Disponibilidades Líquidas na Administração Pública Central, justifica-se nomeadamente pela diminuição das Disponibilidades Líquidas detidas pelo BCEAO (-253,1 mil milhões), que compensa as aquisições líquidas de dívida pública pelos bancos (+259,4 mil milhões). Com efeito, a mobilização de recursos externos pelos Estados membros consolidou o saldo de suas contas abertas nos livros do Banco Central.

Quadro 9: CRÉDITOS LÍQUIDOS DAS ENTIDADES DEPOSITÁRIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL (APUC)

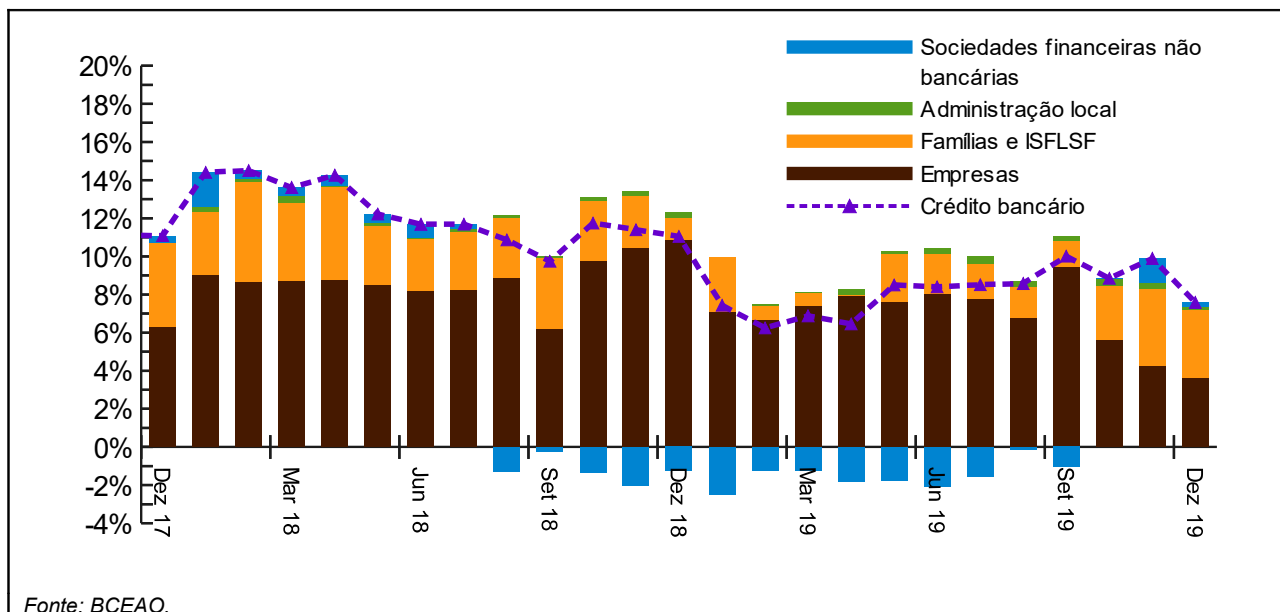
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Variação anual
Disponibilidades líquidas nas APUC	8 110,5	8 116,7	6,3
Créditos das instituições depositárias	12 108,4	13 158,9	1 050,5
Creditos	3 783,9	4 228,2	444,3
Carteiras de títulos públicos	8 308,9	8 914,1	605,2
Outros créditos	15,6	16,1	0,5
Compromissos das instituições depositárias	3 998,0	5 042,2	1 044,2
Valor em caixa do Tesouro no Banco Central	32,5	32,6	0,1
Depósitos	3 882,6	4 915,1	1 032,5
Outras obrigações	82,9	94,5	11,6

Fonte: BCEAO.

2.4.2.2 - Créditos bancários na economia

As contribuições concedidas por entidades depositárias à economia aumentaram em 1.699,4 mil milhões ou 7,8%, para se estabelecer em 23.610,8 mil milhões em finais de dezembro de 2019, após 21.911,4 mil milhões em finais de dezembro de 2018.

Gráfico 9: CONTRIBUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO CRÉDITO BANCÁRIO



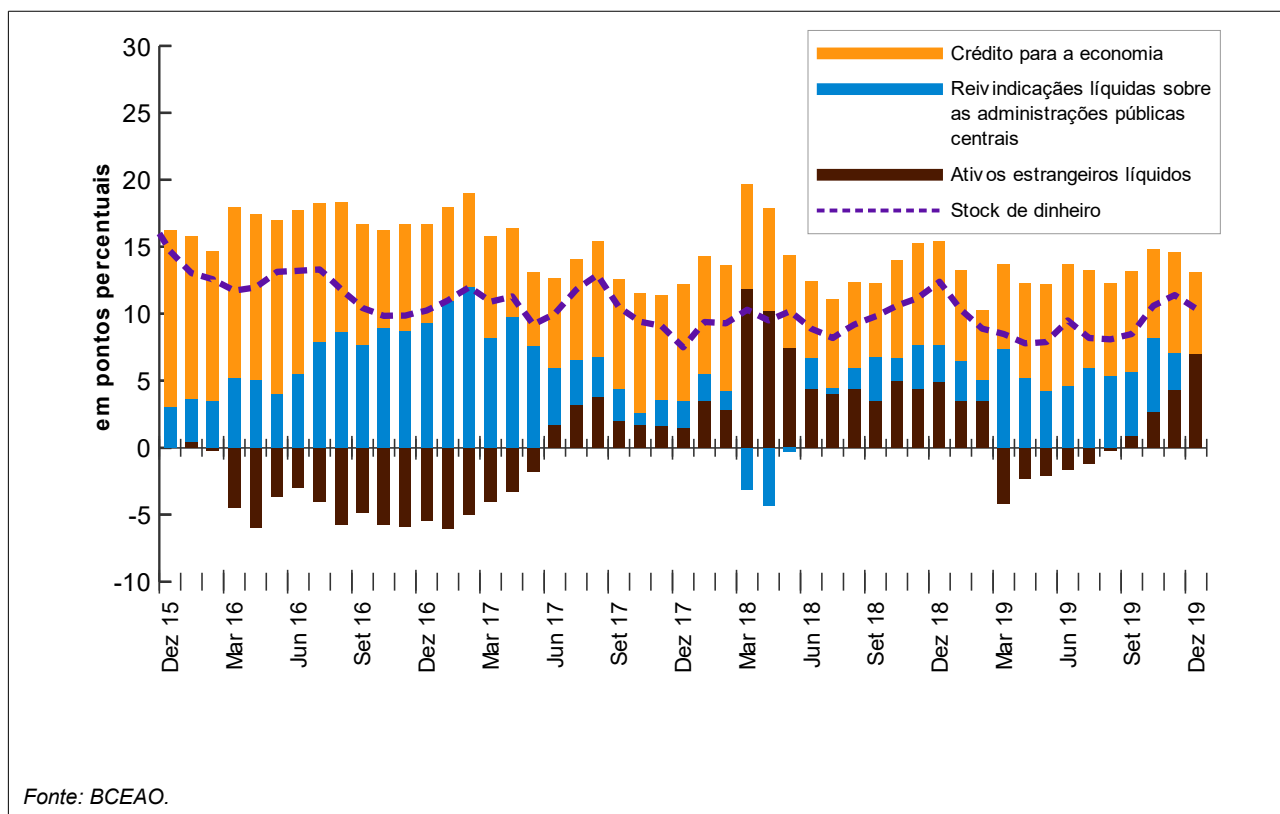
2.4.3 - MASSA MONETÁRIA E BASE MONETÁRIA

Em relação à evolução das suas contrapartidas, a massa monetária evoluiu de 2.874,0 mil milhões ou 10,4% para 30.600,8 mil milhões em 2019. Este reforço da liquidez global traduziu-se pela consolidação dos depósitos de 2.205,1 mil milhões ou 10,3% e da circulação de moeda fiduciária que aumentou de 668,9 mil milhões ou 10,7%.

Comparativamente ao seu nível em finais de dezembro de 2018, a base monetária aumentou de 1.598,8 mil milhões ou 17,8%, situando-se em 10.568,3 mil milhões em finais de dezembro de 2019. Esta evolução foi sustentada pelo crescimento de suas diferentes contrapartidas. Os activos externos líquidos do Banco Central fixaram-se em 1687,9 mil milhões e os créditos aos bancos aumentaram 512,2 mil milhões. Esta evolução foi aliviada pela redução das disponibilidades líquidas nas Administrações Públicas Centrais de 253,0 mil milhões.

<p>A MASSA MONETÁRIA EVOLUIU-SE DE 2.874,0 MIL MILHÕES OU 10,4% PARA ESTABELECEM-SE EM 30.600,8 MIL MILHÕES.</p>		<p>A BASE MONETÁRIA AUMENTOU DE 1.598,8 MIL MILHÕES OU 17,8%, FIXANDO-SE EM 10.568,3 MIL MILHÕES EM FINAIS DE DEZEMBRO DE 2019</p>
--	--	--

Gráfico 10: CONTRIBUIÇÕES DAS CONTRAPARTES PARA O CRESCIMENTO ANUAL DA MASSA MONETÁRIA



III - EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO E ACÇÕES EM MATÉRIA DE ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS

3.1 – SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO.....	27
3.2 – MERCADO FINANCEIRO.....	29
3.2.1 – Recursos mobilizados pelos Estados no mercado primário.....	29
3.2.1.1 – Mobilização de recursos no mercado regional.....	29
3.2.1.2 – Saldo de títulos públicos no mercado regional.....	30
3.2.2 – Evolução da Bolsa Regional dos Valores Mobiliários (BRVM).....	31
3.3 – ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS.....	32
3.3.1 – Acções em matéria de estabilidade financeira.....	32
3.3.1.1 – Preservação da estabilidade financeira.....	32
3.3.1.2 – Reforço da supervisão bancária e financeira.....	34
3.3.2 – Centralização dos riscos bancários	36
3.3.3 - Promoção de Gabinetes de Informação sobre o Crédito (GIC).....	36
3.3.4 - Acções a favor da inclusão financeira na UEMOA.....	38
3.3.4.1 - Implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF) na UEMOA.....	38
3.3.4.2 - Participação nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira.....	40

3.1 - SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO

<p>150 Instituições autorizadas das quais 130 bancos e 20 instituições financeiras de carácter bancário.</p>		<p>Crescimento do emprego de 3.155,4 mil milhões (+9,7%) para estabelecer-se em 35.815,6 mil milhões resultantes de um aumento de créditos (+2.112,2 mil milhões; +10,1%).</p>
<p>88% das instituições sujeitas cumprem o rácio de solvabilidade total em finais de junho de 2019 contra 83% em finais de dezembro de 2018 e 82% em finais de dezembro de 2017.</p>	<p>SECTOR BANCÁRIO</p>	<p>Melhoria significativa no nível de cumprimento das normas prudenciais por parte das instituições.</p>
<p>Aumento dos recursos de 3.353,6 mil milhões (+5,4%) durante o ano de 2019.</p>		

<p>511 Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD).</p>		<p>MICROCRÉDITO</p>
<p>5.062 pontos de atendimento (+874 pontos entre finais de dezembro de 2018 e finais de setembro de 2019).</p>	<p>SECTOR DO MICROCRÉDITO</p>	<p>→ 15,2 milhões de beneficiários das prestações das Instituições de microcrédito em finais de setembro de 2019 contra 13,9 milhões em finais de dezembro de 2018.</p> <p>→ 1.454,1 mil milhões de depósitos recolhidos em finais de setembro de 2019, contra 1.243,2 mil milhões em finais de dezembro de 2018 (+17,0%). Representam cerca de 5,7% dos depósitos recolhidos pelas instituições de crédito da União durante o período em análise.</p> <p>→ 1.498,9 mil milhões de créditos concedidos pelas instituições de microcrédito (stock), em finais de setembro de 2019, representando cerca de 6,9% dos créditos concedidos pelas instituições de crédito da União.</p>

Em 31 de dezembro de 2019 o **sector bancário** da União contava com 150 instituições autorizadas, ou seja, 130 bancos e 20 instituições financeiras de carácter bancário.

Ao longo do ano 2019 a actividade das instituições de crédito continuou a crescer, acompanhada por uma melhoria da qualidade da carteira dos contribuintes. De fato, de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, o emprego aumentou de 3.155,4 mil milhões (+9,7%) para estabelecer-se em 35.815,6 mil

milhões. Esta tendência deveu-se principalmente a um aumento dos empréstimos a clientes (+2.112,2 mil milhões; +10,1%), especialmente empréstimos a médio prazo (+1.953,1 mil milhões; +22,4%).

Os recursos também aumentaram 3.353,6 mil milhões (+5,4%), para situar-se em 32.971,5 mil milhões em finais de dezembro de 2019, em relação à alta simultânea dos depósitos e empréstimos (+2.707,8 mil milhões; +11,02%), dos capitais próprios líquidos (+498,8 mil milhões; +15,7%) e dos recursos diversos (+147,0 mil milhões; +7,9%).

Por conseguinte, a tesouraria dos bancos e instituições financeiras registou um alívio do seu déficit estrutural (+198,2 mil milhões +6,5%) e estabeleceu-se em -2.844 mil milhões de FCFA contra -3.042,2 mil milhões no final de 2018.

A taxa bruta de degradação da carteira diminuiu de um ponto percentual para estabelecer-se em 11,4%. A taxa líquida registou a mesma tendência situando-se em 4,5% contra 4,7% em finais de dezembro de 2018.

A situação da conformidade às normas prudenciais pelas instituições sujeitas a título do Despacho no final de junho de 2019 é a seguinte:

- a reforma de Basileia II/III resultou em geral numa melhoria do nível de cumprimento das normas prudenciais por parte das instituições. Com efeito, a proporção de instituições conformes, aumentou entre 2017 e 2018;
- 88% das instituições sujeitas, cumprem o rácio de solvabilidade total em finais de junho de 2019 contra 83% em finais de dezembro de 2018 e 82% em finais de dezembro de 2017.

Os fundos próprios efectivos cumulados de todo o sistema bancário da UMOA, estabeleceram-se em 3.329,8 mil milhões. Os riscos ponderados fixaram-se em 28.961,0 mil milhões. Daí resulta um rácio médio de solvabilidade total (fundos próprios de Activos Ponderados em função do Risco) de 11,5% para um padrão mínimo de 9,5%.

O rácio de solvabilidade total médio das instituições de crédito (padrão mínimo individual fixado em 9,5%) é o seguinte por país: Mali (14,2%); Senegal (13,8%); Burkina (13,5%); Níger (12,8%); Togo (11,4%); Benin (9,9%); Côte d'Ivoire (9,7%) e Guiné-Bissau (-4,7%).

No total, a situação do sistema bancário da União, em termos do padrão de solvabilidade total em finais de junho de 2019, continuou satisfatória em relação às disposições regulamentares. Por outro lado, resulta das declarações dos sujeitos passivos que as outras normas são geralmente respeitadas. As instituições que violem o quadro prudencial de Basileia II/III são chamadas à ordem pela Comissão Bancária, com vista a tomar medidas urgentes para corrigir a sua situação.

O sector do microcrédito da UMOA prosseguiu o seu dinamismo, em termos de intermediação e acesso das populações aos serviços financeiros durante o ano 2019. Com efeito, com base nas informações disponíveis, com um efectivo de 511 Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD), o número de pontos de atendimento passou de 4.188 em finais de dezembro de 2018 para cerca de 5.062 em finais de setembro de 2019. O número de beneficiários dos serviços prestados pelas instituições de microcrédito atingiu 15,2 milhões em finais de setembro de 2019, contra 13,9 milhões em finais de dezembro de 2018.

A actividade de intermediação financeira dos SFD, consolidou-se igualmente. Com efeito, os depósitos recolhidos estabeleceram-se em 1.454,1 mil milhões em finais de setembro de 2019, contra 1.243,2 mil milhões em finais de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de 17,0%. Eles representam cerca de 5,7% dos depósitos recolhidos pelas instituições de crédito da União, durante o período em análise.

Tratando-se do montante de créditos concedidos pelas instituições de microcrédito, houve aumento de 6,0%, passando de 1.414,5 mil milhões em finais de dezembro de 2018 para 1.498,9 mil milhões em finais de junho de 2019, representando cerca de 6,9% dos créditos concedidos pelas instituições de crédito da União.

Por sua vez, a qualidade de carteira de créditos dos SFD, deteriorou-se ligeiramente durante o período em análise. Com efeito, os empréstimos improdutivos situaram-se em 113,4 mil milhões em finais de setembro de 2019, contra 100,8 mil milhões a 31 de dezembro de 2018. Assim, a taxa bruta de degradação da carteira dos SFD da UMOA, medida pelo rácio dos empréstimos improdutivos ligado ao

montante dos créditos, estabeleceu-se em 7,6% em finais de setembro de 2019 contra 7,1% em finais de dezembro de 2018. Ou seja, uma alta de 0,5 ponto percentual. Este rácio permanece acima da norma de 3% geralmente admitida no sector.

Durante o ano 2019, o Banco Central prosseguiu os seus esforços de saneamento do sector do microcrédito, de modernização das ferramentas de supervisão das actividades de microcrédito e de controlo das vulnerabilidades identificadas de que enfrentam os SFD. Trata-se nomeadamente:

- da emissão de um parecer favorável sobre a revogação das autorizações de vinte e um (21) SFD;
- de iniciativas destinadas a reduzir o problema das estruturas que desenvolvem actividades de microcrédito fora do âmbito da regulamentação. Em alguns países, foram identificadas iniciativas que apresentam sinais de viabilidade. Apresentam os pedidos de aprovação em conformidade com a regulamentação em vigor, que são analisados pelos Serviços do BCEAO;
- da reformulação da aplicação «Solução Informática Centralizada de Acompanhamento dos SFD (SICS/SFD)», a fim de facilitar uma maior celeridade na produção e no processamento dos dados financeiros;
- da continuação dos trabalhos sobre o desenvolvimento do quadro legal em vigor. Este trabalho é realizado por um Comité Técnico criado para o efeito.

3.2 - MERCADO FINANCEIRO

Predominância dos títulos de maturidade de 3 e 5 anos, com montantes captados de **1.146,5** mil milhões e **474,5** mil milhões, respectivamente. São equivalentes a **91,3%** do montante total das emissões obrigacionistas por adjudicação.

3.2.1- RECURSOS MOBILIZADOS PELOS ESTADOS NO MERCADO PRIMÁRIO

3.2.1.1 – Mobilização de recursos no mercado regional

Durante o ano 2019 o montante global das emissões brutas no mercado regional da dívida pública fixou-se em 4.112,2 mil milhões contra 3.277,6 mil milhões em 2018. Este aumento de 834,6 mil milhões em relação ao ano precedente, explica-se pela presença significativa da Côte d'Ivoire e do Senegal no mercado financeiro regional. Com efeito, as emissões líquidas situaram-se em 910,8 mil milhões, contra 342,8 mil milhões do ano anterior.

A parte das obrigações do Tesouro nas mobilizações de recursos no mercado, estabeleceu-se em 60,0% em 2019 contra 54,5% em 2018 e 57,3% em 2017. O volume total de emissões por adjudicação no compartimento obrigacionista em 2019 estabeleceu-se em 1.775,1 mil milhões, em alta de 831,2 mil milhões em relação a 2018. Os títulos das maturidades 3 e 5 anos foram os mais populares, com montantes captados de 1.146,5 mil milhões e 474,5 mil milhões, respectivamente, representando 91,3% do montante total de emissões de obrigações por adjudicação.

Por sua vez, o volume das emissões obrigacionistas por sindicância, reduziu-se igualmente de 152,3 mil milhões em relação a 2018, para fixar-se em 692,0 mil milhões em finais de dezembro de 2019. A preferência dos Estados incidiu sobre as maturidades de 7 e 8 anos nas quais foram mobilizados os respectivos montantes de 291,9 mil milhões e 319,2 mil milhões, ou seja, 88,2% do volume total das emissões de obrigações por sindicância. Estas emissões por sindicância foram efectuadas pelo Burkina (86,4 (86,4 mil milhões), a Côte d'Ivoire (259,8 mil milhões), o Mali (232,8 mil milhões) e o Níger (113,0 mil milhões).

Para todas as emissões obrigacionistas em 2019, a taxa de rendimento estabeleceu-se em 6,42%, enquanto que em 2018 foi de 6,29%.

Quadro 10: EMISSÕES NO MERCADO DE TÍTULOS PÚBLICOS (EM BILIÕES DE FCFA)

	Total 2017					Total 2018					Total 2019
		T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
Bilhetes	1 578,2	380,2	308,9	471,3	329,0	1 489,4	536,9	546,3	358,3	203,6	1 645,1
Obrigações	2 121,9	224,8	374,4	558,6	630,4	1 788,2	555,0	686,4	728,6	497,0	2 467,1
Por sindicacão	1 165,2	112,9	218,1	394,0	218,9	943,9	349,5	474,2	454,3	497,0	1 775,1
Por sindicacão	958,8	111,9	156,3	164,6	411,5	844,3	205,5	212,2	274,3	-	692,0
Total	3 700,1	605,0	683,3	1 029,9	959,4	3 277,6	1 091,9	1 232,7	1 086,9	700,6	4 112,2

Fontes: BCEAO, Agência UMOA títulos.

No compartimento dos bilhetes do Tesouro, 70 emissões foram realizadas durante o ano 2019, num montante total de 1.645,1 mil milhões contra uma previsão inicial de 1.222,0 mil milhões em 2019, e uma realização de 1.489,4 mil milhões em 2018. A maturidade de 12 meses foi a mais solicitada com 42 emissões num valor global de 885,1 mil milhões, correspondente a 53,8% do valor total dos bilhetes. Durante o ano 2019 as taxas no compartimento dos bilhetes do Tesouro apresentaram globalmente uma baixa. A taxa de juro média ponderada, todas as maturidades, estabeleceu-se em 5,36% em 2019, contra 5,90% em 2018.

Quadro 11: TAXA DE JURO MÉDIA DOS BILHETES DO TESOURO (EM PERCENTAGEM)

	2017				Média anual	2018				Média anual	2019				Média 2019
	T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
1 mês	4,94	4,86	-	-	4,91	-	-	-	3,9	3,9	-	-	-	-	-
3 meses	5,5	5,37	5,64	5,62	5,53	6,38	5,81	4,85	6,02	5,46	5	4,98	4,63	-	4,85
6 meses	5,37	5,87	5,38	5,96	5,77	6,09	6,17	5,86	5,99	6,06	5,69	5,4	-	4,9	5,52
12 meses	5,99	6,12	5,68	5,99	5,99	6,25	6,22	6,11	6,08	6,16	6,07	5,62	5,29	5,11	5,61
24 meses	-	-	-	5,78	5,78	-	5,8	-	-	5,8	-	-	-	-	-
Taxa média	5,68	5,74	5,58	5,85	5,71	6,22	6	5,61	5,78	5,9	5,78	5,32	4,93	5,08	5,36

Fontes : BCEAO, Agência UMOA-Títulos.

3.2.1.2 - Saldo de títulos públicos no mercado regional

O valor global dos títulos públicos fixou-se em 10.883,5 mil milhões em finais de dezembro de 2019. Deste montante, as obrigações representam 92,3% do total.

Quadro 12: SALDO DOS TÍTULOS PÚBLICOS EM FINAIS DE DEZEMBRO DE 2019 (EM BILHÕES DE FCFA)

	Bilhetes	Obrigações	Total
Benin	21,9	1 190,1	1 212,0
Burkina	244,4	1 235,5	1 479,9
Côte d'Ivoire	95,5	3 566,2	3 661,7
Guiné-Bissau	12,8	73,4	86,2
Mali	126,5	1 311,2	1 437,7
Níger	335,0	587,4	922,5
Senegal	0,0	928,0	928,0
Togo	51,4	1 104,1	1 155,4
UEMOA	887,6	9 995,9	10 883,5

(*) Estes valores dizem respeito apenas às emissões no mercado financeiro regional.
Fontes: BCEAO, UMOA-Títulos.

Quadro 13: EVOLUÇÃO DO SALDO DOS TÍTULOS PÚBLICOS (EM BILHÕES DE FCFA)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Montante	3 023,9	3 743,9	5 043,2	6 388,5	8 621,4	9 629,9	9 972,7	10 883,5
(em % do PIB)	7,3	8,4	10,5	12,2	14,6	14,5	14,4	13,6
Percentagem relativa								
- Bilhetes	39	36,3	30,5	20,3	17,5	12,7	11	7,7
- Obrigações	61	63,7	69,5	7,7	82,5	87,3	89	92,3

Fontes: BCEAO, Agência UMOA títulos.

3.2.2 – EVOLUÇÃO DA BOLSA REGIONAL DOS VALORES MOBILIÁRIOS (BRVM)

A evolução da actividade de bolsa regional de valores a 31 de dezembro de 2019, em relação a 31 de dezembro de 2018, caracterizou-se por uma situação mitigada dos principais indicadores. A capitalização atingiu 8.973,25 mil milhões em 31 de dezembro de 2019 contra 8.274,05 mil milhões no final de 2018, ou seja, um aumento de 8,45%, atribuível à alta do compartimento das obrigações.

Com efeito, a capitalização do mercado das obrigações passou assim de 3.429,54 mil milhões em finais de dezembro de 2018, para situar-se em 4.232,65 mil milhões a 31 de dezembro de 2019. Uma alta de 23,42%, enquanto a do mercado das acções recuou durante o mesmo período em -2,14%.

Por sua vez, os índices do BRVM registaram uma baixa em 2019. O BRVM10, principal índice da bolsa e o índice compósita, estabeleceram, respectivamente, em 149,11 pontos e 159,24 pontos a 31 de dezembro de 2019. Houve um recuo de 7,55% em 2019 para 3,40% registado em dezembro de 2018.

3.3 – ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS

3.3.1 – ACÇÕES EM MATÉRIA DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

As acções levadas a cabo em 2019 pelo BCEAO em matéria de estabilidade financeira abrangem seguintes objectivos principais:

- a preservação da estabilidade financeira;
- o reforço da supervisão bancária e financeira.

3.3.1.1 – Preservação da estabilidade financeira

As principais diligências efectuadas em 2019 para consolidar a estabilidade financeira, dizem respeito ao reforço do mecanismo de vigilância do risco sistémico na União.

3.3.1.1.1 – Reforço do mecanismo de vigilância do risco sistémico na União

O reforço do mecanismo de vigilância do risco sistémico na União, resultou na adopção de um quadro metodológico de identificação de Instituições Bancárias de Importância Sistémica (IIBS), bem como na implementação de recomendações resultantes do trabalho do Comité de Estabilidade Financeira na UMOA. Esses esforços têm como finalidade a orientação de acções adequadas para assegurar o funcionamento harmonioso e eficiente do sistema financeiro.

• Adopção de metodologias de identificação de Instituições Bancárias de Importância Sistémica (SIBIs) e determinação da sobretaxa de fundos próprios

O quadro metodológico para identificar o EBIS e determinar a sobretaxa de fundos próprios que lhes é aplicável foi elaborado e divulgado à profissão bancária em dezembro de 2019 por Aviso do Banco Central. De acordo com as boas práticas, este instrumento permite à Autoridade de Supervisão Bancária, seleccionar instituições cujo insucesso poderá ter um impacto significativo no sistema financeiro e na economia dos Estados-Membros da União. A abordagem metodológica adoptada na União, foi apresentada aos Directores-Gerais das instituições sujeitas durante uma sessão organizada por videoconferência em 7 de outubro de 2019.

• Trabalhos do Comité de Estabilidade Financeira na UMOA

O BCEAO participou nos trabalhos da 15ª Sessão Ordinária do Comité de Estabilidade Financeira da UMOA (CSF-UMOA), realizada a 2 de agosto de 2019. Durante esta reunião, o Comité, tendo em conta a evolução recente da conjuntura macrofinanceira da União, considerou que o estado de estabilidade do sector financeiro da UMOA não parece ser motivo de preocupação. No entanto, destacou as principais fontes de vulnerabilidade que podem afectar o desempenho da União, incluindo:

- ➔ a forte concentração de riscos dentro dos diferentes segmentos do sector financeiro da UMOA;
- ➔ a exposição significativa do sector bancário ao risco de crédito e à cibercriminalidade;
- ➔ a deterioração da carteira de Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) e problemas de governação, particularmente em instituições de crédito e poupança mútua de base comunitária;
- ➔ a vulnerabilidade das instituições financeiras da Zona, dada a fraca diversificação das economias dos Estados Membros da União e a persistência dos riscos de segurança.

Foram feitas recomendações para limitar o impacto potencial destes factores de risco.

3.3.1.1.2 – Outras acções que contribuem para a estabilidade financeira

Em 2019 o BCEAO prosseguiu a implementação das normas de Basileia II e III na UEMOA. Neste aspecto, o trabalho realizado centrou-se na divulgação dos textos regulamentares, no seguimento de relatório prudencial, bem como na prossecução do seu acompanhamento.

Como parte da divulgação dos textos regulamentares, o Banco Central organizou, de 11 de março a 5 de abril de 2019, uma missão itinerante para sensibilizar administradores, directores gerais e chefes de

funções de controlo das instituições regulamentadas da UMOA sobre as circulares da Comissão Bancária, adoptadas a 27 de setembro de 2017.

O objectivo desta missão foi apresentar aos responsáveis das instituições sujeitas e aos responsáveis pelas funções de controlo, as suas funções e responsabilidades no que diz respeito à governação, gestão de risco e controlo interno dentro destas entidades. Permitiu aos órgãos dirigentes das instituições sujeitas, familiarizarem-se com as principais alterações introduzidas nas circulares e proporcionou ao BCEAO a oportunidade de responder às suas preocupações, com vista à correcta implementação destes textos.

No que respeita aos relatórios prudenciais, mais de 92% das instituições sujeitas, completaram as duas apresentações semestrais previstas para 30 de abril de 2019 e 31 de outubro de 2019.

Além disto, o processo instituído no BCEAO para apoiar de forma mais próxima ao sistema bancário e a outras partes interessadas, continuou durante 2019, com vista a assegurar a aplicação harmoniosa do Plano de Contabilidade Bancária (PCB) e das regras prudenciais por todos aqueles sujeitos aos seus regulamentos. Este apoio tomou a forma de respostas às preocupações expressas pelas partes interessadas sobre os endereços dedicados às duas reformas, bem como entrevistas e audições por telefone, durante as quais, os Serviços do BCEAO esclareceram pontos de incompreensão das entidades sujeitas no que diz respeito aos novos padrões.

Caixa 1: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O TEMA: « FINTECH : DESAFIOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO »

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) organizou, em colaboração com o Banco Mundial, uma conferência internacional sobre Empresas de Tecnologia Financeira (FinTech), nos dias 30 e 31 de outubro de 2019 na sede do BCEAO em Dakar.

A conferência teve como principal criar um quadro para os intercâmbios, permitindo aos participantes beneficiar de uma partilha de experiências em termos de regulação e supervisão da FinTech, a fim de reforçar as suas capacidades em termos de promoção, de enquadramento e supervisão destas estruturas.

Participantes

Os trabalhos desta conferência contaram com a participação de cerca de 145 pessoas incluindo os membros do Governo do BCEAO, os Governadores dos Bancos Centrais dos Estados África Central, da Mauritânia, da Gâmbia, do Gana e da Serra Leoa. Participaram igualmente nesta reunião o Presidente do Conselho Regional da Poupança Pública e Mercados Financeiros (CREPMF), o Secretário-Geral da Comissão Bancária da UMOA, o Secretário Geral da Comissão Bancária da África Central, os representantes dos Ministérios encarregues das Finanças, os Directores Nacionais do BCEAO.

Ainda participaram na conferência, vários outros dirigentes e peritos de instituições de regulação e supervisão regionais e internacionais, tais como a Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), o Banco da Suécia, o Banco Central Europeu (BCE), o Bank Al-Maghrib, o Banco Central do Egito, a Confederação Interafricana de Mercados de Seguro (CIMA), o Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD) e a Bolsa Regional de Valores Mobiliários (BRVM).

Além dos reguladores e supervisores, actores do ecossistema das empresas de tecnologia financeira participaram no evento. Trata-se das FinTech, associações e estruturas que operam neste sector, como também os representantes de instituições de créditos e instituições de microcrédito.

Temas discutidos na conferência

Os trabalhos decorreram em sete sessões, sob a forma de painéis que reuniram peritos provenientes das estruturas convidadas.

Foram abordados os seguintes temas:

- **Tecnologia de Blockchain e suas aplicações;**

- a evolução do crédito digital: mercados de crédito e plataformas alternativas de crédito;
- a moeda digital emitida pelos bancos centrais e moedas virtuais;
- os laboratórios de inovação financeira também conhecidos como Regulatory Sandbox;
- as abordagens da FinTech em matéria de regulação e supervisão;
- a criação de um ecossistema para a FinTech através da colaboração entre as partes interessadas;
- as FinTech em África: desafios, oportunidades e perspectivas.

A conferência foi marcada por uma mesa redonda de Governadores, presidida pelo Governador do BEAC. Este fórum permitiu aos funcionários superiores de Bancos Centrais sintetizar as principais lições a tirar da conferência, e as perspectivas de assegurar o desenvolvimento da FinTech nas suas respectivas jurisdições.

Principais recomendações saídas da conferência

As recomendações seguintes foram formuladas no termo do encontro:

- a elaboração de um quadro regulamentar específico para as actividades das FinTech, relativas aos segmentos dos serviços de pagamento e de financiamento participativo, em concertação com as Autoridades competentes, nomeadamente o CREPMF para a vertente financiamento por investimento;
- a elaboração de textos específicos à cibersegurança bem como à protecção e confidencialidade dos dados pessoais dos clientes das instituições financeiras;
- a adopção da abordagem de experimentação para o enquadramento regulamentar das FinTech, através da criação de um laboratório de inovação financeira na União. Esta iniciativa poderia ser precedida pela instalação de escritórios de inovação nos países da UMOA;
- a continuação da participação do BCEAO nos fóruns de trocas internacionais sobre as FinTech.

No total, esta conferência foi um quadro de trocas de experiências frutuosas e fecundo que permitiu aos actores do ecossistema das FinTech da UMOA melhor compreender as implicações, os desafios, as perspectivas, as vantagens e os riscos ligados à emergência destas entidades para a União.

3.3.1.2 – Reforço da supervisão bancária e financeira

3.3.1.2.1 – Reforma prudencial

As acções realizadas no âmbito do reforço dos regulamentos prudenciais, referem-se principalmente à promulgação em julho de 2019 da Instrução 2003-07-2019, sobre o reconhecimento dos organismos externos de avaliação de crédito para fins prudenciais. O principal objectivo deste texto é estabelecer as condições e modalidades de reconhecimento pelo Banco Central de organismos externos de avaliação de crédito, cujas notas podem ser utilizadas para fins prudenciais por instituições sujeitas à UMOA.

3.3.1.2.2 – Reforma Contabilística

No quadro da implementação da reforma contabilística, que entrou em vigor em 2018, o BCEAO preparou projectos de textos relacionados com:

- a Directiva Fiscal que harmoniza o regime fiscal das perdas em créditos de cobrança duvidosa e contestada, contabilizados pelas instituições de crédito ao abrigo da regulamentação bancária. Este projecto foi discutido e aprovado num ateliê organizado pela Comissão da UEMOA em Ouagadougou, de 29 a 31 de julho de 2019;

- à Directiva que harmoniza o regime fiscal das operações de locação financeira e das mais-valias de alienação realizadas no âmbito da criação de sociedades gestoras de participações financeiras intermédias. Este projecto foi discutido por representantes das administrações fiscais e Associações de profissionais de Bancos e Instituições Financeiras na UMOA em reuniões realizadas na Sede do BCEAO.

Estes projectos de texto foram submetidos à Comissão da UEMOA, que é o organismo competente nesta área.

Do mesmo modo, os seguintes textos de aplicação foram revistos para ter em conta as novas normas de contabilidade bancária em vigor desde 1 de janeiro de 2018:

- Instrução relativa às modalidades de constituição das reservas obrigatórias junto do BCEAO;
- Instrução relativa às modalidades de intervenção do BCEAO no quadro da condução da política monetária.

Caixa 2: REVISÃO DOS TEXTOS DE APLICAÇÃO DO NOVO REPOSITÓRIO CONTABILÍSTICO BANCÁRIO

Nos termos da Instrução nº005/12/2019 de 31 de dezembro de 2019, acima mencionada, as alterações relativas à forma de avaliação das referidas reservas, são as seguintes:

- a integração dos SFD, que são tratados como instituições de crédito, no item relativo às instituições financeiras e às instituições financeiras internacionais ou estrangeiras;
- a reorganização da rubrica "Estados e organismos assimilados", intitulada doravante "Administrações Públicas", incluindo o Tesouro público bem como a rubrica "Outros agentes económicos", que inclui: (i) as Famílias; (ii) as Outras Sociedades Financeiras; (iii) Sociedades não financeiras; e, (iv) Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias;
- a supressão do posto "Dinheiro em caixa com crédito imediato" a favor da implementação do Sistema de Compensação Automatizado dos Bancos na UEMOA (SICA-UEMOA), reduzindo o prazo necessário para descontar títulos, particularmente cheques, de várias semanas para um dia, no máximo.

Para a Instrução nº 004-12-2019 de 31 de dezembro de 2019 relativa às modalidades de intervenção do BCEAO no âmbito da condução da política monetária, as alterações consistem:

- na revisão das componentes "outras utilizações bancárias" no relatório de cálculo do rácio máximo de refinanciamento. Este item inclui essencialmente títulos, repartidos de acordo com a nova categorização adoptada pelo PCB. Trata-se de títulos de transacção, títulos de carteira, títulos detidos para venda e títulos de investimento. O dinheiro em caixa já não é considerado nesta rubrica. As operações de leasing são agora tratadas como créditos normais. Como tal, já não podem ser incluídos neste capítulo;
- na tomada em conta dos efeitos da entrada em produção do Sistema Automatizado de Gestão de Títulos e Liquidez da União Monetária da África Ocidental (SAGETIL-UMOA) no processamento das propostas, feitas directamente pelos membros, através da plataforma dedicada, tornando obsoletos certos documentos, nomeadamente os boletins de licitações.

Por sua vez, a substituição das referências das rubricas do antigo plano contabilístico pelas referências do PCB revisto no formulário de avaliação de reservas obrigatórias e sobre o relatório de cálculo do rácio máximo de refinanciamento de uma contraparte pelo BCEAO.

3.3.1.2.3 – Leis bancárias e do microcrédito na UMOA

No âmbito da revisão dos textos de base que regem a actividade bancária e financeira na UMOA, dois Comitês Técnicos foram criados em agosto de 2018 por Decisão do Governador do BCEAO. Estes comités são responsáveis, respectivamente, pela revisão da lei relativa à regulamentação bancária e da lei relativa aos Sistemas Financeiros Descentralizados. O trabalho preliminar dos referidos comités, foi apresentado às Autoridades do BCEAO e será objecto de consultas regionais previstas para o primeiro trimestre de 2020. Estes projectos de lei serão submetidos ao Conselho de Ministros da UMOA para adopção em 2020.

3.3.1.2.4 – Aplicação das Sanções pecuniárias proferidas pela Comissão Bancária

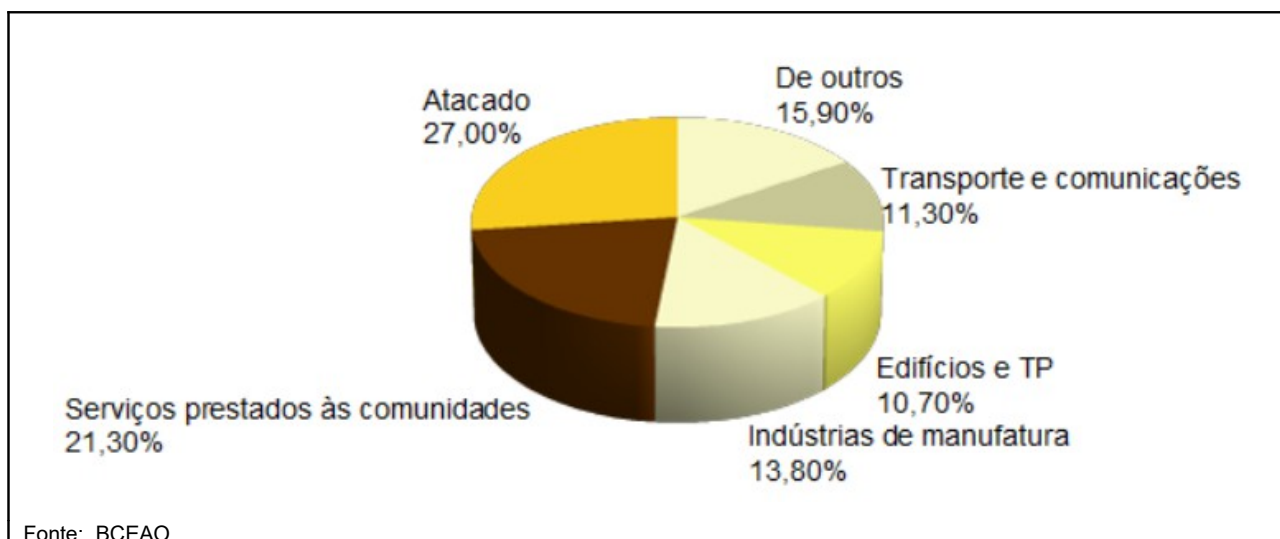
Em relação às sanções financeiras impostas pela Comissão Bancária, o BCEAO promulgou textos que implementam o quadro regulamentar para as instituições de crédito, empresas financeiras, SFD e Gabinetes de Informação de Crédito nos países da UMOA. Trata-se nomeadamente:

- da Instrução n°001-03-2019 de 25 de março de 2019, que fixa os termos e condições de aplicação das sanções pecuniárias, pronunciadas pela Comissão Bancária da União Monetária da África Ocidental contra as sociedades financeiras e as instituições de crédito das empresas-mãe;
- da Instrução n°002-03-2019 de 25 de março de 2019, que fixa os termos e condições de aplicação das sanções pecuniárias pronunciadas pela Comissão Bancária contra instituições de moeda electrónica da União Monetária Oeste Africana.

3.3.2 - CENTRALIZAÇÃO DOS RISCOS BANCÁRIOS

A título da centralização dos riscos bancários, o montante global das utilizações de créditos registados na Central de Riscos, estabeleceu-se em 14.232,9 mil milhões em finais de dezembro de 2019 contra 13.340,9 mil milhões a 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma alta de 6,7%. São constituídos por 60,0% de créditos a curto prazo, que correspondem a um saldo total de 8 539,7 mil milhões e 40,0% de créditos a médio e longo prazo, correspondente ao montante de 5 693,2 mil milhões.

Gráfico 11: NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DE RISCOS BANCÁRIOS POR RAMOS DE ACTIVIDADES



Estes riscos concentram-se principalmente nos sectores "Comércio à grosso" (27,0%), "Serviços à comunidade" (21,3%), "Indústrias transformadoras" (13,8%), "Transportes e comunicações" (11,3%) e "Construção civil e obras públicas" (10,7%). Estes cinco sectores de actividade, atraem por si só mais de 4/5 dos créditos declarados à central dos riscos.

3.3.3 – PROMOÇÃO DE GABINETES DE INFORMAÇÃO SOBRE O CRÉDITO (GIC)

A Empresa CREDITINFO-VOLO, aprovada enquanto Gabinete de Informação sobre o Crédito (GIC) na UMOA é operacional desde a 1 de fevereiro de 2016, em todo o espaço da UMOA.

O número de instituições sujeitas e consideradas aptas, na sequência de testes de qualificação para participar no sistema de partilha de informação de crédito, passou de 57 no final de fevereiro de 2016 para 119 no final de fevereiro de 2017. Em finais de dezembro de 2017 atingiu um número de 196 instituições (91,1% de cobertura), num total de 214 instituições qualificadas. As instituições para as quais os testes ainda não foram concluídos, recebem assistência próxima da CREDITINFO-VOLO e BCEAO.

PROGRESSÃO DO NÚMERO DE CLIENTES NA BASE DO GIC	
30.694 no final de fevereiro de 2016	7.192.103 a 31 de dezembro de 2019

O número de clientes para os quais a informação está disponível na base de dados BIC passou de 30.694 no final de fevereiro de 2016 para 7.192.103 a 31 de dezembro de 2019, dos quais 139.468 pessoas colectivas e 7.052.635 pessoas singulares. Esta evolução significativa reflecte o impacto da adopção de textos legislativos pela Côte d'Ivoire, Senegal, Níger, Togo, Burkina e Mali, que isentam as instituições sujeitas à obrigação de recolher o consentimento para a partilha de dados dos clientes que beneficiaram de empréstimos antes da data de entrada em vigor da lei uniforme.

A isto juntam-se os efeitos dos textos adicionais adoptados pela Côte d'Ivoire, Níger, Togo e Benin, para autorizar a implementação de um tratamento automatizado dos dados dos grandes facturadores a integrar na plataforma electrónica de partilha de informações de crédito. Estes acordos permitiram que 15 grandes facturadoras, incluindo as principais empresas de electricidade, água, telemóvel e telecomunicações dos quatro países em causa, fossem ligadas a esta plataforma.

Os desenvolvimentos positivos acima referidos, foram tidos em conta na edição de 2020 do relatório Doing Business, sobre o clima empresarial, nomeadamente para a classificação dos Estados em causa com base nos resultados recentes, segundo o critério relativo à obtenção de empréstimo. Assim, depois da Côte d'Ivoire (48º), o Níger e o Togo melhoraram as suas classificações neste critério, passando de 144º lugar na edição de 2019 para 48º. O Senegal ficou no 67º lugar no critério de "obtenção de empréstimos", após ter se situado também em 144º lugar na avaliação do ano 2018.

Os outros Estados-membros da União, viram suas posições classificatórias de 2019 a deteriorarem em relação ao ano 2018 devido a ausência de novas reformas, nomeadamente o Benin (152º vs. 144º); o Burkina Faso (152º vs. 144º); a Guiné-Bissau (152º vs. 144º) e o Mali (152º vs. 144º).

Apesar dos progressos acima mencionados para alguns países, o sistema de partilha de dados de crédito ainda enfrenta dificuldades relacionadas, principalmente, com a extensão e qualidade da participação das instituições de crédito e dos Sistemas Financeiros Descentralizados da União.

Neste aspecto, o BCEAO organizou um seminário de sensibilização para os Directores Gerais das instituições sujeitas sobre o sistema de partilha de dados de crédito, no dia 2 de maio de 2019, na sua Sede em Dakar. No final desta reunião, as medidas tomadas permitiram um aumento significativo do volume de dados na base de dados da GIC. Estas medidas ajudaram a melhorar a taxa de consulta da base de dados do GIC pelas instituições sujeitas.

De acordo com as estatísticas fornecidas pelo CREDITINFO-VOLO, esta taxa subiu de 45,0% no final de dezembro de 2018 para quase 75% no final de dezembro de 2019. No entanto, embora a taxa de consulta tenha aumentado significativamente, ainda não reflecte a utilização sistemática da base de dados GIC por aqueles sujeitos nele, por ocasião de cada operação de crédito.

Em 12 de novembro de 2019, o Banco Central aprovou uma nova tabela de taxas para os serviços de informação de crédito a serem oferecidos pelo GIC para o ano 2020. Para além da contínua flexibilização das condições tarifárias aplicáveis às instituições sujeitas, iniciada no exercício de 2019, a principal inovação diz respeito à aplicação de preços simplificados, com a adopção de uma taxa única para os relatórios de crédito. A nova tabela de preços destina-se também a proporcionar um incentivo, incorporando uma pontuação no relatório de crédito, ou seja, uma pontuação característica de risco de crédito que será um serviço gratuito no ano fiscal de 2020.

Por sua vez, o GIC está considerando a entrada em produção de serviços online para o público, incluindo um aplicativo chamado "MyCreditinfo" para facilitar a gestão de reclamações e o acesso às consultas pelos usuários de dados.

3.3.4 – ACÇÕES A FAVOR DA INCLUSÃO FINANCEIRA NA UEMOA

Em termos de acções a favor da inclusão financeira, constam a implementação da Estratégia Regional para a Inclusão Financeira (SRIF, sigla em francês) na UEMOA e a participação do BCEAO nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira.

3.3.4.1 - Implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF) na UEMOA

No âmbito da implementação da Estratégia Regional para a Inclusão Financeira na UEMOA, o Banco Central prosseguiu as suas acções de seguimento dos Estados. Também continuou a implementar os projectos iniciados para promover a inclusão e a educação financeira, nomeadamente o projecto sobre a interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA e o programa regional de educação financeira.

De acordo com o mecanismo institucional da estratégia regional, as estruturas de coordenação (Comité Regional de Pilotagem (CRP), Comités Nacionais de Seguimento da Implementação (CNSMO) e Comité Técnico de Seguimento (CTS), realizaram as suas reuniões estatutárias em 2019.

A segunda reunião de CRP, realizada em novembro de 2019, analisou os progressos obtidos na implementação da estratégia regional em 30 de junho de 2019 e discutiu o programa de actividades e o orçamento para o ano 2020 da Unidade de Gestão e Coordenação da Estratégia Regional para a Inclusão Financeira (UGC-SRIF). Foram também discutidas as principais linhas do documento do Programa Regional de Educação Financeira da UEMOA.

Os CNSMO realizaram suas sessões estatutárias nos 8 países da União. Estas sessões tornaram possível a criação de Grupos de Trabalho sobre Educação Financeira na Côte d'Ivoire, Mali, Níger, Senegal e Togo.

O CTS realizou a sua primeira e segunda reunião em 11 de julho e 25 de outubro de 2019, respectivamente. Durante estas reuniões, foram analisados o relatório de implementação da SRIF no final de junho de 2019, o estado de implementação das recomendações resultantes da primeira reunião do Comité Regional de Pilotagem, realizada em 27 de novembro de 2018 e o programa de actividades para o ano 2020 do UGC-SRIF.

No que diz respeito ao financiamento das acções da estratégia regional, três parceiros concretizaram o seu compromisso, através da assinatura de acordos de financiamento, elevando assim para seis o número de doadores que prestam apoio técnico e financeiro para a implementação da SRIF. Trata-se nomeadamente, da Confederação Suíça, da Agence Française de Développement (AFD), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), da Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF) e o Banco Mundial. Assim, num montante estimado de 29,88 mil milhões de FCFA, os compromissos firmes de financiamento celebrados com parceiros técnicos e financeiros totalizam 14,68 mil milhões de FCFA. A contribuição do Banco Central estima-se em 2,27 mil milhões de FCFA. A diferença de financiamento a procurar fixa-se, portanto, em 12,93 mil milhões de francos CFA. Estão em curso discussões com outros doadores para mobilizar recursos adicionais.

Neste contexto, o BCEAO continuou as suas acções de apoio aos Estados, através da organização em julho de 2019, de uma visita de informação com os CNSMO junto do Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional da Côte d'Ivoire, em termos de desenvolvimento, implementação e seguimento de um programa de educação financeira. O acompanhamento dos Estados, foi igualmente demonstrado pela participação do Instituto das Emissões nos trabalhos de elaboração das estratégias nacionais de certos países que empreenderam este exercício, nomeadamente o Senegal e o Togo.

Como parte dos projectos iniciados para reforçar a inclusão financeira, o Instituto Emissor deu continuidade ao trabalho de implementação do Projecto de Interoperabilidade de Serviços Financeiros Digitais na UEMOA. Neste sentido, as principais actividades realizadas centraram-se na avaliação da maturidade do mercado, no reforço da capacitação dos intervenientes e na organização do trabalho dos Grupos Temáticos, que propuseram regras de funcionamento e especificações detalhadas para a interoperabilidade. Por fim, o procedimento de aquisição de solução foi lançado com a fase de pré-qualificação.

Caixa 3: VISÃO GLOBAL DO PROJECTO DE INTEROPERABILIDADE DOS SERVIÇOS FINANCEIROS DIGITAIS NA UEMOA

A interoperabilidade é geralmente definida como a capacidade de vários sistemas de trocar informações entre si sem restrições de acesso.

No domínio dos pagamentos, a interoperabilidade dos serviços financeiros digitais, baseia-se na capacidade de um cliente, associado a um prestador de serviços, receber ou fazer transferências e pagamentos para a conta de um utilizador associado a um outro prestador de serviços.

O Projecto de interoperabilidade de serviços financeiros digitais da UEMOA foi oficialmente lançado em abril de 2017, com a assinatura de um Acordo de Subvenção entre o BCEAO e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), com o apoio da Fundação Bill & Melinda GATES. O seu custo global está estimado em nove milhões seiscentos mil (\$9,6 milhões) dólares americanos, ou seja, cinco mil milhões seiscentos milhões (\$5,6 biliões) de Francos CFA.

A visão do Banco Central nesta área baseia-se na criação de uma infra-estrutura que permite as trocas "conta a conta", qualquer que seja o tipo de conta (bancária, não bancária), entre todos os prestadores de serviços financeiros (bancos, sistemas financeiros descentralizados, instituições de moeda electrónica), a integração de todos os instrumentos, serviços e canais utilizados, como também a conjugação de esforços em torno da plataforma da empresa GIM-UEMOA SA (Grupo Interbancário Monetário da União Económica e Monetária da África Ocidental).

As principais implicações deste Projecto para o Instituto de emissão são:

- **a redução dos custos de saída dos serviços de pagamento, com vista a uma maior inclusão financeira da população e das Pequenas e Médias Empresas (PME) da UEMOA;**
- **o controlo dos riscos ligados à compensação e pagamento de transacções inter-redes.**

A participação do Banco Central visa facilitar o envolvimento de todas as partes interessadas através de uma abordagem participativa e de escuta do mercado.

Nesta perspectiva, as principais actividades seguintes foram realizadas:

- **a organização de reuniões específicas com os actores do ecossistema dos pagamentos nos oito países da UEMOA;**
- **a avaliação da capacidade do sistema monetário interbancário regional GIM-UEMOA e reforço das capacidades das partes interessadas na área da interoperabilidade dos serviços financeiros digitais;**
- **a avaliação da maturidade do mercado pelo gabinete PWC Côte d'Ivoire. O seu objectivo é fazer o ponto da situação dos pagamentos digitais na União e determinar o nível de maturidade do mercado para a interoperabilidade dos pagamentos entre os intervenientes envolvidos.**
- **os trabalhos dos Grupos Temáticos responsáveis pela elaboração das especificações funcionais e técnicas bem como do modelo económico do sistema interoperável;**
- **a organização, em outubro de 2019, de uma consulta regional, que resultou na adopção de um plano de implantação. Este plano prevê uma abordagem gradual, com o lançamento, numa primeira fase, de serviços básicos que consistem em transferências de conta-a-conta e pagamentos de comerciantes.**

O novo sistema irá complementar e enriquecer a infra-estrutura financeira da União, a fim de proporcionar às populações, serviços de pagamento de proximidade mais rápidos e acessíveis. A adopção de serviços instantâneos, disponíveis 24 horas por dia e 7 dias por semana, dotado de características essenciais, baseadas em requisitos de qualidade e segurança que irá impulsionar a inclusão financeira.

3.3.4.2 - Participação nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira

No âmbito das actividades da Aliança para a Inclusão Financeira, para além da sua participação nos trabalhos do Conselho de Administração, o Instituto Emissor participou nas actividades dos oito grupos de trabalho, criados sobre os seguintes temas: os serviços financeiros digitais, as políticas de inclusão financeira da iniciativa Africana sobre Políticas de Inclusão Financeira, a autonomização dos consumidores e conduta dos mercados, as estratégias nacionais de inclusão financeira, a aplicação proporcional das normas internacionais, o financiamento das PME e dados de inclusão financeira.

Caixa 4: ACÇÕES DE PROMOÇÃO DA FINANÇA ISLÂMICA

Na sequência da promulgação de textos específicos às finanças islâmicas na UMOA em 2017 e 2018, o BCEAO realizou acções de promoção desta nova actividade, através de uma missão itinerante de vulgarização das novas disposições regulamentares. Esta digressão contribuiu para a sensibilização de 466 participantes provenientes de instituições de crédito e de Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) sujeitos nos 8 Estados Membros da União.

Os ateliês nacionais permitiram aos actores envolvidos:

- **de ter uma compreensão da doutrina tirada da Xária dos negócios bem como das particularidades do sistema financeiro islâmico;**
- **reforçar as suas capacidades através de uma melhor apropriação dos textos que regem a actividade das finanças islâmicas na UMOA;**
- **controlar a estruturação dos serviços e operações de financiamento islâmico.**

Até agora, foram concedidas 8 licenças para a abertura de ramos islâmicos, incluindo 7 no sector bancário e 1 no sector do microcrédito.

As iniciativas em curso a nível do Banco Central, visam tornar plenamente operacional o quadro regulamentar para uma promoção crescente das Instituições Financeiras Islâmicas (IFI). Trata-se especificamente, do estabelecimento dos quadros contabilísticos e prudenciais bem como a criação de um mecanismo de refinanciamento para as IFI na UMOA.

O desenvolvimento da indústria financeira islâmica requer, igualmente, a consideração das implicações fiscais, a fim de assegurar a competitividade da oferta financeira islâmica com os serviços financeiros convencionais. Neste âmbito, o BCEAO participa, por um lado, activamente nos trabalhos conduzidos pela Comissão da UEMOA para a elaboração de um texto comunitário com vista a harmonizar a tributação aplicável às operações conformes aos princípios e regras da finança islâmica.

Por outro lado, a fim de reforçar o ecossistema da finança islâmica, que exige a existência de um mercado financeiro dedicado. O Instituto Emissor prossegue as suas iniciativas para dotar a Zona UEMOA de um quadro regulamentar para os títulos financeiros que respeite os princípios e regras das finanças islâmicas, sob a égide do Conselho Regional da Poupança Pública e dos Mercados Financeiros (CREPMF).

IV – GESTÃO DE SÍMBOLOS MONETÁRIOS, SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTOS E RESERVAS CAMBIAIS

4.1 – GESTÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	42
4.1.1 – Levantamentos e pagamentos nos balcões das Agências do BCEAO.....	42
4.1.2 – Composição da circulação fiduciária.....	42
4.2 – SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DA UEMOA.....	43
4.2.1 – Sistemas de pagamento regionais.....	43
4.2.2 – Contribuição dos sistemas e serviços de pagamento para maior inclusão financeira.....	46
4.2.2.1- Conexão dos Tesouros Públicos Nacionais (TPN) aos sistemas de pagamento da UEMOA.	47
4.2.2.2 - Promoção do acesso dos Sistemas Financeiros Descentralizados aos sistemas de pagamento regionais da UEMOA.....	47
4.2.2.3 – Acesso de Sociedades de Gestão e Intermediação (SGI) a STAR-UEMOA para impulsionar o dinamismo de participação no mercado dos títulos públicos emitidos através de adjudicação.....	47
4.3 – RESERVAS CAMBIAIS.....	47

4.1 – GESTÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA

Durante o ano 2019 os levantamentos de símbolos monetários nos balcões do Banco Central, atingiu 18.468,9 mil milhões de FCFA (2.906,6 milhões de vinhetas). São superiores aos pagamentos recebidos, que ascenderam a 17.686,3 mil milhões (2.515,3 milhões de vinhetas). A circulação de moeda fiduciária, resultando das evoluções, estabeleceu-se em 7.751,2 mil milhões de FCFA, em alta de 18,7%.

4.1.1 – LEVANTAMENTOS E PAGAMENTOS NOS BALCÕES DAS AGÊNCIAS DO BCEAO

Os movimentos nos balcões do Banco Central atingiram 36.155,2 mil milhões de FCFA em 2019 contra 33.992,7 mil milhões de FCFA no exercício do ano precedente.

Os levantamentos de notas durante o período em análise, elevaram-se a 18.456,5 mil milhões de francos CFA (2.694,2 milhões de vinhetas), contra 17.144,8 mil milhões de francos CFA (2.417,8 milhões de vinhetas) em 2018, tendo uma alta anual de 276,4 milhões de vinhetas. Os levantamentos mais importantes em valor, foram registados na Côte d'Ivoire (32,4%), no Burkina Faso (16,6%) e no Senegal (15,5%).

Os levantamentos de moedas registaram uma alta de 120,4%, passando de 96,3 milhões de unidades em 2018 para 212,4 milhões em 2019. Em valor, os levantamentos fixaram-se em 12,3 mil milhões em 2019 contra 5,7 mil milhões em 2018.

Os pagamentos de notas nos balcões do Banco Central estabeleceram-se em 17.683,9 mil milhões de FCFA (2.505,3 milhões de unidades) em 2019 contra 16.858,5 mil milhões de FCFA (2.329,9 milhões de unidades) em 2018, uma alta 825,4 mil milhões de FCFA (175,3 milhões de vinhetas). As entradas mais importantes em valor, foram observadas na Côte d'Ivoire (29,2%), no Burkina Faso (16,6%) e no Senegal (15,2%).

Durante o ano 2019, as entradas de moedas nos balcões do Banco Central atingiram 2,4 mil milhões de francos CFA (10,0 milhões de unidades) contra 1,8 mil milhões de francos CFA (7,5 milhões de unidades) em 2018, ou seja, uma alta em volume de 33,3%.

4.1.2 – COMPOSIÇÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA

Em finais de dezembro de 2019 a circulação fiduciária estabeleceu-se em 7.751,2 mil milhões de FCFA contra 6.529,7 mil milhões de FCFA no ano anterior, uma alta de 1.221,5 mil milhões de FCFA. As notas de grande valor constituíram 90,7% do valor das notas em circulação em 2019, contra 91,3% em 2018. Comparada em 2018, a parte das notas na circulação fiduciária permaneceu quase estável em 97,6%.

Caixa 5: CENTRO DE PROCESSAMENTO FIDUCIÁRIO

A manutenção da circulação fiduciária é uma das missões essenciais do BCEAO, conferidas pelos textos básicos da UMOA. Neste quadro, o BCEAO fornece às economias, siglas monetários de qualidade e em quantidade suficiente.

Para cumprir esta tarefa, o BCEAO, através dos levantamentos efectuados nos seus balcões por clientes institucionais, injecta no circuito económico novos siglas monetários, bem como notas e moedas "válidas" resultantes da triagem dos pagamentos recebidos.

O crescimento sustentado das economias da União e a preponderância da utilização do fiduciário nos Estados membros da UMOA, reflectem-se num aumento da procura de siglas monetários, apesar do avanço dos pagamentos electrónicos. O número de notas em circulação duplicou numa década, atingindo 1,5 mil milhões de valores fiduciários em 2019.

Este aumento levou a uma alta de levantamentos nos balcões do BCEAO e, por fim, da circulação fiduciária, resultando num afluxo de notas a serem classificadas nos balcões do Instituto Emissor.

A fim de satisfazer de forma sustentável as necessidades de levantamentos dos clientes nos balcões do Banco Central, controlando ao mesmo tempo a evolução dos custos de manutenção da circulação fiduciária, o Banco Central decidiu construir um Centro de Processamento Fiduciário (CTF) que visa industrializar a actividade de triagem. Também será possível aumentar

significativamente o volume de notas classificadas e, subseqüentemente, a produção de notas válidas, através de um elevado grau de automatização das operações de classificação.

O centro, localizado em Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, compreende uma unidade funcional que inclui instalações dedicadas à linha de processamento automático de notas, cofres de armazenamento e áreas de embalagem, bem como escritórios e instalações auxiliares necessárias para o seu funcionamento.

A construção do complexo de edifícios começou em Março de 2018.

No ano fiscal de 2019, prosseguiram-se os trabalhos de construção do edifício, a remodelação das instalações e a instalação de equipamento. A entrega do complexo está agendada para 2020.

4.2 – SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DA UEMOA

Numa perspectiva de modernização contínua, o principal objectivo do BCEAO é fornecer à UEMOA sistemas de pagamento seguros, eficientes e acessíveis, baseados em critérios transparentes, e disponibilizar aos agentes económicos, meios de pagamento modernos e de baixo custo. Em particular, o Banco Central deve promover sistemas de pagamento que cumpram as normas internacionais nesta área, permitir que um maior número de agentes económicos utilize sistemas de pagamento e fornecer ao público instrumentos de pagamento adaptados às suas necessidades.

A 31 de dezembro de 2019, o funcionamento dos sistemas de pagamento da UEMOA continua satisfatório com uma orientação para alta de alguns indicadores de actividade.

4.2.1 – SISTEMAS DE PAGAMENTO REGIONAIS

O Sistema de Transferência Automatizada e de Pagamento na UEMOA (STAR-UEMOA) contou com 136 participantes, em dezembro de 2019, em comparação com 132 no ano anterior. Em 2019, o número de operações efectuadas na STAR-UEMOA estabeleceu-se em 1.211.158, num valor monetário de 620.798 mil milhões de FCFA, uma alta de 31,02% e 21,35% respectivamente, em volume e em valor em relação ao ano 2018.

O comércio inter-países no seio da UEMOA fixou-se em 55.264 mil milhões de FCFA em 2019, estabelecendo-se em 8,9% do valor global das operações processadas na STAR-UEMOA. Em comparação com o ano anterior, houve uma evolução favorável de 57,36% no valor das operações inter-países.

➔ Evolução positiva do comércio inter-países na STAR-UEMOA (55.264 mil milhões de FCFA, em alta de 57,36% em relação a 2018).

➔ Continuação da tendência ascendente das transferências em detrimento dos cheques observados nos últimos três anos.

Gráfico 12: EVOLUÇÃO EM VOLUME DO COMÉRCIO INTER-PAÍSES DE 2016 A 2019

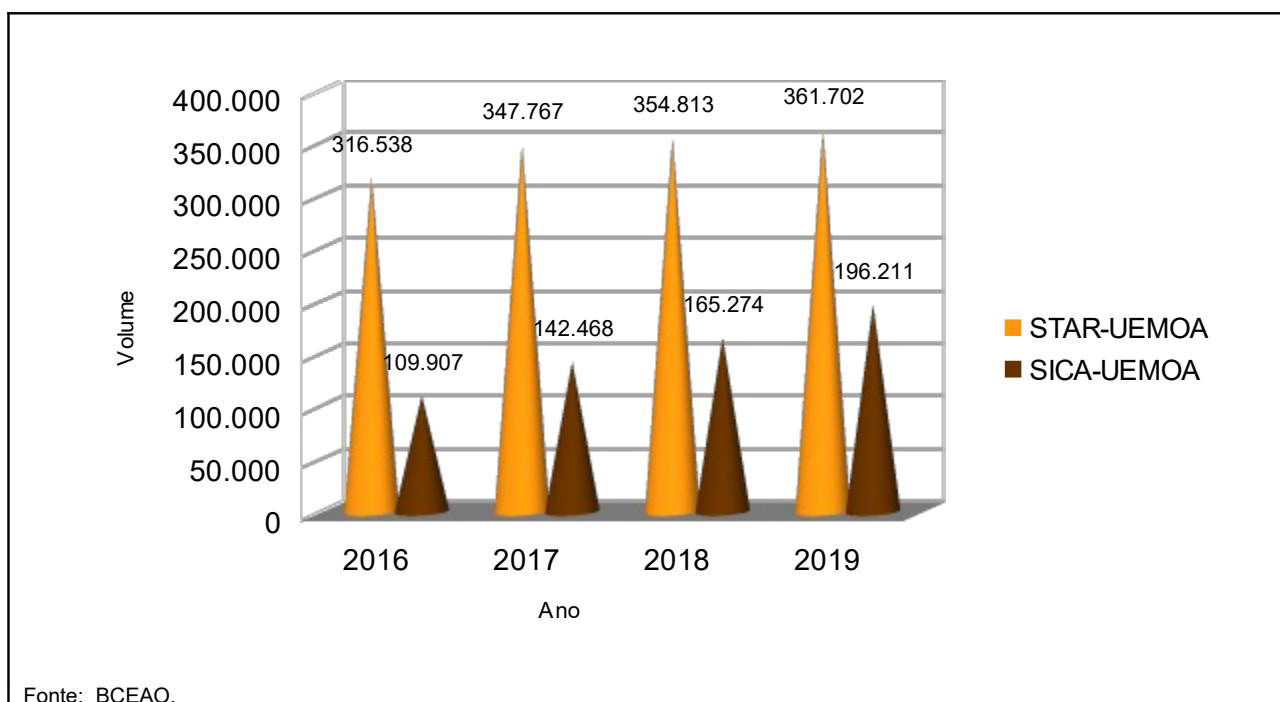
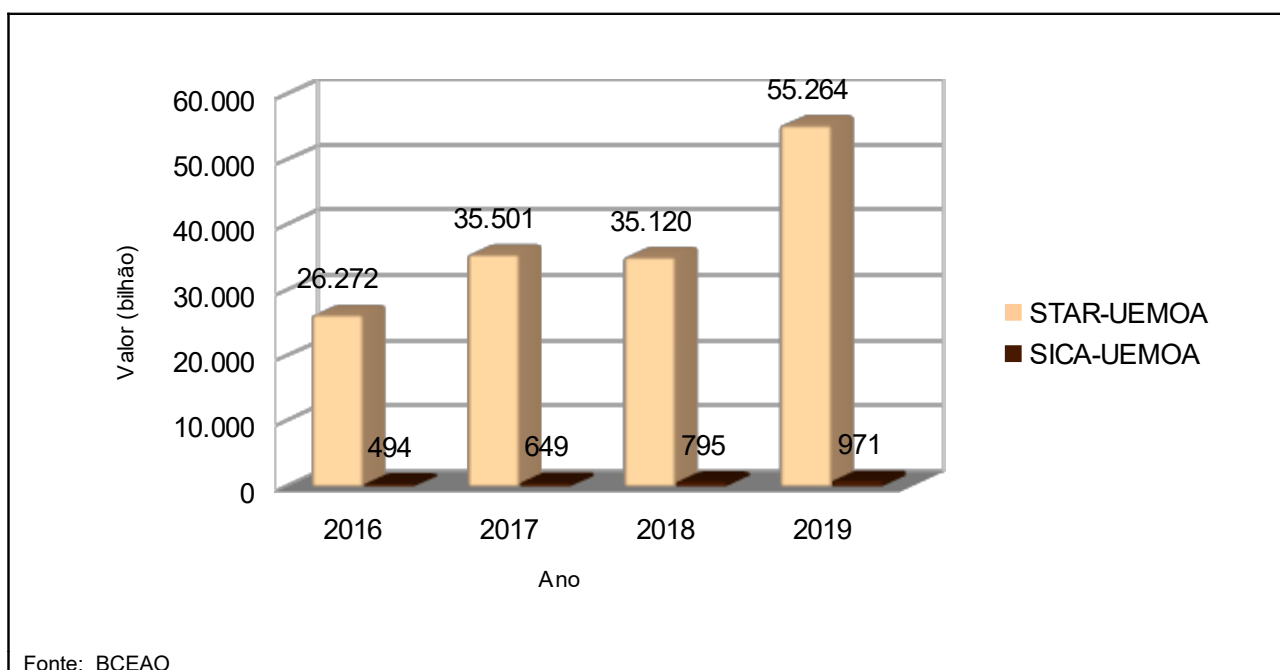


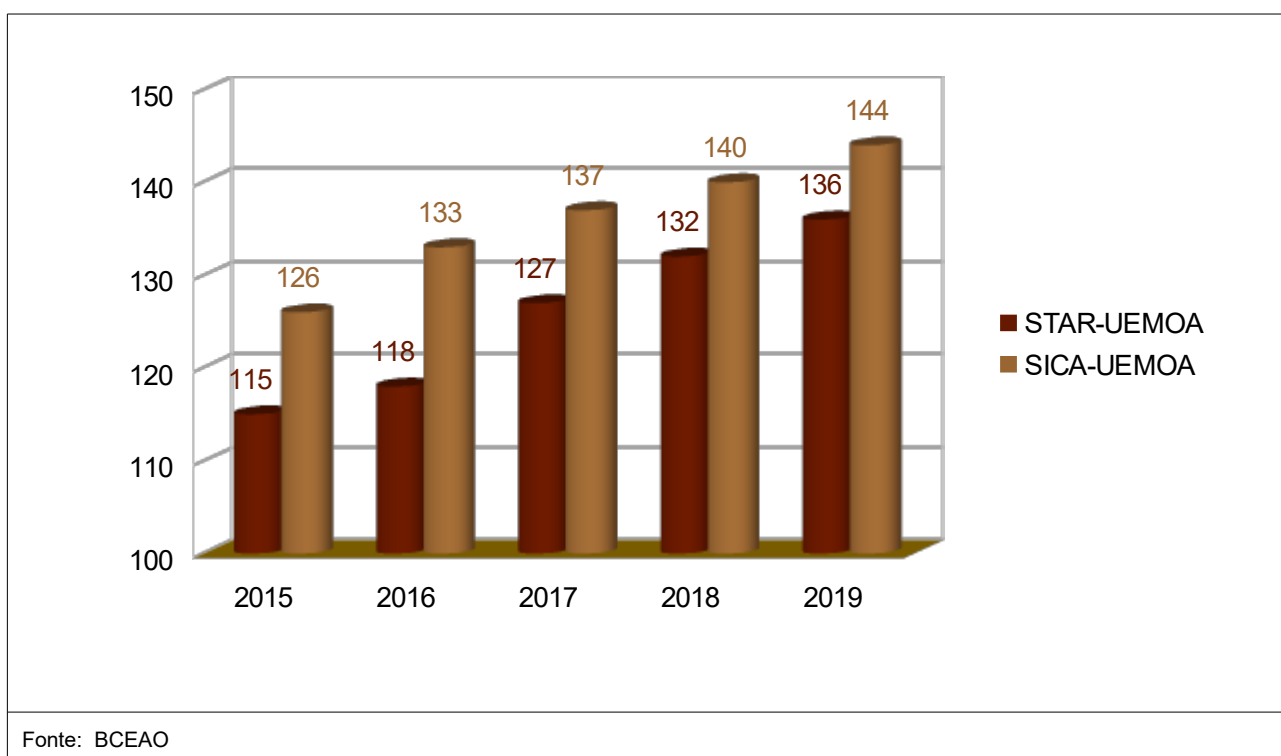
Gráfico 13: EVOLUÇÃO EM VALOR DO COMÉRCIO INTER-PAÍSES DE 2016 A 2019



O Sistema Interbancário de Compensação Automatizado da UEMOA (SICA-UEMOA) conta, em finais de dezembro de 2019, 144 participantes contra 140 em 2018. Entre os quais, os bancos, o BCEAO e os Tesouros Públicos do Benin, do Burkina Faso, da Côte d'Ivoire, da Guiné-Bissau, do Mali, do Níger e do Senegal. Durante o período em análise, o volume de transações estabeleceu-se em 16.052.079 operações num montante de 54.515 mil milhões de FCFA.

<p>STAR-UEMOA</p> <p>136 participantes (2019)</p> <p>132 participantes (2018)</p> <p>136 participantes no Sistema de Transferência Automatizada e de Pagamento na UEMOA (STAR-UEMOA) contra 132 em 2018.</p>	<p>SICA-UEMOA</p> <p>144 participantes (2019)</p> <p>140 participantes (2018)</p> <p>144 participantes no Sistema Interbancário de Compensação Automatizado da UEMOA (SICA-UEMOA) contra 140 em 2018.</p>
---	--

Gráfico 14: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES EM STAR-UEMOA E SICA-UEMOA



A actividade de SICA-UEMOA foi marcada pelo aumento de 7,08% do volume dos pagamentos compensados e uma baixa de 5,74% do seu valor em relação a 2018.

O aumento do valor das operações compensadas foi dinâmico no Togo (+21,49%), no Burkina (+13,20%) e a nível sub-regional (+22,16%). As trocas comerciais inter-países constituem 1,78% do valor global das transacções da União em 2019 contra 1,46% em 2018.

Relativamente à repartição dos instrumentos de pagamento processados no sistema de tele-compensação, a parte relativa em volume às transferências registaram-se em alta de 14,06%, contrariamente aos efeitos de comércio que registaram uma baixa de 4,93%. Em 2019 as transferências representaram 46,73% das trocas e os cheques 52%, contra 43,02% e 55,65% em 2018, respectivamente. Deste modo, confirma uma tendência ascendente das transferências em detrimento dos cheques observados nos últimos três anos. Em valor das trocas comerciais por cheques passou de 76,22% em 2018 para 78,87% em 2019.

Em conformidade com a sua visão de "dotar a UEMOA de sistemas de pagamento seguros, eficientes e acessíveis, baseados em critérios transparentes e colocando à disposição dos agentes económicos meios de pagamento modernos e pouco onerosos", o BCEAO realizou em 2019 acções para reforçar a segurança, a supervisão e o impacto inclusivo dos sistemas e meios de pagamento.

Caixa 6: SEGURANÇA E SUPERVISÃO DOS SISTEMAS E SERVIÇOS DE PAGAMENTO NA UNIÃO

O ano de 2019 foi marcado pela implementação de relatórios sobre a segurança das plataformas de ligação dos participantes aos sistemas de pagamento geridos pelo BCEAO. Os dados recolhidos permitiram estabelecer o aumento da taxa de interface dos sistemas de informação bancária com o sistema de pagamento STAR-UEMOA de 53% em 2018 para 70%. Além disso, verificou-se que 88% dos participantes realizaram verificações automáticas das suas mensagens SWIFT emitidas. Em relação às perspectivas, o Banco Central planeja implementar os requisitos mínimos de segurança a serem cumpridos pelas instituições participantes nos sistemas de pagamento no decorrer do ano 2020.

No que respeita à supervisão dos sistemas e serviços de pagamentos, foi adoptado um sistema renovado pelo Banco Central em 2018. A sua implementação resultou nos seguintes resultados em 2019:

- a supervisão dos Serviços de Pagamento Eletrónico de Moeda (SPAME) foi consolidado durante 2019, com a recolha automatizada de dados e a implantação de um dispositivo de vigilância. Foram realizadas análises temáticas sobre a tributação dos serviços financeiros digitais no contexto da promoção da inclusão financeira, do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e do controlo dos riscos relacionados com os serviços financeiros de segunda geração. Ou seja, o crédito, a poupança e os seguros digitais;
- um diretório de Serviços de Transferência Rápida de Dinheiro (STRA) foi desenvolvido em 2019, em preparação para a concepção em 2020 de uma cartografia dos riscos inerentes aos referidos serviços;
- foram formalizados os princípios de controlo e o quadro para a recolha de dados sobre outros meios e serviços de pagamento utilizados na União (cheques, cartões, etc.);
- foi organizado um seminário de capacitação sobre os Princípios para as Infra-estruturas do Mercado Financeiro (PIMF), emitido pelo Banco de Pagamentos Internacionais sobre a eficiência e segurança das infra-estruturas qualificadas sistemicamente importantes no seio da UEMOA. Trata-se de SICA-UEMOA, STAR-UEMOA, SAGETILUMOA, do sistema monetário electrónico interbancário regional gerido pelo GIM-UEMOA e do sistema de pagamento de títulos da Bolsa Regional de Valores Mobiliares da UEMOA. O ano 2020 será dedicado à avaliação da conformidade destas IMF com os PIMF.

A actividade de vigilância foi também marcada durante o período em análise por intercâmbios com os participantes no mercado. Foram organizadas quatro reuniões com as instituições de moeda electrónica, filiais dos Grupos Orange e MTN, que detêm mais de 60% da quota de mercado da União nos serviços financeiros móveis. Este diálogo tem permitido ao Banco Central responder às preocupações das EME sobre a conformidade regulamentação dos seus produtos e serviços. Além disso, foi realizada uma sessão de trabalho entre o Banco Central e representantes da empresa Mastercard para reafirmar o princípio da compensação e pagamento em FCFA de todas as transacções electrónicas realizadas na UMOA.

4.2.2 – CONTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS E SERVIÇOS DE PAGAMENTO PARA MAIOR INCLUSÃO FINANCEIRA

Durante o ano 2019 o BCEAO realizou acções destinadas a assegurar a autonomia operacional dos Tesouros Públicos Nacionais em relação à sua participação directa nos sistemas de pagamentos, promovendo o acesso dos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) ao sistema regional de pagamentos da UEMOA e melhorando a participação das Sociedades de Gestão e Intermediação (SGI) no mercado primário de títulos emitidos por adjudicação, através do pagamento de suas propostas no STAR-UEMOA.

4.2.2.1- Conexão dos Tesouros Públicos Nacionais (TPN) aos sistemas de pagamento da UEMOA

A conexão dos Tesouros Públicos Nacionais ao sistema regional de pagamento, deve promover a sua autonomia operacional e a digitalização dos seus pagamentos, tendo em vista a eficiência e uma maior contribuição para a inclusão financeira das populações da União. Em 2019, a conexão dos Tesouros Públicos da Guiné-Bissau e do Togo, elevou o número de Tesouros conectados aos sistemas de compensação electrónica e de pagamento bruto em tempo real para 7, enquanto que em 2018 foi de 6. Para além da sua conexão aos sistemas de pagamento e na sequência da elaboração da cartografia dos riscos inerentes à sua participação nos sistemas de pagamento, o Banco Central planeia em 2020, implementar um plano de seguimento específico para cada TPN, visando a sua autonomia operacional.

4.2.2.2 - Promoção do acesso dos Sistemas Financeiros Descentralizados aos sistemas de pagamento regionais da UEMOA

O Projecto de Apoio à Promoção do acesso de Sistemas Financeiros Descentralizados (DFS) ao Sistema de Pagamento Regional da UEMOA, abrange acções de capacitação para os SFD lançadas em 2018, a criação de um Centro de Processamento Informático (CTI) na Côte d'Ivoire e um segundo no Níger. Visa também a implantação de uma solução de acesso indirecto dos SFD ao sistema de pagamento regional da UEMOA, promovendo a emissão de meios electrónicos de pagamento pelos SFD e expandindo a rede para aceitação de novos meios de pagamento.

No final de dezembro de 2019, 80% dos SFD elegíveis para acesso indirecto ao SICAUEMOA e ao STAR-UEMOA comunicaram os seus bancos parceiros ao BCEAO. Nesta base, a conexão indirecta destas estruturas está prevista para junho de 2020. No que diz respeito à actualização dos sistemas de informação e gestão dos SFD, está em curso a selecção de uma empresa de consultoria para o estudo e assistência técnica para a implementação dos dois Centros de Processamento de Dados. O início do estudo para a realização da arquitetura funcional e técnica dos CTI está previsto para abril de 2020, seguido de trabalho de implementação em agosto de 2020.

Os procedimentos para a implementação da emissão de meios de pagamento electrónicos para os SFD, foram definidos em relação aos SFD elegíveis e o GIM-UEMOA. No primeiro semestre de 2020, os SFD envolvidos decidirão oferecer aos seus clientes, cartões de pagamento/saques, cartões pré-pagos e/ou carteiras electrónicos, em parceria com GIM-UEMOA.

4.2.2.3 – Acesso de Sociedades de Gestão e Intermediação (SGI) a STAR-UEMOA para impulsionar o dinamismo de participação no mercado dos títulos públicos emitidos através de adjudicação

No âmbito da modernização dos instrumentos de financiamento das economias e do reforço das possibilidades de alargamento e diversificação da base de investidores na União, foi criado um mecanismo para o pagamento das operações dos SGI no mercado de títulos públicos, emitidos em leilão a partir das contas dos seus bancos parceiros. Este novo dispositivo foi notificado aos bancos e SGI. Entrará em funcionamento no primeiro trimestre de 2020.

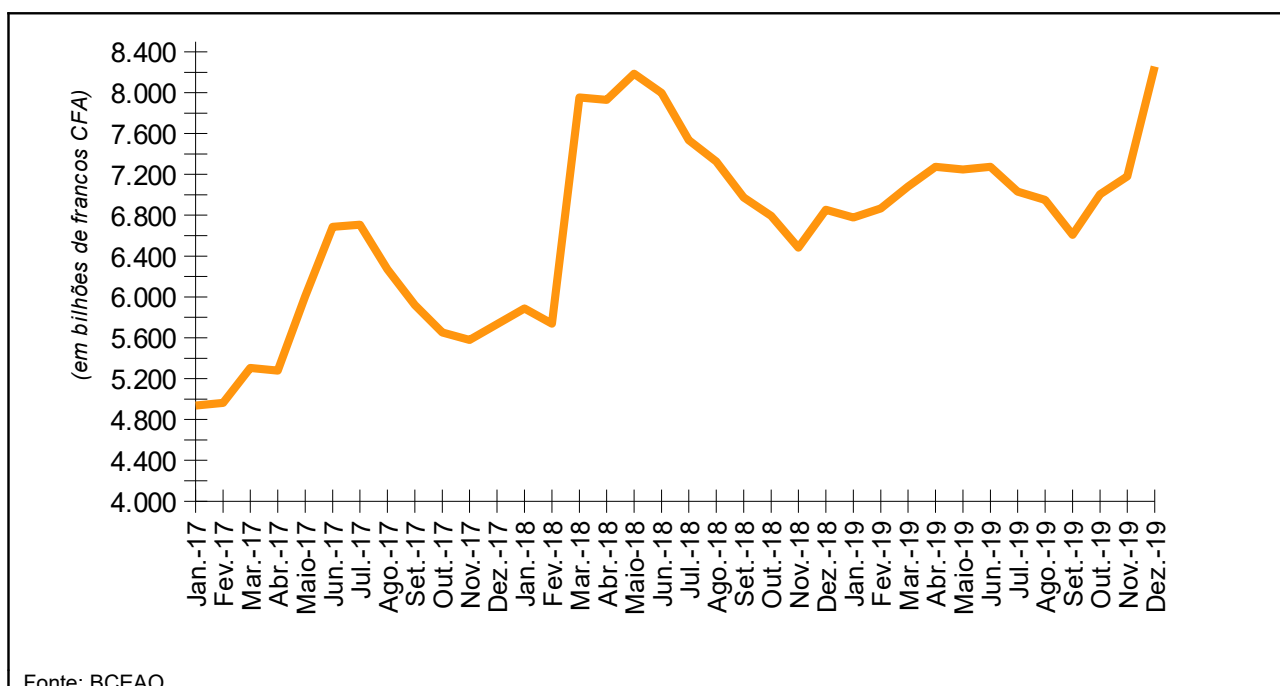
4.3 – RESERVAS CAMBIAIS

Durante o ano fiscal de 2019 o BCEAO continuou a prosseguir a sua política de investimento dos seus activos cambiais em estrita conformidade com os princípios e práticas geralmente aceites para a gestão das reservas cambiais oficiais, em particular, as Directrizes do FMI em relação à esta matéria.

A este respeito, os activos não direccionados para Conta de Operações, foram investidos em activos monetários e obrigacionistas, tendo em conta os seus critérios de liquidez, segurança e rendimento, de acordo com o quadro de gestão estabelecido.

No final de dezembro de 2019, os activos em divisas do Banco Central estabeleceram-se em 8.257 mil milhões de FCFA (12,6 mil milhões de euros) contra 6.854 mil milhões de FCFA (10,4 mil milhões de euros) no final de dezembro de 2018. Ou seja, um aumento de 1.403 mil milhões de FCFA (2,2 mil milhões de euros) em relação ao ano anterior.

Gráfico 15 : EVOLUÇÃO DA TESOURARIA DO BCEAO (2017-2019)



Caixa 7: PERFIL DE REPATRIAÇÃO DE RECEITAS DE EXPORTAÇÃO

As exportações de mercadorias para fora da UEMOA estimam-se em 9.435 mil milhões de FCFA durante os primeiros 9 meses de 2019, um aumento de 944 mil milhões (+11%) em comparação com o mesmo período do ano anterior. As repatriações de divisas relativas às vendas de mercadorias no exterior também aumentaram (+1.592 mil milhões ou +33%), passando de 4.791 mil milhões no final de setembro de 2018 para 6.383 mil milhões durante o período em análise. Calculada em relação às receitas de exportação, a taxa de repatriação subiu para 68% nos primeiros nove meses de 2019, em comparação com 56% no ano anterior.

A maior parte do aumento da taxa de repatriação é o resultado de um melhor cumprimento dos requisitos regulamentares por parte dos operadores económicos e dos intermediários autorizados. De fato, a taxa de cobrança das receitas de exportação pelas empresas da União, nos livros dos bancos locais, é de 77% no final de setembro de 2019 contra 68% no ano anterior. No entanto, houve uma ligeira descida na taxa de débitos directos (reporting) das exportações das empresas para os bancos para 86%, após o seu nível de 89% no ano 2018.

A taxa de cedência para o Banco Central dos recursos recolhidos pelos bancos da União, foi de 88% nos primeiros nove meses de 2019 contra 83% para o mesmo período do ano anterior. Assim, a obrigação regulamentar dos bancos de repatriar pelo menos 80% das receitas cobradas foi cumprida, em média, em todos os países da União

O valor das receitas de exportação que não tem sido objecto de cedência ao Banco Central, fixou-se em 2.149 mil milhões (23% das exportações) contra 2.798 mil milhões durante os primeiros nove meses de 2018 (33% das vendas externas). A ausência de repatriação imputável aos operadores económicos, estabeleceu-se em 2.132 mil milhões (2.725 mil milhões no final de setembro de 2018) e a imputável às instituições de crédito, fixou-se em 17 mil milhões (73 bilhões no final de Setembro de 2018).

No geral, a situação de repatriamento das receitas de exportação nos primeiros nove meses de 2019 mostrou uma evolução favorável.

V - QUADRO INSTITUCIONAL E ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

5.1 – ACTIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS.....	50
5.1.1 - Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UMOA.....	50
5.1.2 - Conselho de Ministros da União.....	52
5.1.3 - Comité de Política Monetária do BCEAO.....	54
5.1.4 - Conselho de Administração do BCEAO.....	57
5.1.5 - Comité de Auditoria do BCEAO.....	58
5.2 –ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO.....	59
5.2.1 - Gestão dos recursos humanos	59
5.2.1.1 - Pessoal	59
5.2.1.2 - Formação	60
5.2.2 – Património imobiliário.....	61
5.2.3 – Sistemas de infirmação.....	61
5.2.4 - Dispositivo de gestão dos riscos e actividade de controlo	62
5.2.5 – Dispositivo de supervisão de gestão.....	64
5.2.6 – Sistema de Gestão da Qualidade do BCEAO.....	64
5.2.7 – Sistema de informação contabilística.....	64

5.1 – ACTIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Durante o exercício 2019 os Órgãos da União realizaram os seus encontros, em conformidade com os termos do Tratado da União Monetária Oeste Africanas de 20 de janeiro de 2007 e dos Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental, em anexo do referido Tratado de que são partes integrantes.

5.1.1 - CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UMOA

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União realizou, durante o ano 2019, uma Sessão ordinária em Abidjan, na República de Côte d'Ivoire, a 12 de julho e uma sessão extraordinária a 3 de dezembro em Dakar, na República do Senegal, sob a Presidência de Sua Excelência o Senhor Alassane OUATTARA, Presidente da República da Côte d'Ivoire, o seu Presidente estatutário.

Durante esta sessão ordinária de 12 de julho de 2019, no plano político, a Conferência apreciou o sucesso da realização das eleições presidenciais no Mali e desejou que tenham um desfecho feliz. Congratulou-se igualmente com a evolução positiva registada na Guiné-Bissau, com a nomeação de um novo Governo consensual. Neste aspecto, apelou ao Governo da Guiné-Bissau e a todos os actores para que redobrem os seus esforços no sentido de preservar os ganhos obtidos das eleições presidenciais em novembro de 2019. No que diz respeito ao Togo, a Conferência apreciou a abertura de espírito da classe política e convidou todos os actores políticos, bem como a sociedade civil a prosseguirem o seu empenho em assegurar a estabilidade e um clima social pacífico.

Analisando a situação da segurança na sub-região, os Chefes de Estado e de Governo, condenaram veementemente os ataques terroristas no Burkina Faso, no Mali e no Níger. Reiteraram a sua solidariedade para com estes países irmãos e para com todos os países afectados pelos actos terroristas em todo mundo.

No âmbito do reforço do processo de integração, a Conferência registou os progressos dos trabalhos realizados pelas Comissões de Alto Nível de Energia, de Paz e Segurança, de Segurança Alimentar e de Financiamento das Economias.

A Conferência congratulou-se com os esforços envidados pelos Estados na implementação da política comum da UEMOA em matéria de paz e segurança. Incentivou a continuação da implementação do plano de acção e apelou à rápida operacionalização do Mecanismo de Alerta Rápido e Vigilância (MEVAP, sigla em francês), a fim de melhor abordar antecipadamente as questões de segurança.

No âmbito da supervisão multilateral, a Conferência congratulou-se com os esforços envidados pelos Estados-Membros para cumprir os critérios de convergência. Instou-os a acelerar os esforços em curso para tornar efectiva a consolidação orçamental em 2019.

Os Chefes de Estado e de Governo tomaram nota das acções empreendidas para promover as Parcerias Público-Privadas (PPP). Convidaram os Órgãos e Instituições da União a acelerar a criação do quadro regulamentar conexo, tendo em vista aumentar a participação do sector privado no financiamento do desenvolvimento.

No que se refere à revisão anual das reformas, das políticas, dos programas e projectos comunitários na União, a Conferência congratulou-se com os progressos significativos realizados na transposição e aplicação dos textos comunitários.

A Conferência apreciou os resultados obtidos pelo Banco Central na implementação do plano de acção para a consolidação da viabilidade do sector do microcrédito, que permitiram registar progressos no sector. Também, acolheu favoravelmente a emenda da Lei relativa à regulamentação dos Sistemas Financeiros Descentralizados para permitir o exercício de operações de finança islamita pelas instituições de microcrédito. Ela instou os Estados membros da União a diligenciarem a transposição do novo texto na sua ordem jurídica interna.

A Conferência congratulou-se com a decisão do Comité de Política Monetária do BCEAO de aceitar, no refinanciamento do Banco Central, os créditos detidos pelas instituições de crédito sobre as sociedades elegíveis ao mecanismo de financiamento das PME/PMI na União. Instou todos os intervenientes envolvidos a prosseguirem a implementação das acções pelas quais são responsáveis, tendo em vista a rápida operacionalização do mecanismo.

Os Chefes de Estado e de Governo congratularam-se com as medidas tomadas na área da estabilidade financeira no espaço comunitário, em especial com a adopção de um novo Anexo à Convenção que rege a Comissão Bancária da UMOA, o que faz deste órgão a Autoridade supranacional para a supervisão e resolução de crises bancárias na União.

Tomaram igualmente nota do mecanismo desenvolvido pelo BCEAO para apoiar as instituições de crédito na implementação das reformas contabilísticas e prudenciais na UEMOA. Encorajam o Banco Central a prosseguir as acções com vista a consolidar a estabilidade financeira no espaço comunitário.

A Conferência apreciou os progressos realizados com o apoio da Agência UMOA títulos para melhorar a taxa de cobertura das operações dos Estados-Membros no mercado financeiro regional, através da criação de emissões simultâneas e obrigações sintéticas, oferecendo a oportunidade à um Estado emitir vários títulos de diferentes maturidades para melhor satisfazer as expectativas dos investidores.

A Conferência tomou nota da consolidação progressiva das actividades do Gabinete de Informação sobre o Crédito (GIC) na UEMOA. Instou o Banco Central a prosseguir as suas acções no sentido de aumentar significativamente o volume de dados disponíveis na base de dados GIC, para uma melhor cobertura da população da União.

Por fim, a Conferência manifestou a sua satisfação ao Presidente da Comissão da UEMOA, ao Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental, ao Presidente do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento, ao Presidente do Conselho Regional da Poupança Pública e dos Mercados Financeiros, ao pessoal de todos os Órgãos e Instituições da UEMOA, pelos resultados obtidos na implementação dos programas e projectos comunitários.

Na sua sessão de 3 de dezembro de 2019, a Conferência analisou a situação da segurança no espaço da UEMOA e manifestou a sua grande preocupação com a recorrência de ataques terroristas no Burkina, no Mali e no Níger.

Também expressou suas profundas condolências às famílias enlutadas e desejou uma rápida recuperação para os feridos.

Salientando a importância de promover uma abordagem concertada e abrangente para enfrentar este desafio, a Conferência congratulou-se com a determinação da União em lidar eficazmente com a crescente insegurança.

A este respeito, tomou nota do relatório do Presidente do Comité de Alto Nível sobre a implementação da agenda de Paz e Segurança.

Encarregou os Estados e as instituições da União de implementar, de forma diligente, as directivas resultantes da quarta reunião do Comité de Alto Nível para a Paz e a Segurança, em 15 de novembro de 2019.

A Conferência congratulou-se com os esforços envidados pelos Estados na implementação da política comum da UEMOA em matéria de paz e segurança.

A fim de dar uma contribuição urgente para o financiamento da luta contra o terrorismo na área comunitária, a Conferência decidiu uma contribuição imediata de 100 milhões de dólares para os três países membros da linha de frente do G5 Sahel.

Esta contribuição faz parte do compromisso assumido pela UEMOA de contribuir com 500 milhões de dólares americanos para o financiamento do plano de acção da CEDEAO, para combater o terrorismo no espaço CEDEAO durante o período de 2020-2024.

A fim de mobilizar recursos financeiros substanciais a médio prazo para prosseguir a implementação do plano de acção, a Conferência adoptou uma Lei Adicional que estabelece um Fundo de Segurança Regional.

Analisando a situação política e social na União, a Conferência congratulou-se com o êxito da primeira volta das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, seguindo o exemplo das eleições realizadas anteriormente em alguns Estados-Membros.

A Conferência manifestou a esperança de que a segunda volta das eleições presidenciais na Guiné-Bissau e as próximas eleições em outros países da União se realizem num clima de paz. Exortou todos os actores políticos a darem prioridade ao diálogo inclusivo, que continua a ser a forma mais segura de construir um consenso nacional e mobilizar todas as forças.

A Conferência manifestou a sua satisfação ao Presidente e aos membros do Conselho de Ministros da União, ao Presidente da Comissão da UEMOA, ao Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental, ao Presidente do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento, ao Presidente do Conselho Regional da Poupança Pública e dos Mercados Financeiros, ao pessoal de todos os Órgãos e Instituições da UEMOA, pelos resultados obtidos na implementação dos programas e projectos comunitários.

5.1.2 - CONSELHO DE MINISTROS DA UNIÃO

Durante o exercício 2019 a composição do Conselho de Ministros da União registou as seguintes alterações:

Para a República da Côte d'Ivoire, O Senhor Adama COULIBALY, Ministro da Economia e das Finanças, foi nomeado membro do Conselho, a partir de 4 de setembro de 2019, para substituir o Senhor Adama KONE.

Para a República do Mali, a Senhora Aoua SYLLA BARRY, Ministra delegada junto do Primeiro-Ministro, Chefe do Governo, Ministra da Economia e das Finanças, encarregue do Orçamento, foi nomeada membro do Conselho, a partir de 24 de maio de 2019, em substituição do Senhor Boubou CISSE.

Para a República do Níger, Senhor Mamadou DIOP, Ministro das Finanças, foi nomeado membro do Conselho com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2019, em substituição do Senhor Massaoudou HASSOUMI.

Para a República do Senegal, o Senhor Abdoulaye Daouda DIALLO, Ministro das Finanças e do Orçamento, foi nomeado membro do Conselho, com efeitos a partir de 25 de abril de 2019, em substituição do Senhor Amadou BA.

Senhor Amadou HOTT, Ministro da Economia, do Planeamento e da Cooperação, foi nomeado membro do Conselho, a partir de 25 de abril de 2019, para substituir o Senhor Birima MANGARA.

Para a República do Togo, Senhora Demba TIGNOKPA, Ministra do Planeamento e do Desenvolvimento, foi nomeada membro do Conselho, a partir de 19 de março de 2019, em substituição ao Senhor Kossi ASSIMAÏDOU.

Durante o ano de 2019 o Conselho de Ministros realizou quatro sessões ordinárias, respetivamente, a 22 de março nas instalações da Sede do BCEAO em Dakar, a 21 de junho, na Agência Principal do Banco Central em Cotonou, a 27 de setembro na Agência Principal do Banco Central em Ouagadougou e a 20 de dezembro na Sede do BCEAO, sob a Presidência do Senhor Romuald WADAGNI, Ministro da Economia e das Finanças da República do Benin, o seu Presidente estatutário.

O Conselho de Ministros também realizou em 10 de julho de 2019, na Agência Principal do Banco Central em Abidjan, uma sessão extraordinária em preparação da 21ª sessão ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo de 12 de julho de 2019 e uma sessão extraordinária a 25 de novembro de 2019, em preparação da sessão extraordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo de 3 de dezembro de 2019.

A 27 de abril 2019, decorreu na Agência Principal do Banco Central em Abidjan, na República de Côte d'Ivoire, a terceira sessão extraordinária. Nesta ocasião, os Ministros saudaram a profunda reforma do acordo de cooperação monetária entre os Estados da União e a França, anunciada em 21 de dezembro de 2019 pelo Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União, Sua Excelência Alassane OUATTARA, em nome dos seus pares, e pelo Presidente da República Francesa, Sua Excelência Emmanuel MACRON.

O objectivo desta reforma é preparar as economias da União para o advento do ECO, a moeda única da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Os principais elementos desta reforma são:

- a mudança da denominação da moeda Franco CFA para ECO, quando os países da UEMOA integram a nova zona ECO da CEDEAO;
- a cessação da centralização das reservas cambiais no Tesouro Francês, o fecho da conta de operações e a transferência para as contas do BCEAO dos recursos disponíveis na conta;
- a retirada dos representantes franceses dos órgãos de decisão e de gestão da União (Conselho de Administração e Comité de Política Monetária do BCEAO, Comissão Bancária da UMOA).

A fim de consolidar a estabilidade macroeconómica e o crescimento económico nos nossos países, a garantia de convertibilidade da moeda e a taxa de câmbio fixa em relação ao euro (na paridade actual) têm sido mantidas nesta fase da reforma.

Os Ministros, saudaram os progressos históricos realizados, adoptaram uma estratégia de comunicação com vista a fornecer informações completas e adequadas aos operadores económicos e à população da União.

Durante estas sessões ordinárias, os Ministros analisaram a conjuntura internacional bem como a actividade económica nos Estados membros da UEMOA.

Durante a sua sessão ordinária de 22 de março de 2019, o Conselho de Ministros analisou nomeadamente a recente situação económica e as perspectivas da UEMOA. O Conselho de Ministros destacou a boa dinâmica da actividade económica no quarto trimestre de 2018. De facto, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real situou-se em 6,8% numa base anual, após 6,6% um trimestre antes. Durante o ano de 2018, estima-se que o PIB da União aumentou 6,6%, o mesmo nível de crescimento em 2017, principalmente devido à boa tendência no sector dos serviços e nas actividades comerciais, industriais, portuárias e aeroportuárias. Estes desempenhos apreciáveis seriam consolidados em 2019, com um crescimento esperado de 6,8%.

O Conselho notou uma aceleração dos preços, com a taxa de inflação subindo de 0,4% para 0,9% no quarto trimestre de 2018, impulsionada pelos preços mais altos dos combustíveis, aluguéis e serviços de comunicação. Estas tendências têm sido mitigadas pelos preços mais baixos dos alimentos devido à boa oferta de cereais no mercado. Em 2018 a taxa de inflação foi de 0,8%, após 2,0% em 2017. As perspectivas de inflação na União, mostram uma moderação nos aumentos de preços, com uma inflação inferior a 2,0%. De facto, espera-se que a taxa de inflação seja de 1,1% em 2019.

Os Ministros observaram ainda que a execução dos orçamentos de Estado resultaria numa redução do défice global, numa base de acréscimo, incluindo as subvenções, que se fixaria em 3,9% do PIB em 2018 após 4,3% em 2017, em consonância com o controlo da despesa pública, em particular da despesa corrente, combinada com uma melhoria da carga fiscal. O défice da balança corrente deverá aumentar 0,1 pontos percentuais, de 6,3% do PIB em 2017 para 6,4% em 2018, como resultado do alargamento da balança comercial. Com a consolidação das entradas líquidas de capital, o comércio externo dos países da UEMOA resultaria num excedente global de 1.088,2 mil milhões, após 304,1 mil milhões em 2017. As reservas cambiais oficiais da UEMOA asseguram 4,7 meses de importações de bens e serviços, um nível inalterado a partir do terceiro trimestre de 2018.

Para manter um forte crescimento das economias da União, num contexto de incerteza em torno das perspectivas económicas mundiais, os Estados terão de prosseguir as medidas que visam a aceleração da implementação das reformas necessárias para melhorar o clima empresarial, a fim de atrair mais investidores privados, em particular nos sectores agro-alimentar e da indústria transformadora. Devem também aumentar os seus recursos, com especial ênfase nas acções destinadas a alargar a base tributária e a elevar a carga fiscal para o objectivo comunitário de 20% até ao final deste ano de 2019, e racionalizar ainda mais, a despesa pública para uma maior eficiência.

Os ministros aprovaram as contas do BCEAO para o exercício 2018 e procederam à afectação do resultado.

O Conselho de Ministros tomou providências para a renovação dos mandatos dos membros intuitu personæ no seio do Colégio Supervisor da Comissão Bancária da UMOA.

O Conselho emitiu um parecer favorável à criação, sob a presidência do BCEAO, de um Comité Técnico tripartido entre os Estados, o BCEAO e o Banco Mundial, com vista a discutir a criação de um apoio orçamental regional pelo Banco Mundial, que seria apoiado por reformas destinadas a melhorar a inclusão financeira e a desenvolver o sistema financeiro da União. As conclusões deste Comité serão apresentadas ao Conselho de Ministros, para aprovação.

As sessões ordinárias de 21 de junho de 2019 e 27 de setembro de 2019, foram dedicadas à análise dos pontos inscritos pela Comissão da União Económica e Monetária da África Ocidental e o Conselho Regional da Poupança Pública e dos Mercados Financeiros.

Durante a sua sessão ordinária de 20 de dezembro de 2019, o Conselho de Ministros analisou a situação económica e monetária recente da União. Para o efeito, registou o aumento do dinamismo da actividade económica no terceiro trimestre de 2019, bem como as perspectivas económicas favoráveis nos países da UEMOA. Neste aspecto, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real fixou-se em 6,6%, em termos homólogos, após 6,4% no trimestre precedente, sob o efeito do dinamismo renovado dos sectores terciário e secundário. O crescimento económico na União seria de 6,6% em termos reais, tanto em 2019 como em 2018.

Os Ministros salientaram a necessidade de reforçar as medidas tomadas para consolidar o desempenho económico dos Estados-Membros da União, num contexto internacional marcado por riscos cada vez maiores de abrandamento. Para o efeito, apelaram aos Estados-Membros para que prosseguissem os seus esforços no sentido de reduzir o défice orçamental abaixo da norma comunitária de 3,0% do PIB, nomeadamente através do alargamento da base tributária e da melhoria do desempenho e da eficiência das administrações fiscais.

Por último, os Ministros recomendam que os Estados reforcem a cooperação entre os serviços nacionais responsáveis pela segurança, com vista a criar um ambiente comunitário propício ao desenvolvimento das actividades económicas e à prossecução dos investimentos nos sectores geradores de crescimento.

O Conselho registou igualmente a diminuição do nível geral dos preços no consumidor, com uma taxa de inflação homóloga de -1,0% no terceiro trimestre de 2019, após -0,7% no trimestre anterior, reflectindo a descida dos preços dos bens alimentares, apoiada pela abundante produção de cereais.

De acordo com as suas prerrogativas, o Conselho procedeu à nomeação dos membros do Comité de Estabilidade Financeira na UMOA.

O Conselho de Ministros tomou conhecimento dos inquéritos de base sobre a situação económica e as condições de vida das famílias nos países da UEMOA e emitiu um parecer favorável para a continuação dos inquéritos. Foi também informada das conclusões da reunião do Comité de Política Monetária realizada em 4 de dezembro de 2019.

5.1.3 - COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BCEAO

Durante o exercício do ano 2019 o Comité de Política Monetário do BCEAO realizou quatro (04) reuniões ordinárias, sob a presidência do Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banco Central, o seu Presidente estatutário, respectivamente aos 6 de março, 5 de junho, 4 de setembro e 4 de dezembro na Sede do BCEAO em Dakar.

Durante a sua sessão ordinária de 6 de março de 2019, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional durante o período recente, bem como os factores de riscos que podem influir sobre as perspectivas a médio prazo de inflação e de crescimento económico na União.

A nível internacional o Comité observou que a actividade económica mundial continuou a expandir-se a um ritmo moderado no quarto trimestre de 2018, num contexto de acentuadas incertezas, principalmente relacionadas com tensões comerciais e geopolíticas. De acordo com os últimos dados publicados em janeiro de 2019 pelo Fundo Monetário Internacional, o crescimento da economia mundial é estimado em 3,7% em 2018 e espera-se que seja de 3,5% em 2019.

Nos mercados internacionais das principais matérias-primas, os preços dos produtos exportados pelos países da União têm caído, com exceção do café e do ouro. As maiores diminuições foram em algodão (-6,4%) e cacau (-3,1%).

A nível Interno o crescimento da actividade económica manteve-se robusto no quarto trimestre de 2018, situando-se em 6,8% numa base anual, após 6,6% no trimestre anterior. A procura interna continua a ser o principal motor do crescimento na União. Para o ano 2019 o crescimento económico da União deverá fixar-se em 6,8%, após 6,6% em 2018.

No que diz respeito às finanças públicas, o Comité constatou uma atenuação do défice orçamental, numa base de compromissos, incluindo subvenções, estimado em 2018 em 3,9% do PIB, de acordo com os dados dos Serviços Oficiais, contra 4,3% em 2017. Nestas condições, o CPM encoraja os Estados a prosseguirem os seus esforços para implementar medidas destinadas a cumprir a norma comunitária de 3,0% até 2019.

A situação monetária da União no final de dezembro de 2018, foi marcada por um aumento de 12,4% da massa monetária, numa base anual, sustentado por um aumento de 28,8% dos activos externos líquidos e por um aumento de 9,4% dos créditos internos. No mercado monetário, a taxa de juro média trimestral situou-se em 3,45% contra 2,50% do trimestre anterior. No ano anterior, 2017, a taxa foi de 4,10%.

O Comité observou, no quarto trimestre de 2018, um ligeiro aumento dos preços em ritmo anual. A taxa de inflação foi de 0,9%, depois de 0,4% um trimestre antes, principalmente devido aos aumentos de preços nos sectores dos “Transportes”, “Habitação” e “Comunicação”. No horizonte de 24 meses, prevê-se uma taxa de inflação, numa base anual, de 1,5%, considerando o objectivo de estabilidade dos preços do Banco Central.

Com base nestas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter a taxa de juro mínima de submissão às operações de concurso públicos de injeção de liquidez em 2,50% e a taxa de juros do balcão da cedência de liquidez em 4,50%. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União permanece fixado em 3,0%.

Durante a sua sessão ordinária de 5 de junho de 2019, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional durante o período recente, bem como os factores de riscos que podem influir sobre as perspectivas a médio prazo de inflação e de crescimento económico na União.

A nível internacional o Comité observou que a actividade económica mundial continuou a expandir-se a um ritmo moderado no quarto primeiro trimestre de 2019, num contexto de persistência das incertezas relacionadas com tensões comerciais e geopolíticas. De acordo com os últimos dados publicados em abril de 2019 pelo Fundo Monetário Internacional, o crescimento da economia mundial é estimado em 3,6% em 2018 e espera-se que seja de 3,3% em 2019.

Nos mercados internacionais das principais matérias-primas, os preços dos produtos exportados pelos países da União, registaram tendências contrastantes ao longo dos três primeiros meses de 2019. Os aumentos de preços diziam respeito à borracha (+8,2%), ouro (+6,1%) e cacau (+3,1%). No entanto, as quedas foram registadas a nível da castanha de caju (-7,0%), do café robusta (-5,4%), do algodão (-5,1%) e do óleo de palmiste (-4,8%).

Em termos da conjuntura interna, o dinamismo da actividade económica manteve-se no primeiro trimestre de 2019. O crescimento real do Produto Interno Bruto, impulsionado principalmente pela forte procura interna, atinge 6,3% numa base anual, após 4% no trimestre anterior. Para o ano 2019, o crescimento económico é projectado pelo Banco Central em 6,7%, em comparação com um resultado de 6,5% em 2018.

No que diz respeito às finanças públicas, o Comité observou com interesse que o défice orçamental, base compromissos, incluindo subvenções, para todos os Estados está projectado em 2,9% do PIB em 2019 pelos serviços oficiais, após 3,7% em 2018. O CPM encoraja fortemente os Estados a prosseguirem os seus esforços para implementar medidas que garantam o cumprimento da norma comunitária de um défice orçamental não superior a 3,0% no final de 2019.

A situação monetária da União foi caracterizada em finais de março de 2019 por uma estabilidade da massa monetária, devido à ligeira diminuição dos créditos internos e uma consolidação das reservas cambiais. O nível destas reservas assegura 4,9 meses de importações de bens e serviços em comparação com 4,7 meses no final de dezembro de 2018. No mercado monetário, a taxa de juro

média trimestral foi de 4,50% contra 3,45% no trimestre anterior. O Comité observou, no entanto, uma diminuição das taxas de juros nos primeiros dois meses do segundo trimestre de 2019.

O Comité observou uma desaceleração em ritmo anual dos preços no primeiro trimestre de 2019. A taxa de inflação situou-se em 0,1%, após 0,9% no trimestre anterior, reflectindo, principalmente, a descida contínua dos preços dos cereais devido à oferta satisfatória no mercado. No horizonte de 24 meses, o Banco Central prevê uma taxa de inflação, numa base anual de 1,3%, em consonância com o objectivo de estabilidade dos preços mantidos pelo BCEAO.

Com base nestas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter sem mudar a taxa de juro mínima de propostas nas operações de concurso públicos de injeção de liquidez em 2,50% e a taxa de juros do balcão da cedência de liquidez em 4,50%. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União, permanece fixado em 3,0%.

Durante a sua sessão ordinária de 4 de setembro de 2019, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional durante o período recente bem como os factores de riscos que podem influir sobre as perspectivas a médio prazo de inflação e de crescimento económico na União.

A nível internacional o Comité observou que a actividade económica mundial continuou a expandir-se a um ritmo moderado no segundo trimestre de 2019, num contexto caracterizado por incertezas, principalmente, relacionadas com conflitos comerciais e crescentes tensões geopolíticas. De acordo com os dados publicados em julho de 2019, pelo Fundo Monetário Internacional, o crescimento mundial deveria se situar em 3,2%, após 3,6% em 2018 e espera-se que seja de 3,5% em 2020.

Nos mercados internacionais de matérias-primas, os preços dos produtos exportados pelos países da União, mostraram tendências contrastantes entre o primeiro e o segundo trimestre de 2019. Assim, foram registadas diminuições de preços para castanha de caju (-23,5%), óleo de palmiste (-17,2%), café robusta (-7,1%) e algodão (-4,2%). Contudo, aumentos foram registadas para o petróleo (+8,8%), a borracha (+6,5%) e o cacau (+5,0%).

Em termos da conjuntura interna, o dinamismo da actividade económica na União, notado desde o início do ano, consolidou-se no segundo trimestre de 2019. A taxa de crescimento real do PIB fixou-se em 6,3%, após 6,4% no trimestre anterior. Para o ano 2019, de acordo com projecções do Banco Central, o crescimento económico da União deverá fixar-se em 6,7%, após 6,6% em 2018.

A execução das operações financeiras dos Estados membros da União, durante os primeiros seis meses de 2019, traduziu-se por uma redução do défice orçamental, em relação ao mesmo período do ano precedente. Em percentagem do PIB, o défice orçamental, base compromissos, incluindo subvenções, foi de 1,8% no primeiro semestre de 2019, contra 2,1% no ano anterior. Tendo em conta este desempenho, o Comité de Política Monetária incentiva os Estados a prosseguirem os esforços envidados para conter o défice orçamental até um máximo de 3,0% do PIB em 2019, em conformidade com os objectivos comunitários.

No segundo trimestre de 2019, a situação monetária da União ficou marcada por um aumento da massa monetária, atribuível à recuperação do crédito à economia e ao aumento dos activos externos líquidos. As reservas cambiais da União foram consolidadas, assegurando 5,0 meses de importações de bens e serviços, contra 4,9 meses no final de março de 2019.

No mercado monetário, as taxas de juro continuam a diminuir-se. A taxa de juro média trimestral do mercado monetário estabeleceu-se em 2,70% contra 4,50% do trimestre anterior.

Examinando a situação da inflação na União, o Comité observou a queda dos preços no segundo trimestre de 2019. O nível geral dos preços ao consumidor tinha caído 0,3% em comparação com o mesmo trimestre de 2018. Esta situação é justificada pela queda dos preços dos produtos cerealíferos, como resultado de um abastecimento satisfatório do mercado. No horizonte de 24 meses, o Banco Central prevê uma taxa de inflação que corresponde com o objectivo de estabilidade dos preços estabelecido pelo BCEAO.

Com base nestas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter sem mudar a taxa de juro mínima de propostas nas operações de concursos públicos de injeção de liquidez em 2,50% e a taxa

de juros do balcão da cedência de liquidez em 4,50%. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União permanece fixado em 3,0%.

Durante a sua sessão ordinária de 4 de dezembro de 2019, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional durante o período recente, os factores de riscos que podem influir sobre as perspectivas de inflação a médio prazo e de crescimento económico na União.

Analisando o ambiente internacional, o Comité observou que o crescimento da actividade económica mundial no terceiro trimestre de 2019, continuou a ser afectado por incertezas relacionadas a conflitos comerciais e tensões geopolíticas. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial deverá crescer 3,0% em 2019, depois de um resultado de 3,6% em 2018. Para 2020, as previsões do FMI colocam o crescimento da actividade económica mundial em 3,4%, sob o pressuposto de um abrandamento destas tensões.

Nos mercados internacionais, o índice de preços das matérias-primas não energéticas exportadas pelos países da UEMOA, subiu 2,4% entre junho e setembro de 2019, impulsionado principalmente pelo aumento dos preços do ouro, castanha de caju e urânio. Esta tendência foi mitigada pela queda nos preços do algodão e do cacau.

Em termos da conjuntura interna, o dinamismo da actividade económica na União, notado desde o início do ano, consolidou-se no terceiro trimestre de 2019. A taxa de crescimento real do PIB fixou-se em 6,6%, após 6,4% no trimestre anterior. Ainda para o ano 2019, de acordo com projecções do Banco Central, a taxa do crescimento económico da União deverá fixar-se em 6,6% em 2018.

A execução das operações financeiras dos Estados membros da União, durante os primeiros nove meses de 2019, traduziu-se por um acréscimo mais rápido das receitas orçamentais em relação às despesas (18,3% contra 12,5%). Esta evolução levou a uma redução do défice global, baseado em compromissos, incluindo subvenções, que se situou em 2,7% do PIB, contra 3,3% no mesmo período do ano anterior. Tendo em conta este desempenho, o Comité de Política Monetária incentiva os Estados a prosseguirem os esforços envidados para conter o défice orçamental até um máximo de 3,0% do PIB em 2019 e mantê-lo abaixo desse limiar nos próximos anos, em conformidade com os objectivos comunitários.

A situação monetária da União, no terceiro trimestre de 2019, foi marcada por uma ligeira desaceleração da massa monetária, tendo em conta o abrandamento dos créditos internos. As reservas cambiais da União foram consolidadas, numa base anual, assegurando 4,8 meses de importações de bens e serviços, no final de setembro de 2019.

No mercado monetário, a taxa de juro média trimestral permaneceu quase estável em 2,70% de um trimestre para outro.

No que respeita à situação da inflação na União, o Comité observou que o nível geral dos preços no consumidor havia caído no terceiro trimestre de 2019. A taxa de inflação foi de -1,0%, depois de -0,7% um trimestre anterior. Esta situação tem a ver com o declínio contínuo dos preços dos alimentos na maioria dos países da União, em particular dos preços dos cereais locais. No entanto, no horizonte de 24 meses, o Banco Central prevê uma taxa de inflação de 1,6%, considerando o objectivo de estabilidade dos preços estabelecidos pelo BCEAO.

Com base nestas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterada a taxa de juro mínima de propostas nas operações de concursos públicos de injeção de liquidez, em 2,50% e a taxa de juros do balcão da cedência de liquidez em 4,50%. O coeficiente das reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União permanece fixado em 3,0%.

5.1.4 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

Em 2019 a composição do Conselho de Administração do BCEAO mudou da seguinte forma:

Para a República do Mali, o Senhor Bangaly Nko TRAORE, Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças, é nomeado representante do Mali no Conselho de Administração do BCEAO, a partir de 20 de junho de 2019, em substituição da Senhora Aoua SYLLA BARRY.

Para a República do Togo, o Senhor Ekpao ADJABO, Director Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública, é nomeado membro do Conselho de Administração do BCEAO, a partir de 29 de abril de 2019, em substituição do Senhor Sévon-Tépé Kodjo ADEDZE.

A 31 de dezembro de 2019, o Conselho realizou duas (02) sessões ordinárias, respectivamente a 21 de março de 2019 e 19 de dezembro de 2019 na Sede do BCEAO em Dakar, sob a presidência do Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banco Central, o seu Presidente estatutário.

Durante a sua sessão ordinária de 21 de março de 2019, o Conselho analisou as contas e mapas financeiros do BCEAO a 31 de dezembro de 2018, em conformidade com as normas internacionais de informação financeira (IFRS) e as regras contabilísticas específicas do BCEAO. Também tomou conhecimento dos relatórios do Auditor Principal do Banco Central para o exercício 2018.

O conselho de Administração foi informado igualmente das conclusões dos trabalhos do Comité de Auditoria do BCEAO, que se reuniu a 19 de março de 2018, nas instalações da Sede em Dakar, com vista a analisar os mapas financeiros e avaliar a qualidade do dispositivo de controlo interno.

Por seu lado, o Conselho deu parecer favorável sobre o Plano Estratégico 2019-2021 do Banco Central.

Finalmente, o Conselho tomou nota do plano do BCEAO de criar uma Fundação e do Relatório Anual do Banco Central de 2018.

No termo dos seus trabalhos, o Conselho de Administração encerrou as contas do BCEAO a 31 de dezembro de 2018. Neste aspecto, saudou o Banco Central pelos resultados obtidos e decidiu submeter à aprovação do Conselho de Ministros da União os mapas financeiros assim adoptados.

Durante a sua sessão ordinária de 19 de dezembro de 2019, o Conselho analisou e aprovou o orçamento do Instituto de Emissão para o exercício 2020.

5.1.5 - COMITÉ DE AUDITORIA DO BCEAO

Durante o exercício em análise, a composição do Comité registou as seguintes modificações:

O Senhor Ekpao ADJABO, Administrador da República Togolesa, foi nomeado membro do Comité de Auditoria do BCEAO, a partir de 29 de Abril de 2019, em substituição do Senhor Sévon-Tépé Kodjo ADEDZE.

O Comité de Auditoria do BCEAO realizou duas reuniões ordinárias, nas instalações da Sede do BCEAO em Dakar, respectivamente, em 19 de março e 16 de dezembro de 2019, sob a presidência do Senhor Oumara KARIMOU ASSOUMA, o seu Presidente estatutário.

Durante a sua sessão de 19 de março de 2019, após análise das demonstrações financeiras elaboradas pelos Serviços do Banco e dos relatórios de auditoria apresentados pelo Auditor Externo, constatou com satisfação o desempenho alcançado durante o exercício de 2018, o que mostrou um resultado líquido positivo.

O Comité ressaltou a opinião positiva do Auditor Principal sobre a regularidade e a sinceridade das contas do exercício 2018, a qualidade do mecanismo de controlo interno do Banco e o cumprimento das disposições da Convenção de Conta de Operações. Congratulou-se igualmente com o parecer favorável do Auditor sobre a execução pelo Banco da norma IFRS 9, relativa aos instrumentos financeiros, que entrou em vigor em janeiro de 2018.

O Comité de Auditoria felicitou o Governador e o pessoal do Banco Central pelos resultados alcançados e recomendou ao Conselho de Administração que aprovasse as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, tal como lhe foram apresentadas.

Seguiu-se com interesse a apresentação do relatório anual de 2018, sobre as actividades de supervisão do BCEAO.

O Comité tomou nota dos resultados da avaliação do desempenho do Auditor Principal e Auditores Nacionais relativo ao exercício 2018.

Por um lado, o Comité tomou nota dos resultados satisfatórios da auto-avaliação da auditoria interna a título do ano 2018. Por outro lado, o Comité tomou nota da execução diligente de suas recomendações e de plano de acção resultante das missões de auditoria interna e externa.

Por fim, o Comité felicitou os Serviços do Banco Central e o Auditor Principal pela qualidade dos documentos produzidos e a clareza de apresentação.

Durante a sua sessão de 16 de dezembro de 2019, o Comité tomou nota do estado de implementação do programa de missões de auditoria interna para 2019 e aprovou o programa de missões para o ano 2020, que abrange as principais áreas de actividades sensíveis do Banco e de riscos de fraude.

O Comité de Auditoria analisou o projecto de relatório da sua auto-avaliação para o exercício financeiro de 2019, bem como as acções de melhorias identificadas, com vista a alinhar o seu funcionamento com as normas internacionais. O relatório final de auto-avaliação será apresentado ao Conselho de Administração na sua sessão de março de 2020.

O Comité decidiu realizar pelo menos três reuniões anuais a partir de agora, a fim de cumprir adequadamente com a sua missão. A este respeito, adoptou o seu programa de trabalho para o ano 2020, dedicado, em particular, à revisão dos mapas financeiros do BCEAO para o exercício de 2019, à avaliação da implementação a médio prazo do programa de missões de auditoria interna para o ano 2020 e à aprovação do plano de auditoria trienal 2021-2023.

Aprovou o seu programa de formação para o ano 2020, cujas sessões, serão conduzidas pelo Perito encarregado de o assistir.

O Comité tomou nota do estado de implementação das suas recomendações, bem como das formuladas pelas missões de auditoria interna e externa.

O Comité tomou conhecimento da carta de missão do Auditor Principal relativa ao exercício de 2019 e das conclusões dos seus trabalhos, sobre o encerramento provisório das contas em 31 de outubro de 2019. Observou que a estratégia de auditoria e o programa de intervenções propostas para o controlo das contas, estão em conformidade com as disposições contratuais. Congratulou-se também com os recursos disponibilizados pelo Auditor Principal para a execução da sua missão.

O Comité tomou nota da recente reorganização dos serviços do Banco Central.

5.2 – ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

5.2.1 – GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

5.2.1.1 - Pessoal

A 31 de dezembro de 2019 o efectivo global do pessoal do Banco Central, todos os departamentos, estabeleceu-se em 3.597 agentes. Baixa de 18 pessoas em relação ao seu nível em 31 de dezembro de 2018 que era de 3.615 agentes, ou seja, um decréscimo de 0,5%. Composto por 3.541 agentes que trabalham nas instalações do BCEAO e 56 agentes em regime de destacamento ou de disponibilidade.

O pessoal global reparte-se como segue:

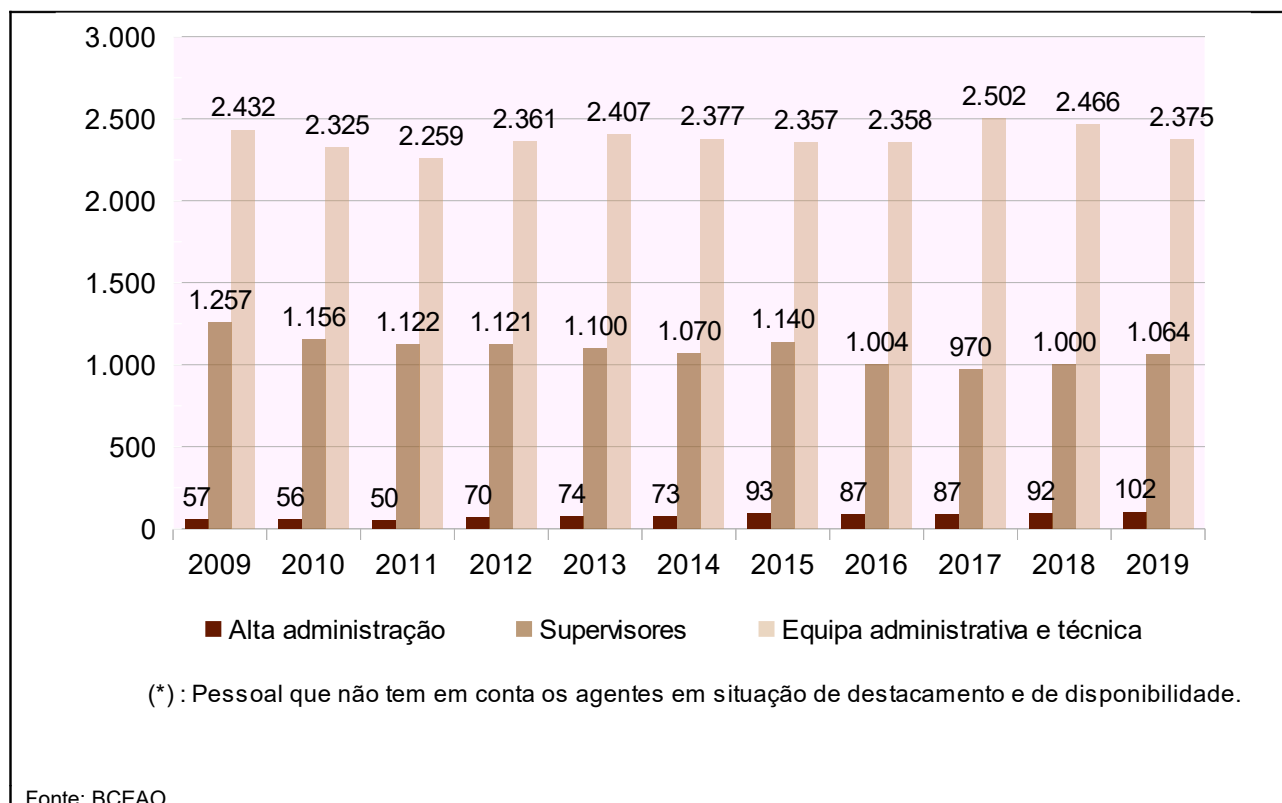
- Membros da Alta Direcção e Directores: **111**, correspondente a **3,09%**;
- agentes de enquadramento: **1.108**, correspondente a **30,80%**;
- membros do Pessoal Administrativo e Técnico (PAT): **2.378**, totalizando **66,11%**.

A proporção de pessoal feminino na força de trabalho activa do BCEAO é de **40,30%**, ou **1.427** agentes, enquanto que a proporção de pessoal masculino é de **59,70%**, ou **2.114** agentes.

O número do pessoal activo em 2019 é de 3.541 agentes. O pessoal reparte-se como segue:

- Sede: **731** agentes;
- Direcções Nacionais: **2.674** agentes;
- Representação do Banco Central junto das Instituições Europeias de Cooperação: **4** agentes;
- Secretariado-Geral da Comissão Bancária da UMOA: **132** agentes.

Gráfico 16 : EVOLUÇÃO DO PESSOAL DO BCEAO



5.2.1.2 - Formação

Durante o exercício 2019 o Centro Oeste Africano de Formação e de Estudos Bancários (COFEB) do BCEAO, implementou diversos programas de formação para o pessoal do Banco Central, agentes da administração económica e financeira, instituições de crédito da UEMOA e bancos centrais parceiros.

No que diz respeito à formação do pessoal do BCEAO, as actividades resultaram na implementação do plano anual de formação e outras actividades de reforço de capacidades. No âmbito da Formação permanente do pessoal, foram realizadas 134 sessões de formação durante o período em análise, incluindo 67 sessões de formação externa, 67 seminários. Estas formações foram realizadas em colaboração com Bancos Centrais, institutos e organizações parceiros.

O COFEB também organizou um teste de selecção como parte da segunda edição do Qualifying Vocational Training Programme para agentes do BCEAO. Uma importante alavanca no processo de promoção interna, este programa de formação visa aumentar significativamente o nível de qualificação do pessoal, com vista a dotar o Banco Central de um conjunto de competências. No final do teste, 127 participantes qualificaram-se para a formação, dos quais 68 para o Curso 1, relativo à carreira "Assistência e Logística", e 59 para o Curso 2, relativo à carreira "Operações". Também foram organizadas formações em inglês para os funcionários do Banco e quatro palestras sobre notícias económicas, monetárias e financeiras para o público em geral.

No âmbito do curso com diploma, o COFEB administrou, durante o período em análise, as 41ª e 42ª promoções de auditores dos Estados-Membros da União, do Banco Central da República da Guiné (BCRG) e do Banco da República do Burundi (BRB). Por outro lado, em parceria com a Agência de Transferência de Tecnologia Financeira (ATTF) do Luxemburgo, organizou cursos de formação de qualificação a curto prazo e seminários regionais em benefício das instituições de crédito e das administrações económicas e financeiras dos Estados-membros da UEMOA.

No âmbito da cooperação com as instituições parceiras, o COFEB participou na reunião do Comité de Gestão do Programa de Reforço de Capacidades BCEAO/BEAC/BCC, realizada em Dakar nos dias 11 e 12 de março de 2019, e uma sessão de formação para os líderes dos pontos focais deste Programa, que teve lugar de 9 a 10 de maio de 2019, na sede do Banco dos Estados da África Central (BEAC), em Yaoundé (Camarões). O Centro também participou na reunião do grupo de trabalho de Directores de Formação dos Bancos Centrais dos países francófonos em Túnis, nos dias 25 e 26 de junho de 2019.

5.2.2 – PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

O Banco Central prosseguiu em 2019 com o seu programa de reabilitação e ampliação das infra-estruturas da sua rede de Agências Auxiliares.

Neste sentido, as obras de reabilitação dos edifícios das Agências Auxiliares Maradi e Zinder no Níger começaram no segundo trimestre de 2019, enquanto as da Agência Auxiliar Bobo-Dioulasso em Burkina continuaram. Também estão sendo realizados estudos técnicos de conclusão para a melhoria da funcionalidade e segurança dos edifícios das Agências Auxiliares em Abengourou na Côte d'Ivoire e Kaolack no Senegal. As empresas que deverão realizar as obras serão selecionadas no primeiro semestre de 2020.

Em relação à extensão da rede de Agências Auxiliares, as obras de construção da Agência Tahoua no Níger e da Agência Kayes no Mali, continuaram e deverão ser concluídos durante o segundo e quarto trimestres de 2020, respectivamente. Em relação às obras da Agência Auxiliar de Saint-Louis, tiveram início durante o terceiro trimestre de 2019.

Finalmente, foram lançados concursos para seleccionar os grupos de prestadores de serviços que serão responsáveis pela concepção e construção dos edifícios das novas Agências Auxiliares em Ouahigouya, no Burkina Faso e Odienné, na Côte d'Ivoire, para as quais as obras de construção deverão começar no primeiro semestre de 2020.

Ao mesmo tempo, as obras para a construção de um Centro de Processamento Fiduciário em Yamoussoukro, que começou em 2018, estão quase concluídas.

5.2.3 - SYSTEMAS DE INFORMAÇÃO

O BCEAO prosseguiu a implementação de projectos que visam consolidar a carteira de aplicações informáticas para reforçar a segurança dos seus sistemas e redes.

Neste sentido, foram concluídos os projectos iniciados em 2018, nomeadamente, a revisão do sistema de informação contabilística, a modernização da Central de Balanços, a automatização das operações de mercado e a recolha e processamento de estatísticas fiduciárias. Além disso, com vista a um melhor acompanhamento das receitas de exportação, o BCEAO implementou a solução SWIFT Scope para recolher informações sobre as transacções financeiras externas realizadas pelas instituições de crédito.

Há vários projectos em curso que registaram progressos significativos, em particular, a revisão do sistema de informação de gestão de recursos humanos, a reforma do sistema de liquidação da balança de pagamentos, a automatização da supervisão dos emitentes de moeda electrónica, a renovação do sistema de recolha de dados sobre as condições bancárias, a modernização da unidade de risco do banco central e o sistema integrado de processamento de estatísticas monetárias.

O BCEAO também lançou novos projectos estruturais, nomeadamente para modernizar e ampliar a Central de Processamento de Incidentes de Pagamento (CIP), renovar o sistema de inquérito de conjuntura junto das empresas e reformular a plataforma de recolha de dados dos sujeitos.

No que diz respeito ao reforço da segurança do Sistema de Informação, os trabalhos realizados no âmbito da consolidação da protecção dos dados bancários, permitiram ao BCEAO renovar, em Agosto de 2019, a certificação para o padrão PCI DSS de segurança de cartões de pagamento, garantindo assim, o pré-requisito para a implantação de bancos eletrónicos interbancários regionais e internacionais. Além disso, a fim de reforçar a resiliência do Banco a grandes catástrofes, foram realizados testes de resistência e resistência a ataques cibernéticos.

5.2.4 - DISPOSITIVO DE GESTÃO DOS RISCOS E ACTIVIDADES DE CONTROLO

As acções realizadas durante 2019 em conexão com o sistema de gestão de riscos e actividades de controlo, focaram em particular na actualização da cartografia de riscos e ferramentas de gestão da continuidade da actividade, a segurança de pessoas e bens, e o fortalecimento da segurança dos sistemas de informação. As diferentes actividades de supervisão (controlo das operações, auditoria interna e controlo externo) foram realizadas regularmente a nível das estruturas operacionais do Banco.

A gestão de risco foi marcada pelo desenvolvimento contínuo de universos de risco harmonizados por processo e estrutura, em particular para processos de implementação. Também foi desenvolvido e aplicado dois processos-piloto, um guia de gestão de risco ao nível do processo, antes de ser implementado em todos os processos em 2020. Foi também realizada uma avaliação da implementação da Abordagem de Gestão de Risco (DMAR), acompanhada por um plano de acção.

No final da campanha de actualização da cartografia de risco, foi produzido o relatório sobre riscos operacionais para o período 2018-2019. Em seguida, foi preparada uma proposta de política global de gestão de risco, alinhada com as melhores práticas e padrões internacionais, que será submetida em breve para adopção. Além disso, o sistema de recolha e acompanhamento de incidentes operacionais entrou no seu segundo ano de funcionamento.

A Gestão da Continuidade das actividades foi marcada pela implementação de acções para manter o Plano de Continuidade de Negócios (BCP) em condições operacionais. Para isso, foi realizada uma auto-avaliação do sistema com o objectivo de alinhá-lo com as normas internacionais, em particular a ISO 22301.

No domínio da **segurança de pessoas e bens**, 2019 ficou marcado pela continuação da implementação do plano de acção resultante da auditoria das disposições de segurança do Banco. O trabalho realizado neste âmbito, tem como objectivo dotar todas as instalações do BCEAO de um sistema de segurança para pessoas e bens que ofereça uma maior resiliência face às mudanças do ambiente de segurança.

Assim, como parte de uma abordagem proactiva à gestão de riscos para a segurança de pessoas e bens, foram adquiridas novas ferramentas para monitorizar os níveis de alerta e os riscos do país. Além disso, o Banco Central realizou uma revisão crítica dos procedimentos práticos harmonizados que regem sua parceria com a Força de Segurança Pública, com o objectivo de otimizar a segurança do local e gerenciar eficientemente o treinamento do pessoal de segurança. Por último, é de assinalar que todas as estruturas do Banco foram sensibilizadas para o bom comportamento na área da segurança, a fim de ter em conta o contexto particular da evolução dos riscos maliciosos na sub-região.

O trabalho relacionado à **segurança dos sistemas de informação**, incidiu sobre a actualização da cartografia de riscos, seguimento da implementação do plano de processamento dos riscos relacionados ao cibercrime, e supervisão dos riscos, através da análise da eficiência dos tratamentos propostos e monitorando os factores de risco (ameaças, vulnerabilidades). Também foram realizadas actividades de sensibilização e informação sobre cibersegurança, a fim de sensibilizar o pessoal para os riscos associados à utilização dos sistemas de informação e para o seu papel no reforço da sua segurança.

Além disso, a definição e monitoramento dos requisitos de segurança em projectos de desenvolvimento de aplicações informáticas foram asseguradas.

Também foram tomadas as medidas necessárias para manter a conformidade do Banco com os requisitos da norma de segurança da indústria dos cartões de pagamento PCI-DSS (Payment Card

Industry Data Security Standard) e do programa de segurança para os usuários da plataforma de mensagens financeiras SWIFT.

Com a intenção de integrar a resposta aos ataques cibernéticos no Plano de Continuidade de Negócios (BCP), foram identificados cenários a serem implementados progressivamente durante os testes do Plano de Continuidade informática e Telecomunicações (ITCP), a partir de 2019. O processo de identificação de recursos e parceiros externos para apoiar esta resposta, está em curso em todas as instalações do Banco.

As actividades no âmbito do sistema de **controlo interno**, centraram-se no desenvolvimento de referenciais de controlo interno por processo e na integração de requisitos de controlo em novas aplicações informáticas. Também foi realizada uma auto-avaliação do sistema.

Além disso, foi realizada a verificação da conformidade das operações com base num plano de controlo anual e o acompanhamento da implementação das recomendações feitas pelos vários organismos de controlo. Estes controlos permanentes foram efectuados por uma equipa de 60 Controladores de Operações em 31 de dezembro de 2019, e pelos Chefes das Agências Auxiliares e seus Assistentes. Com base, nos seus relatórios periódicos, um relatório trimestral é transmitido regularmente às Autoridades.

Como parte da capacitação dos agentes de controlo, os agentes recém-nomeados para as funções de Controlador de Operações, receberam treinamento básico sobre o controlo interno e assistência técnica na preparação do relatório mensal de Controlo de Operações.

A título da auditoria interna, as actividades realizadas em 2019 abrangeram a execução do programa anual de controlos e o reforço da eficiência da auditoria interna do Banco.

Os controlos realizados tiveram como objectivo garantir o cumprimento das disposições legais, regulamentares e contractuais, a eficácia e eficiência das operações, a salvaguarda dos activos do Banco, a fiabilidade da informação e a segurança dos sistemas de informação e pagamento.

No total, a execução do programa anual 2019 traduziu-se pela realização de 47 missões das quais 50 previstas, ou seja, uma taxa de execução de 94%. Estas 47 missões concluídas, incluem 12 auditorias estruturais, 23 auditorias de actividades fiduciárias, uma auditoria de processos, 3 auditorias temáticas, 4 auditorias de sistemas de informação, 2 auditorias específicas de transferências emitidas e 2 missões realizadas a pedido.

As auditorias de estruturas realizadas incidiram sobre a Direcção de Sistemas e Meios de Pagamento (DSMP), a Direcção de Organização e Métodos (DOME), a Direcção de Controlo de Gestão (DCG), o Secretariado Executivo da Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA), bem como 8 Agências das Direcções Nacionais (DN) do BCEAO para o Burkina, Guiné-Bissau, Mali e Togo. Estas auditorias incidiram nomeadamente sobre os aspectos ligados à governação, em particular, a pilotagem das actividades, o controlo das operações e a gestão dos riscos.

As missões de auditoria das actividades fiduciárias tiveram lugar nas Agências das Direcções Nacionais do BCEAO para o Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. O objectivo destas auditorias foi avaliar a condução das operações e as condições em que as transacções em numerário foram processadas, a verificação das disponibilidades de numerário e a destruição das notas anuladas.

Foi realizada uma auditoria ao processo "S1 - Recursos Humanos", no âmbito dos respectivos Departamentos dos Serviços Centrais (Departamento de Gestão de Carreiras e Competências, Centro de Formação e Investigação Bancária da África Ocidental, Departamento de Gestão Administrativa e Social de Pessoal).

Tratando-se dos sistemas de informação, as auditorias abrangeram as aplicações relacionadas com o Sistema de Informação de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), a condução do projecto para desenvolver a aplicação "Condições Bancárias" e a conformidade de segurança do sistema SWIFT do BCEAO. Foi efectuado um controlo no local da implementação das recomendações das missões de auditoria interna e externa. Esta tarefa específica dizia respeito, principalmente, ao Departamento de Sistemas de Informação (DSI) e ao Departamento de Supervisão e Prevenção de Riscos (DSPR).

As três auditorias temáticas realizadas, incidiram sobre a gestão de compras, o sistema de luta contra o branqueamento de capitais e o Financiamento do Terrorismo (LBC/FT) e a gestão ética.

Foram realizadas duas auditorias semestrais de conformidade das transferências emitidas na Direcção das Operações de Mercado.

Por fim, duas missões não previstas no programa foram realizadas. Trata-se de uma missão de avaliação externa da actividade de auditoria interna do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) e duma missão de inquérito relativo aos incidentes surgidos na Agência Principal de Bissau.

O seguimento dos trabalhos do **controlo externo**, incidiu sobre a fase final do exercício 2018 e a intermediária do exercício 2019 da auditoria das contas do BCEAO, pelo Auditor Principal e os Auditores Nacionais e, sobre a revista anual da gestão das reservas cambiais pelo Revisor de Contas das operações.

5.2.5 – DISPOSITIVO DE SUPERVISÃO DE GESTÃO

As principais acções realizadas incidiram sobre o seguimento do Plano Estratégico 2019-2021 do BCEAO, que entrou na sua fase de implementação em 2019. Este Plano compreende um total de 14 objectivos estratégicos, divididos em 39 objectivos operacionais e 69 projectos a serem implementados durante os três anos do Plano.

Dos 17 projetos a serem realizados em 2019, 6 tinham uma taxa de conclusão superior a 75% em 30 de Setembro de 2019, e referem-se, em particular, à criação de um laboratório de inovação financeira, à implementação de um novo modelo de previsão macroeconómica (DGSE), à supervisão e monitoramento de plataformas de financiamento participativo e ao desenvolvimento de uma cartografia dos riscos ligados à participação dos Tesouros Públicos Nacionais nos sistemas de pagamento.

5.2.6 – SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DO BCEAO

Com o objectivo de assegurar uma dinâmica de melhoria contínua das suas operações e da qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e parceiros, o Banco Central renovou a sua certificação segundo a norma ISO 90012015 para o ciclo trienal 2019-2021.

Neste sentido, o BCEAO cumpre de forma satisfatória e contínua os requisitos do quadro de referência da política de qualidade e dispõe dos meios e competências necessários para alcançar os seus objectivos.

5.2.7 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

Em 2019, o Banco entrou em funcionamento com uma nova aplicação de gestão para o seu sistema de contabilidade geral. Esta aplicação tem em conta a evolução das actividades e oferece funcionalidades inovadoras para melhorar a qualidade e segurança da informação financeira.

VI COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

6.1 - COOPERAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA.....	66
6.1.1 - Relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).....	66
6.1.2 – Cooperação no seio da Zona franco.....	66
6.2 - INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA.....	67

6.1 - COOPERAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA

6.1.1 - RELAÇÕES COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

Durante o ano 2019, todos os Estados membros da UEMOA, implementaram programas apoiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), salvo a Guiné-Bissau. A implementação destes programas foi globalmente satisfatória. No Senegal, o programa concluído com o FMI ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (ISPE), terminou em janeiro de 2019. As discussões com o Fundo na sequência deste programa levaram a um acordo prévio ao abrigo do Instrumento de Coordenação da Política Económica (ICPE) para um período de três anos, a 23 de setembro de 2019.

As operações efetuadas pelo Banco Central com o FMI, para a conta dos Estados membros da UMOA, saldaram-se durante o ano 2019, pelas entradas líquidas de recursos de 159,69 milhões de DSE contra 206,01 milhões de DSE no ano anterior. Os saques cifraram-se em 365,70 milhões de DSE contra 419,98 milhões de DSE no ano anterior, ou seja, uma baixa de 54,28 milhões de DSE. Tratando-se de reembolsos, esta rubrica diminuiu em 8,80 milhões de DSE, passando de 210,64 milhões de DSE em 2018 para 201,84 milhões de DSE em 2019.

Os encargos suportados pelo BCEAO e os Estados membros em 2019, cifraram-se em 14,92 milhões de DSE (12.074,82 milhões de francos CFA), contra 10,81 milhões de DSE (8.560,63 milhões de francos CFA) no ano precedente. Dizem respeito às comissões pagas pelo BCEAO e encargos com juros ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargada (FCA).

A título de remuneração das suas posições credoras em 2019, o montante pago pelo FMI aos Estados membros da UEMOA, aumentou 3,27 milhões de DSE, fixando-se em 10,75 milhões de DSE (8.157,12 milhões de francos CFA) contra 7,48 milhões DSE (5.868,87 milhões de FCFA) no ano precedente.

6.1.2 – COOPERAÇÃO NO SEIO DA ZONA FRANCO

O BCEAO participou nas duas reuniões de Ministros das Finanças dos países da Zona franco a título do ano 2019, realizadas respectivamente em março em Niamey, no Níger e em outubro em Paris na França. Além da análise das perspectivas económicas e do estado da convergência na Zona, os trabalhos destes encontros incidiram também sobre o estado de implementação das recomendações sobre a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (LBC/FT) e sobre a iniciativa para promover o investimento na Zona franco e a utilização da "Parceria Público/Privada".

No conjunto, a situação de convergência dentro da Zona franco, não parece ser favorável em 2019. Sete países da UEMOA (Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger e Senegal) não cumpriram o critério do saldo orçamental. No entanto, em comparação com o ano 2018, o perfil dos indicadores de convergência melhorou em 2019.

Relativamente ao estado de implementação das recomendações sobre a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, a taxa global de implementação das medidas era de 35,6% no final de junho de 2019, contra 19,1% no final de dezembro de 2018. Esta taxa era de 42,1% em 30 de junho de 2019, após registar 29,0% em 31 de dezembro de 2018 para os países da UEMOA.

No que diz respeito à actualização da iniciativa para promover o investimento na Zona franco (Investir na Zona franco), a plataforma concebida para o efeito, sob a forma de um website, sofreu várias modificações, com a criação de novos portais. Este sítio é gerido por uma Associação cujo objectivo é tornar visíveis as acções dos organismos e instituições da UEMOA e da CEMAC e fornecer aos países da Zona franco informações úteis, particularmente sobre a promoção do investimento, oportunidades comerciais e empreendedorismo juvenil.

Quanto à iniciativa "Parceria Público/Privado" (PPP), lançada em outubro de 2013 pela França e pelo Banco Mundial a pedido dos países da Zona franco, o seu objectivo é promover a implementação de projectos PPP para desenvolver infra-estruturas e serviços públicos, através do apoio à identificação e apoio de projectos-piloto, assistência no desenvolvimento de um quadro jurídico e institucional e a implementação de instrumentos de financiamento adequados.

As acções em curso a nível da UEMOA resultaram na designação da Comissão da UEMOA para apoiar o desenvolvimento de uma estratégia e de um quadro jurídico e institucional regional para as

PPP e a criação no seio do Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD) de uma unidade responsável pela promoção das PPP, denominada Unidade Regional para o Desenvolvimento das PPP (URDPPP).

6.2 - INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

No domínio da integração regional, o ano de 2019 foi marcado por progressos significativos na agenda relativa ao programa da moeda única da CEDEAO.

Neste contexto, foram registados importantes desenvolvimentos na implementação das actividades identificadas no roteiro revisto para a criação desta moeda, adoptado a 21 de fevereiro de 2018 em Acra, no Gana.

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, nas suas 55ª e 56ª sessões ordinárias, realizadas em 29 de junho e 21 de dezembro de 2019 em Abuja, Nigéria, adoptou o regime cambial flexível para a futura moeda, com um quadro de política monetária baseado em objectivos de inflação e o sistema federal para o Banco Central da Comunidade. Também mantém o termo "ECO" para o nome da moeda única da CEDEAO.

Por seu lado, o Instituto Emissor continuará a acompanhar de perto todas as principais iniciativas de integração regional. Entre elas, está o Acordo sobre a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZLECAf) que entrou em vigor a 30 de maio de 2019. A sua implementação deverá aumentar os fluxos comerciais intra-africanos e impulsionar o crescimento económico dos países interessados.

